



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
Mestrado em Ciência da Informação**

NEUSA MARIA DOS SANTOS PIRES

**NECESSIDADES INFORMACIONAIS DA PESSOA IDOSA: estudo no contexto
da Universidade Aberta à Terceira Idade da UNEB.**

Salvador
2015

NEUSA MARIA DOS SANTOS PIRES

NECESSIDADES INFORMACIONAIS DA PESSOA IDOSA: estudo no contexto da Universidade Aberta à Terceira Idade da UNEB.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Isabel de J.S. Barreira

Salvador
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

	Pires, Neusa Maria dos Santos.
P667	Necessidades informacionais da pessoa idosa: estudo no contexto da Universidade Aberta à Terceira Idade da UNEB. Neusa Maria dos Santos Pires. – Salvador, 2015.
	153 f. : il.; 21 cm x 29,7cm.
	1. Idoso. 2. Necessidades informacionais. 3. Comportamento informacional. 4. UATI/UNEB. I. Autor. II. Título. III. Barreira, Maria Isabel de Jesus Sousa. IV. Universidade Federal da Bahia.
	CDD: 378

Ficha catalográfica elaborada por:

Débora Sampaio Leitão

CRB-5/1655

NEUSA MARIA DOS SANTOS PIRES

NECESSIDADES INFORMACIONAIS DA PESSOA IDOSA: estudo no contexto da Universidade Aberta à Terceira Idade da UNEB.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia,

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Maria Isabel de J. Sousa Barreira (Orientadora)

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof^a. Dra. Bárbara Coelho Neves (Membro Externo Suplente)

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof^a. Dra. Aida Varela Varela (Membro Interno Titular)

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Aos idosos, em caráter especial, aos da UATI

Aos profissionais que acreditam que a missão não se finda na conquista individual, mas, está em compartilhar o conhecimento com os que mais precisam, para que seja possível o crescimento coletivo.

Especialmente, a minha mãe, D. Lourdes, com admiração, gratidão e amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, pela proteção, por tudo, por permitir a elaboração deste estudo.

Aos professores e funcionários do PPGCI pelos ensinamentos e disponibilidade.

A Profa. Dra. Maria Isabel J. S. Barreira pela orientação, profissionalismo, compromisso e horas dedicadas.

Aos professores, coordenadores e funcionários da UATI/UNEB, em caráter especial, ao professor Antônio Jorge pela disponibilidade, apoio e contribuição para a realização da pesquisa, sobretudo, pela receptividade.

A comunidade do ICI pela atenção, apoio e acolhimento.

A CAPES pela bolsa concedida nestes dois anos de mestrado.

Aos meus familiares, especialmente a minha irmã Célia, pelo companheirismo, motivação e trocas de saberes.

Aos amigos e colegas que compartilharam e estiveram presentes nesta caminhada

A minha filha Natalie Mayla e a Eliezer, meu marido, pelo incentivo, contribuições, por caminharem juntos nos momentos mais difíceis, pelo carinho, paciência e amor.

*Não te deixes destruir...
Ajuntando novas pedras e construindo
novos poemas.
Recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras e faz doces.
Recomeça.
Faz de tua vida mesquinha um poema.
E viverás no coração dos jovens e na memória das
gerações que hão de vir.
Esta fonte é para uso de todos os sedentos.
Toma a tua parte.
Vem a estas páginas e não entres seu uso aos
que tem sede.*

Cora Coralina

PIRES, Neusa Maria dos Santos. Necessidades informacionais da pessoa idosa: estudo no contexto da Universidade Aberta à Terceira Idade da UNEB, 153f. : il. 2015. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

RESUMO

O aumento expressivo da população idosa no Brasil nas últimas décadas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) suscitou de diferentes segmentos sociais (governos, profissionais, familiares e a sociedade em geral), ações direcionadas ao atendimento dos direitos da pessoa idosa. No presente estudo se constituiu como principal abordagem, as necessidades informacionais da pessoa idosa relacionadas à saúde, educação, direitos e interação social, cujo objetivo geral da investigação foi identificar e analisar as necessidades informacionais da pessoa idosa relacionadas à saúde, educação, direitos e interação social na Universidade aberta à terceira Idade da UNEB. A pesquisa se caracteriza quanto ao nível de descritiva, utilizando o método do estudo de caso, tendo como objetivos específicos: caracterizar o perfil do idoso da UATI; identificar as necessidades informacionais desses sujeitos; conhecer as práticas informacionais do referido grupo; apontar as dificuldades apresentadas pelos idosos para o acesso e uso da informação. A investigação foi realizada a partir de uma amostra representada por 35 idosos alunos da UATI, no *campus da* UNEB de Salvador. Para a coleta de dados adotou-se as técnicas da observação direta e da entrevista semi-estruturada entre os idosos da UATI. A análise realizou-se a partir da abordagem qualitativa e quantitativa. Utilizou-se a técnica da análise de conteúdo de Bardin, adotando-se a categorização. Os dados demonstraram que os sujeitos de pesquisa reconhecem as suas necessidades informacionais, porém, alguns idosos apresentam dificuldades no acesso e uso das fontes e canais de informação e dos recursos tecnológicos, sobretudo, no uso do computador e do ambiente digital; utilizam as redes sociais; alguns não tem a concepção dos direitos, das políticas públicas e de ações direcionadas à essa população. Conclui-se que o idoso investigado é um usuário real de informação e que precisa ter suas demandas informacionais atendidas, bem como se apropriar das tecnologias na perspectiva da autonomia e da produção de sentido, o que implica para a sua socialização na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Idoso. Necessidades informacionais. Comportamento informacional. UATI/UNEB.

PIRES, Neusa Maria dos Santos. Information needs of the elderly person: study in the context of the Open University of the Third Age UNEB 153 f. Il. 2015. Dissertation (Master) - Institute of Information Science, Federal University of Bahia, Salvador, 2015.

ABSTRACT

The significant increase in the elderly population in Brazil in recent decades, according to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE, 2012), raised from different social sectors (governments, professional, family and society in general), actions aimed at meeting the rights of the elderly. In the present study was established as the main approach, the informational needs of the elderly related to health, education, rights and social interaction, whose general aim of research was to identify the information needs of the elderly related to health, education, rights and social interaction the University opened the third age UNEB. The research is characterized as the level of descriptive, using the case study method, with the specific objectives: to characterize the old UATI profile; analyze the information needs of these individuals; identify the informational practices of the group; identify the difficulties presented by the elderly to access and use of information. The research was conducted from a sample represented by 35 seniors students of UATI on the campus of Salvador UNEB. To collect data we adopted the techniques of direct observation and semi-structured interviews among the elderly of UATI. The analysis was carried out from the qualitative and quantitative approach. We used the technique of Bardin content analysis, adopting the categorization. The data demonstrated that the research subjects recognize their information needs, however, some elderly people have difficulties in accessing and using the sources and channels of information and technological resources, especially in the use of computers and the digital environment; use social networks; many do not have the notion of rights, government policies and actions aimed at this population. It was concluded that the elderly while information of potential users need to have their demands met informational and appropriate technologies, for self-reliance and the production of meaning, implying to their socialization in contemporary society.

Keywords: Elderly. Information needs. Information Behavior. UATI / UNEB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Universidade do Estado da Bahia – UNEB - campus I – Salvador.....	83
Figura 2 – Espaço de convivência da UATI em Salvador.	88
Figura 3 – Apresentação de dança do ventre no teatro da UNEB.....	89
Figura 4 – Oficina de fotografia com os alunos da UATI.....	91
Figura 5 – Participação da UATI no Fórum Nacional de Estudantes da Terceira Idade das Inst. de Ensino Superior em Tocantis, 2015.....	92
Figura 6 – Oficina Rodopiando a Cultura Popular na UATI.....	92
Figura 7 – Motivos de participação na UATI.....	124

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Faixa etária	102
GRÁFICO 2 – Nível de escolaridade	104
GRÁFICO 3 – Estado civil	105
GRÁFICO 4 – Classe econômica/renda familiar	106
GRÁFICO 5 – Ocupação dos idosos	107
GRÁFICO 6 – Atividade renumerada	108
GRÁFICO 7 – Motivo de busca de informação	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização da amostra.....	101
Quadro 2 – Fontes e canais de informação utilizados.....	119

LISTA DE SIGLAS

ALA - American Library Association

ANG-BA - Associação Nacional de Gerontologia do Estado da Bahia

ASK - Hipótese de Estado Anômalo de Conhecimento

CMSI - Cúpula Mundial Sobre a Sociedade da Informação

EAD – Educação a Distância

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

GTTI - Grupo de Trabalho da Terceira Idade

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISP - Information Search Process

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

LAI - Lei de Acesso a Informação,

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MC&I - Ministério da Ciência e Tecnologia

MS - Ministério da Saúde

NESC – Núcleo de Ensino Superior de Camaçari

NESIR - Núcleos de Ensino Superior

NESLA – Núcleo de Ensino Superior de Bom Jesus da Lapa

NESSE – Núcleo de Ensino Superior de Eunápolis

NUATI - Programa Universidade Aberta à Terceira Idade

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra domiciliar

PNI - Política Nacional do Idoso

PNSPI – Política Nacional da Saúde Pessoa Idosa

PRACE - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

PROEX - Pró Reitoria de Extensão

PROLIN - Programa de formação de professores em exercício do 6º ao 9º ano

SAC – Serviço de atendimento ao Cidadão

SBGG - Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia

SEC - Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia

SESC - Serviço Social do Comércio

SUS - Sistema Único de Saúde

TA – Tecnologias Assistivas

UATI - Universidade Aberta à Terceira Idade

UBS - Unidades Básicas de Saúde

UEC - Universidade Estadual do Ceará

UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

		fls.
1	INTRODUÇÃO	16
2	SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: GLOBALIZAÇÃO E DEMANDAS INFORMACIONAIS	22
2.1	USUÁRIOS DE INFORMAÇÃO E NECESSIDADES INFORMACIONAIS	30
2.2	COMPORTAMENTO INFORMACIONAL: EM ESTUDO A BUSCA E O USO DE INFORMAÇÃO	37
2.3	ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO: UM DIREITO SOCIAL	43
3	A PESSOA IDOSA E AS NOVAS PRÁTICAS CULTURAIS	51
3.1	ASPECTOS DAS NECESSIDADES INFORMACIONAIS DO IDOSO	59
3.2	PESSOA IDOSA, INFORMAÇÃO E SAÚDE	65
3.3	PESSOA IDOSA, INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO	71
3.4	PESSOA IDOSA, INFORMAÇÃO E DIREITOS	75
3.5	PESSOA IDOSA, INFORMAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL	80
4	CARACTERIZANDO O CONTEXTO INVESTIGATIVO	84
4.1	MISSÃO INSTITUCIONAL	86
4.2	UM OLHAR SOBRE A UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE	88
5	PERCURSO METODOLÓGICO	96
5.1	ENQUADRAMENTO DA PESQUISA	96
5.2	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	99
5.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA	99
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	102
6.1	CATEGORIA 1 - PERFIL DOS SUJEITOS DE PESQUISA	103
6.2	CATEGORIA 2 - NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO	111
6.3	CATEGORIA 3 - ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO	118
6.4	CATEGORIA 4 – O IDOSO EM CONTEXTO DE INTERAÇÃO SOCIAL	125
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS	135
	APÊNDICES	146
	ANEXOS	152

1 INTRODUÇÃO

O aumento expressivo da população idosa no Brasil nas últimas décadas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) suscitou de diferentes segmentos sociais (governos, profissionais, familiares e a sociedade em geral) ações direcionadas ao atendimento dos direitos da pessoa idosa. No que tange aos atos governamentais, a Política Nacional do Idoso (Lei nº8.842/94) desempenhou um papel fundamental ao reconhecer a importância desse segmento populacional, definindo princípios e diretrizes que asseguram os direitos e as condições para promoção de sua autonomia, a integração e participação ativa e efetiva em todos os âmbitos sociais.

O uso da informação tornou-se tema de diversas discussões na atual conjuntura social, devido ao papel que lhe foi atribuído ao longo dos anos, se tornando um instrumento essencial para a vida em sociedade, entende-se que o uso da informação se relaciona diretamente com as questões culturais, sociais e do cotidiano das pessoas. A investigação tem ainda como justificativa a discussão dos direitos da pessoa idosa em todas as dimensões do ser humano.

Diante do cenário descrito, no qual a informação e o conhecimento são indispensáveis para a vida de todos os sujeitos, especialmente por conta dos avanços tecnológicos, conhecer a diversidade dos grupos sociais, reconhecendo suas necessidades informacionais, bem como, a maneira pela qual esses usuários acessam e utilizam a informação parece ser condição *sine qua non* para o desenvolvimento da autonomia da população idosa.

Nesse sentido, a realização de estudos que privilegiem a necessidade informacional da população idosa no âmbito da Ciência da Informação é relevante, sobretudo, para que seja possível conhecer a diversidade, as diferenças e as características desse grupo e suas necessidades informacionais.

Conforme afirma a UNESCO (1987, p. 28) a “informação é um produto social e não comercial [...] informação é ao mesmo tempo, uma necessidade social e um elemento essencial no pleno exercício dos direitos humanos.” Entretanto, salienta-se para o fato de que o processo de globalização modificou a dinâmica social devido aos avanços tecnológicos, intensificando a oferta dos conteúdos informacionais e a disseminação da informação, porém, observa-se que o acesso e o uso de

informação não seguem a mesma dinâmica, sobretudo, em determinados contextos e para alguns grupos sociais, neste caso, o grupo dos idosos.

Considerando-se que a sociedade contemporânea, está pautada no uso das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) e o acesso e o uso da informação são indispensáveis para a socialização, entende-se que a população idosa, representa um grupo de usuários real na atualidade. A busca por um envelhecimento ativo se constitui um dos aspectos mais discutido quando se trata do referido grupo e o uso de informação, esse fato está atrelado a autonomia e o protagonismo desses usuários.

Sobre esse aspecto, vale ressaltar que a inserção dos idosos no cenário da informação, se faz necessária, pela importância do papel atribuído a esses sujeitos em razão do potencial que esse segmento populacional possui e as possíveis contribuições que este grupo pode oferecer para o desenvolvimento social, com a realização de atividades e ações. Contudo, sabe-se que a sociedade, conhecida como sociedade da informação, impõe ao sujeito social, a busca constante por conhecimento, competências, habilidades e a interação, que requer o acesso aos recursos e informação disponibilizados para este fim, entre estes: os recursos tecnológicos, a internet, os ambientes informacionais entre estes e as redes sociais.

A realidade observada, diante do fenômeno do aumento dos fluxos informacionais, decorrentes das necessidades de acesso e uso de informação, devem ser analisadas a partir do âmbito individual e coletivo, abrangendo dessa forma a relevância da informação, como requisito para estar inserido na sociedade contemporânea. Entretanto, no que tange as transformações nesse contexto se pode afirmar que, embora os avanços atinjam um amplo universo social, como anteriormente mencionado, nem todos os segmentos populacionais são favorecidos, no que tange o atendimento das suas necessidades informacionais.

Desta maneira, infere-se que as necessidades informacionais se constituem um direito, expresso no Estatuto do Idoso (2003) e na Política Nacional do Idoso (1994), que define princípios e diretrizes que asseguram os direitos sociais do idoso e as condições para promover sua autonomia, interação com o meio social e participação efetiva desses sujeitos.

A inserção dos idosos é uma questão que requer a mobilização de instituições, a implementação de políticas públicas, programas, entre outras ações no intuito de atender essas demandas, a exemplo: a ampliação dos espaços que

proporcione a interação e participação, o acesso a redes de informação, o incentivo ao aprendizado de novas habilidades, a oferta de cursos de informática para a inclusão digital, visando o desenvolvimento de competências exigidas para a sua socialização.

Assim, considera-se que, em se tratando da promoção da participação efetiva desse grupo populacional no contexto social, pode se afirmar que os desafios estão relacionados ao modo como será desenvolvida a socialização do idoso nesses espaços. Salieta-se a importância de proporcionar a esses sujeitos a educação permanente, no sentido de suprir suas necessidades de informação, respeitando sua historicidade, sem deixar de respeitar suas limitações, quando se trata de uso de informação nas suas atividades cotidianas.

O presente estudo tem como tema as necessidades informacionais da pessoa idosa relacionadas à saúde, educação, direitos e interação social, apresentando como sujeitos de pesquisa os alunos da Universidade Aberta à Terceira Idade da UNEB, visando a autonomia e a participação destes idosos na sociedade contemporânea.

Com base no aporte teórico e empírico referentes às necessidades informacionais, bem como, ao significativo aumento da população idosa no Brasil, questionou-se quais as necessidades informacionais da pessoa idosa, relacionadas à saúde, educação, direitos e interação social desses sujeitos?

Para responder a esse questionamento, delineou-se como **objetivo primaz** da pesquisa a identificação e a análise das necessidades informacionais da pessoa idosa relacionadas à saúde, educação, direitos e interação social. Para tanto, especificamente buscou-se caracterizar o perfil dos idosos da UATI; identificar as necessidades informacionais desses sujeitos; apontar as práticas informacionais do referido grupo; identificar as dificuldades apresentadas pelos idosos no acesso e uso da informação.

Em relação ao universo deste estudo, a escolha pela Universidade Aberta à Terceira Idade foi atribuída ao seu histórico de contribuições, nas questões relacionadas a promoção da interação social dos sujeitos de pesquisa, bem como, a oferta de oficinas com atividades que contribuem para ampliar as possibilidades de aprendizagem, o acesso a informação, e sobretudo, para um envelhecimento ativo. Destaca-se nesse espaço, as oficinas de direito do idoso, as oficinas de informática, na perspectiva do envelhecimento ativo, proporcionando o reconhecimento dos seus

direitos sociais e a inserção da pessoa idosa no ambiente digital com o uso dos recursos tecnológicos em diversos municípios do Estado da Bahia. Desse modo, a UATI de Salvador, se constituiu no *locus* de investigação.

Buscando aprofundar o conhecimento da análise, a literatura consultada trouxe contribuições significativas para este trabalho, como os estudos de Wilson (2000), especificamente, no que diz respeito às necessidades informacionais, com foco na abordagem cognitiva e no comportamento informacional do usuário, considerando o contexto no qual este se insere e as atividades realizadas no seu cotidiano.

Desse modo, a partir do foco nas necessidades informacionais desse grupo social, desenvolveu-se a referida pesquisa, que visou responder as questões e originadas desta temática, entre elas: quais as necessidades informacionais da pessoa idosa relacionadas à saúde, educação, direitos e interação social? Quais as práticas informacionais desses sujeitos? Quais os canais e fontes de informação utilizadas pelos idosos para o acesso e uso de informação? Os idosos conhecem ações, leis, benefícios que possam contribuir para o acesso e o uso de informações relacionadas à saúde, educação, direitos e interação social no contexto social em que se inserem? Essas questões e inquietações se intensificaram não somente no período do Mestrado, mas, no decorrer do amadurecimento enquanto profissional de informação, pesquisadora das questões relacionadas do uso da informação e, sobretudo, como educadora e cidadã.

A **motivação** para a pesquisa se fundamenta a priori, por reconhecer a necessidade de contribuir para a visibilidade desse grupo social, no panorama atual, em que a informação é vista como elemento principal dos atores sociais. Dentre outros motivos, considera-se o envelhecimento como uma fase que deve ser vivida com dignidade e acrescenta-se a esses, a experiência com pesquisa voltada para os estudos de usuários de informação, desenvolvida durante a graduação, a relevância que se atribui à pessoa idosa enquanto cidadãos, diante do aumento expressivo dessa população no Brasil, tornou-se relevante identificar e analisar as necessidades informacionais desses usuários, tendo em vista que, esse segmento social dentre os demais grupos é o que mais cresce atualmente no país.

Vale pontuar que a literatura da área do estudo contempla timidamente as demandas desses sujeitos. Este fato sinaliza para uma maior atenção para esses

usuários, seja por parte dos profissionais de informação, das demais áreas do conhecimento e de todos os atores sociais.

No que se refere à **relevância** deste estudo, que trata das necessidades informacionais da pessoa idosa, relacionadas à saúde, educação, direitos e interação social, ressalta-se a contribuição para o aprofundamento do tema e das questões que diz respeito à participação do idoso como sujeito ativo na sociedade contemporânea.

Sobre a **relevância** da pesquisa para a Ciência da Informação e os demais interessados no tema, a investigação propôs a compreensão desses usuários, como usuário real de informação, apresentando aspectos relacionados à necessidade informacional, ao acesso a informação e à responsabilidade social atribuída a esse campo científico, vista atualmente como uma tendência da área. Devido a esse fato, acredita-se que o comportamento informacional da população idosa deve ser revisto e discutido por toda a comunidade acadêmica.

Para ter uma visão mais delineada da pesquisa realizada, tratou-se de apresentar de maneira sequencial os capítulos que constituíram esse estudo. Inicialmente apresenta-se a temática, as delimitações da pesquisa, os objetivos, geral e os específicos, a motivação para a realização da investigação e a alguns aspectos relacionados com os propósitos empíricos. Posteriormente, são explanados brevemente os conteúdos e as abordagens dos capítulos.

O capítulo dois caracteriza o contexto social contemporâneo da sociedade da informação, retratando o cenário da globalização e as novas demandas informacionais. Neste capítulo também se discutiu os estudos de usuários, alguns aspectos apresentados no que se refere às necessidades informacionais; outro foco de abordagem nesse capítulo foi o comportamento informacional na perspectiva de compreender e aprofundar o conhecimento dos processos, modelos e a dinâmica de busca e uso de informação. Tratou-se ainda no referido capítulo, discutir o acesso e o uso da informação como um direito de todo sujeito social.

No capítulo três, contextualizou-se a pessoa idosa na sociedade contemporânea, apontando temas de interesse dessa população como: a longevidade, as representações sociais do idoso, o processo de envelhecimento, as novas práticas culturais, bem como aspectos das necessidades informacionais desses usuários, sobretudo, as necessidades de informação relacionadas à saúde, educação, direitos e interação social.

No capítulo quatro, foi caracterizado o contexto investigativo, descrevendo o universo de pesquisa, destacando algumas especificidades da UATI, ressaltando a missão institucional e o histórico da Universidade Estadual da Bahia (UNEB). O capítulo cinco versa sobre os caminhos percorridos para a realização da pesquisa, apresentando a metodologia adotada e o percurso metodológico que nortearam a elaboração da análise.

No sexto capítulo, foram apresentados e analisados os dados empíricos de maneira sistemática, distribuídos categoricamente em gráficos, quadros e figuras. Nesse capítulo foram discutidos todos os aspectos da investigação considerando a delimitação da pesquisa.

Nas considerações finais realizou-se uma reflexão sobre as necessidades informacionais da pessoa idosa nos aspectos da saúde, educação, direitos e interação social desse grupo, no âmbito da sociedade da informação, a partir dos conteúdos conclusivos da investigação visando responder as questões que foram tratadas neste estudo e apresentadas algumas recomendações e sugestão de ampliar o debate sobre as questões que envolvem a **pessoa idosa**, suas necessidades informacionais e a **Ciência da Informação**.

2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: GLOBALIZAÇÃO E DEMANDAS INFORMACIONAIS

[...] será necessário unir as mentes e corações que pulsam no campo da informação, colocar nosso conhecimento em ação, com a consciência de que somos parte dos fazedores de machados empenhados em promover uma nova mente para um novo mundo. Um mundo para todos.

Isa Freire

O panorama social tem sido constantemente modificado em razão da evolução do homem e dos modos de se comunicar, se relacionar e viver em sociedade. Na contemporaneidade os avanços das tecnologias de comunicação e informação e o advento da internet trouxeram modificações em vários âmbitos da vida, sobretudo, nas estruturas sociais, na economia, na política, na cultura, alterando os valores e impondo a todos os indivíduos a acompanhar a modernização. (CASTELLS, 1999).

As mudanças ocorridas após a revolução industrial refletem os processos históricos no contexto social, como exemplo, observa-se a relação homem e tecnologia em diversos momentos. A partir das alterações no papel do conhecimento num cenário de inovações tecnológicas, surge uma sociedade na qual a informação se torna imprescindível para a inserção do indivíduo no contexto da economia global, no qual as tecnologias; a informação e o capital diminuem as distâncias e rompem fronteiras. (CASTELLS, 1999).

Diante da atual conjuntura é relevante compreender alguns aspectos que deram origem a essa sociedade pautada nas tecnologias, no conhecimento e na informação, para assim, entender historicamente a sua evolução. As transformações desencadearam um novo modelo para a economia, produção e no âmbito das relações sociais, e assim, inicia-se outro paradigma e se estabelecem relações globais, sobretudo nos países ricos e desenvolvidos tecnologicamente. As alterações sofridas a partir do capitalismo não se limitam no âmbito do trabalho e produção, mas, se estendem para o âmbito político, social e cultural. (CAZELOTO, 2008).

Nessa mesma linha de pensamento, Santos (2005) afirma que o fenômeno deu origem a expressões utilizadas em todo o mundo, entre elas: “mercado global”, “comunicação global”. Vista como um fenômeno decorrente das transformações sociais, culturais, econômicas da sociedade capitalista, que conforme Santos (2005) está associada às mudanças ocorridas a partir da década de 1980. O autor define a globalização como um conjunto de prescrições baseadas no consenso hegemônico, também conhecido como “Consenso Neoliberal” ou “Consenso de Washington”, instalando assim a nova ordem mundial. Santos (2005) discute o processo de globalização e se reporta para as mudanças oriundas da internacionalização de maneira que ressalta os aspectos negativos e prejudiciais de uma economia voltada para o poder capitalista.

A nova conjuntura instituída foi chamada por estudiosos de todo o mundo, das mais diversas formas, a exemplo: Sociedade da Aprendizagem (LEVY, 1999), e Era da Informação (CASTELLS, 2000). Diante da variedade conceitual para a globalização, o olhar para este fenômeno social, também apresenta variação de opiniões e percepção entre estudiosos. Afirma-se que a globalização desperta a crítica de pesquisadores e profissionais de diversos âmbitos pela sua complexidade.

Na visão de Santos (2005), a globalização divide o mundo em segmentos diferenciados pelo poder da comunicação, da economia, pela informação e pelas tecnologias. Sendo assim, nota-se uma concentração do poder das nações que tem maior desenvolvimento tecnológico, que oferece mais acesso, informação e mais conhecimento.

Ainda no tocante ao processo de globalização, Castells (2000) em seus estudos, postula que o fenômeno está imbricado nas transformações causadas pelas inovações tecnológicas e com o surgimento da economia pautada no uso das tecnologias da informação e comunicação, atribuindo à informação o papel principal numa sociedade em rede.

Por sua vez, Cazelotto (2008) afirma que o poder vinculado ao uso das tecnologias em países do chamado primeiro mundo, são meios de manter o capitalismo e assim, as relações globais. Ressalta-se que o paradigma constituído diante da globalização apresenta um viés de desigualdade social, que modifica as formas de organização de viver em sociedade, o que amplia a discussão sobre as características e aspectos desse novo contexto caracterizado pelo papel da informação que Castells (2000) denominou de “Informacionalismo”.

O termo foi utilizado pelo autor para designar a Terceira Revolução Industrial no início do Séc. XX e representou a evolução dos sistemas de comunicação e o novo estágio do capitalismo apoiado na utilização das tecnologias como: o transistor, o computador e a Internet. Nesse panorama, o “Informacionalismo”, logo se adequou à nova conjuntura, e nesse sentido, compreende-se que a nova economia, denominada por Castells (1999) de economia informacional, se constitui numa economia global, em razão da facilidade de estabelecer as relações sociais com o uso das tecnologias, como principal recurso. Castells (1999) descreve algumas das características da economia informacional e global com um olhar atento para a produção, a competitividade e as interações em rede e afirma que

É informacional porque a produtividade e competitividade das unidades ou agentes desta economia (quer sejam empresas, regiões ou nações) dependem fundamentalmente da sua capacidade de gerar, processar e aplicar com eficácia a informação baseada no conhecimento. É global porque a produção, o consumo e a circulação, assim como os seus componentes (capital, mão de obra, matérias-primas, gestão, informação, tecnologia, mercados) estão organizados à escala global, quer de forma direta, quer mediante uma rede de vínculos entre os agentes econômicos. É informacional e global porque, nas novas condições históricas, a produtividade gera-se e a competitividade exerce-se por intermédio de uma rede global de interação. (CASTELLS, 1999, p. 93).

Após o exposto, entende-se que a utilização das tecnologias e o uso da informação torna-se um requisito para o conhecimento e desse modo, intensificar a produtividade. Observa-se neste contexto, o papel das relações globais e sociais para o desenvolvimento e a inclusão de um país no mundo contemporâneo.

Com esse novo paradigma social recorrente dos avanços tecnológicos, surge uma sociedade que conforme Castells (2000) tem como principais características: a informação como matéria prima, parte integrante de toda atividade humana, o predomínio da lógica de redes e a flexibilidade dos processos, “esse cenário social foi denominado nos anos de 1970, principalmente no Japão e nos Estados Unidos de sociedade da informação” (TAKAHASHI, 2000, p. 2).

No que diz respeito aos termos “sociedade informacional” e “sociedade da informação” Castells (1999) apresentou a seguinte definição:

[...] O termo sociedade da informação enfatiza o papel da informação na sociedade. Mas afirmo que informação, em seu sentido mais amplo, por exemplo, como comunicação de conhecimentos, foi crucial a todas as sociedades, inclusive à Europa medieval que era culturalmente estruturada e, até certo ponto, unificada pelo escolasticismo, ou seja, no geral uma infra-estrutura intelectual. Ao

contrário, o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico. (p. 65).

As definições evidenciam que a informação sempre foi importante para a sociedade durante toda a história. Para o autor o termo “Sociedade da Informação” se justifica pela conjuntura social pautada na comunicação, no conhecimento e no cunho intelectual. Na concepção de Sorj (2003) o termo “Sociedade da Informação” é utilizado para descrever os impactos e consequências sociais das inovações tecnológicas da telemática. O autor apresenta um viés sociológico para o novo paradigma e a descreve como uma sociedade na qual a comunicação, a qualidade de vida, as relações sociais e econômicas são mediadas pelos bens tecnológicos com seus produtos e serviços.

Para aprofundar o debate dessa temática, recorreu-se a Werthein (2000) que caracteriza a sociedade da informação pelo uso de informações atreladas às tecnologias, em razão da chamada explosão informacional. Proporcionando uma visão numa perspectiva mais ampla, apesar de compreender a importância da informação e do conhecimento na esfera global, Castells (1999) discorda do termo “Sociedade da informação”, e afirma que as diferenças no paradigma atual são as possibilidades apresentadas pelas redes com maior flexibilidade e adaptação e desse modo, estabelecem uma nova maneira de organização social.

Nesse panorama, se observa a necessidade de utilização das redes de informação, sobretudo, no que diz respeito à emergência de apropriação desses recursos para a realização de novas práticas culturais. Diante das colocações de Werthein (2000) e Castells (1999), cabe ainda apontar que as questões referentes ao uso dos recursos disponibilizados perpassam por fatores de ordem política, social e econômica. Considerando-se que na referida sociedade o ser humano é fundamental para o desenvolvimento social, desde que seja possível atender as demandas de informação de todos os sujeitos sociais, sem qualquer distinção de raça, cor, nível de escolaridade, idade, ou classe social para que estes possam interagir na sociedade em rede. (CASTELLS, 1999).

Deste modo, com as transformações atreladas ao uso das tecnologias e da informação, começam a surgir preocupações em relação às questões sociais que emergem da sociedade “globalizada”. No que diz respeito à desigualdade oriunda do

processo de globalização (SORJ, 2003, p. 12) salienta que “como democratização do mundo, a globalização não significa, como bem sabemos a igualdade efetiva das condições de vida no interior de cada sociedade ou entre os povos.”

Diante deste cenário, alguns países começam a se preocupar na inclusão das pessoas nesse novo contexto informacional. Cria-se então, o Programa Sociedade da Informação, uma ação formulada por políticas governamentais e organizacionais voltadas para a informação para dar apoio à inclusão das pessoas no novo paradigma social que se intensifica a partir do uso das tecnologias da informação e comunicação. O Programa Sociedade da Informação no Brasil teve início com o *Livro Verde* (TAKAHASHI, 2000), que tem como objetivo:

indicar rumos para os diversos setores da sociedade, a fim de enfocar melhor diferentes iniciativas que conjuntamente contribuam para impactos positivos das tecnologias de informação e comunicação [...]. (p. 27).

O Programa apresenta as ações e metas, com o objetivo de privilegiar o uso das tecnologias da informação e da comunicação como prioridade para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do país, tendo como proposta a inclusão de todo cidadão brasileiro e do Brasil na economia global. (TAKAHASHI, 2000). Em 2002, é lançado o *Livro Branco* (Ministério da Ciência e Tecnologia), que apresenta as ações para que a Ciência, a Tecnologia e a Inovação (CT&I) contribuíssem para a inclusão do Brasil no âmbito mais competitivo, com uma sociedade mais justa na esfera global.

Os problemas causados pela exclusão das pessoas, pela falta de utilização dos recursos tecnológicos e do acesso à informação, desencadearam diversas discussões em todo o mundo, o que motivou no ano de 2003, em Genebra, a realização da primeira Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI) sendo que no ano de 2005, foi realizada a segunda Cúpula, em Túnez. A CMSI (2003) apresentava como proposta a inclusão de todas as pessoas no contexto da sociedade da informação, utilizando os benefícios que as tecnologias oferecem para o acesso à informação.

O impacto causado pelas demandas da Sociedade da Informação foi reconhecido pela CMSI (2003), principalmente nos aspectos relacionados ao bem-estar do indivíduo.

Reconhecemos que a educação, o conhecimento, a informação e a comunicação são essenciais para o progresso, o empenho e o bem-

estar humano. Além disso, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) têm um imenso impacto em praticamente todos os aspectos de nossas vidas. (CMSI, 2003, p.18).

Neste contexto, a necessidade de informação tornou-se também preocupação da UNESCO que postula “informação é um produto social e não comercial [...] informação é ao mesmo tempo, uma **necessidade social** e um elemento essencial no pleno exercício dos direitos humanos.” (1987, p. 28, grifo nosso). Ao considerar a informação como uma necessidade social e indispensável para o cidadão, cabe identificar e analisar as demandas informacionais das pessoas no que tange o acesso e uso da informação, neste estudo, especificamente ao grupo dos idosos.

Corroborando com a UNESCO (1987), a CMSI (2003) também se voltava para as necessidades informacionais, principalmente dos grupos sociais marginalizados e vulneráveis, ou seja, os grupos que apresentam necessidades e características especiais era foco das discussões, a exemplo: o grupo das pessoas mais velhas e de pessoas portadores de deficiência. (CMS, 2003). Infere-se, que o discurso apresentado pela CMSI, que reporta a ideia do compromisso social da inclusão de todas as pessoas, ainda se mantém distante da realidade do país.

Entende-se que o papel da informação, como elemento principal neste cenário social, requer de todos os sujeitos sociais a inserção destes no contexto informacional da sociedade contemporânea. Castells (1999) compartilha dessa afirmativa e acrescenta que a informação é essencial, seja para produzir conhecimento, ou para suprir as necessidades, seja dos usuários ou das organizações.

Um dos desafios do paradigma informacional está em reduzir as barreiras da interação homem, tecnologia, informação e conhecimento. Sobre esse aspecto que engloba os conteúdos informacionais, a aprendizagem e as competências para o uso da informação, Barreto (2003) tece algumas considerações relacionadas à sociedade da informação

Sociedade da Informação em minha definição é o espaço em que se torna universal o acesso aos conteúdos de informação dos estoques de documentos, para todos os habitantes de uma realidade. Esta condição só se realiza quando os possíveis beneficiários deste contexto informacional podem elaborar esta informação, em proveito próprio e para o seu desenvolvimento e desenvolvimento da realidade, onde partilham sua odisséia individual de cidadania. (p. 2).

Observa-se que as demandas informacionais são intensificadas pela necessidade do indivíduo em se comunicar, interagir e utilizar as tecnologias para estar inserido na sociedade. Neste sentido, parafraseando Levy (1999) afirma-se que a rotina das pessoas se modificou, e que os valores, a maneira de pensar e agir atualmente estão condicionados às novas práticas realizadas no contexto social, que o autor chamou de “Cibercultura”, no qual o uso da tecnologia, o acesso à informação atinge o cotidiano das pessoas em diversas atividades como: o trabalho, a educação, a cultura, a comunicação e, sobretudo, a interação social.

Levy (1999) caracteriza esse paradigma com destaque para o crescimento do ciberespaço como:

Modos de pensamento e de valores que se desenvolvem com o crescimento do ciberespaço, definido por meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores, abarcando não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (p. 17).

Dessa maneira, a partir das inovações tecnológicas e de um novo paradigma social impulsionado pelas redes, pela internet e pelos meios de comunicação, a sociedade da informação impõe ao indivíduo uma série de conhecimento, competências, habilidades e uma aprendizagem contínua. (LEVY, 1999).

Como já foi dito anteriormente, compreende-se que a tecnologia tem um papel fundamental para a integração do indivíduo na sociedade, Sorj (2003), aponta para a relevância da democratização e do acesso aos conteúdos informacionais para possibilitar a inclusão dos sujeitos sociais, desde quando, nesse paradigma informacional, esse aspecto torna-se uma condição básica para ampliar a participação de todos como cidadãos numa sociedade na qual o conhecimento possa ser compartilhado por todos. (MATELLART, 2006).

Diante das colocações de (SORJ, 2003; MATELLART, 2006), cabe ainda salientar o caráter complexo do paradigma informacional, que ao mesmo passo que aproxima nações, regiões, organizações e indivíduos, deixa à margem uma parcela da população denominada pela CMSI (2005, p. 19) de “grupos vulneráveis do âmbito social”, entre eles: os imigrantes, pessoas deslocadas internamente, e refugiados, pessoas desempregadas e carentes, minorias e povos nômades, das pessoas idosas e com deficiência.

Esses grupos marginalizados precisam de atenção voltada para as suas necessidades, visto que a CMSI de 2005, tinha como foco as pessoas, a inclusão social e respeito aos direitos humanos, bem como sensibilizar a sociedade sobre os benefícios da tecnologia para a transformação da vida das pessoas. Esse panorama social de demandas informacionais exige que as políticas públicas se voltem para a inclusão dos sujeitos sociais.

Compartilhando do debate, Warschauer (2006) assevera que o uso da tecnologia pelos grupos marginalizados não significa o fim da exclusão social, mas, promove o processo de inclusão social. Corroborando com Warschauer (2006), Vechiato, (2010) alerta para os problemas que derivam da sociedade da informação e o acesso dos grupos sociais nesse contexto.

A sociedade da informação não é uma realidade para todos. Por um lado, a inovação tecnológica contribuiu substancialmente para a democratização da informação no que diz respeito à sua disponibilização por meio de redes de computadores interconectadas, ampliando as possibilidades de acesso e contribuindo para o rompimento de fronteiras espaciais e temporais. Por outro, o contexto sócio-cultural que acompanha o desenvolvimento dos países bem como características particulares de grupos específicos podem dificultar o acesso dos indivíduos às informações disponibilizadas. (VECHIATO, 2010, p. 78).

As considerações feitas pelo autor retratam os dois lados da sociedade da informação, ou seja, traduz que ainda existe muito para discutir em relação ao tema e avançar nas políticas de inclusão. Retomando a abordagem da inserção de grupos marginalizados, compreende-se que para acompanhar as mudanças oriundas dos avanços tecnológicos e se inserir na sociedade, a educação continuada ao longo da vida torna-se um requisito principal. (TAKAHASHI, 2000). Sobre esse aspecto, no que tange a população idosa, o direito à informação é assegurado pelo Estatuto do Idoso (1994).

Em face do exposto, entende-se que numa sociedade globalizada todo cidadão apresenta demandas de informação que precisam ser supridas, visto que, nesse panorama social, o uso da tecnologia está imbricado no modo de viver no contexto atual das redes. Matellart (2003) salienta para as mudanças ocorridas na sociedade da informação e as novas maneiras do sujeito interagir com o meio social, o qual exige novas práticas a partir do uso das tecnologias. Portanto, considerando-se a pessoa idosa, como um usuário real de informação, pontua-se a relevância de identificar e analisar as suas necessidades informacionais, de maneira que

proporcione a esses sujeitos a sua inserção no contexto social, bem-estar e uma melhor qualidade de vida.

2.1 USUÁRIOS DE INFORMAÇÃO E NECESSIDADES INFORMACIONAIS

O termo usuário da informação pode ser utilizado tanto no sentido coletivo, quanto no sentido individual, podendo representar uma instituição, um grupo ou apenas uma pessoa. Os estudos de usuários de informação são considerados pela literatura da área da Ciência da Informação como estudos comuns. De acordo com Batista e Cunha; (2007) e Araújo (2012) os estudos de usuários é um campo de investigação que tem um lugar de destaque no âmbito da Ciência da Informação. Os primeiros estudos eram voltados para “identificar notadamente a frequência de uso de determinado material e outros comportamentos informacionais.” (BATISTA; CUNHA, 2007, p. 171).

A busca por informação é inerente ao ser humano, em qualquer contexto, observa-se que as pessoas estão sempre interagindo com informações para atender o seu desejo de conhecimento ou lidar com as situações do cotidiano em qualquer ambiente em que ela esteja inserida. As demandas informacionais estabeleceram na sociedade, a necessidade de ampliar os estudos voltados para o acesso e uso da informação. Os estudos de usuários considerados por muitos autores como recorrentes no campo científico veem avançado no âmbito investigativo, ampliando as possibilidades de pesquisa.

De acordo Figueiredo (1994, p. 7), os estudos de usuários se constituem em “investigações que se fazem para saber o que os indivíduos precisam em matéria de informação, ou então para saber se as necessidades de informação por parte dos usuários [...] estão sendo satisfeitas de maneira adequada”. Ou seja, os estudos de usuários devem partir do reconhecimento da necessidade informacional, e desse modo, possibilitar reconhecer se as necessidades do usuário estão sendo atendidas pelos profissionais, serviços, fontes ou sistemas de informação.

Para compreender o cerne dos estudos de usuários dentro do campo empírico da Ciência da Informação, aponta-se o relevante estudo realizado por Ferreira (2002) que descreve as fases desses estudos a partir da década de 1940, sobretudo, quando se trata dos objetivos e a finalidade do uso da informação. Um

dos aspectos a ser considerado são as mudanças decorrentes das práticas sociais de acesso e uso da informação.

No final dos anos de 1940, o objetivo principal desses estudos era os serviços e produtos disponibilizados; em 1950, os estudos abordavam o uso da informação por usuários das Ciências de grupos específicos, com abrangência às Ciências Aplicadas; Já na década de 60 a temática era o comportamento dos usuários, nos anos 70, o destaque passou a ser os usuários e a satisfação das necessidades informacionais. Na década seguinte a abordagem tinha como foco avaliar a satisfação e o desempenho dos sistemas. (FERREIRA, 2002).

O que se observa é que os estudos de usuários avançavam como campo empírico, porém, como foi mencionado, até os anos de 1980, o usuário ainda permanecia em segundo plano. No Brasil, somente nos anos de 1990, Ferreira (1996), apresentou um novo paradigma para os estudos de usuários da informação: o “paradigma alternativo”, este denominado por Dervin e Nilan (1986), com o objetivo de reunir vários estudos da área. (ARAÚJO, 2012).

Diante desse cenário, Figueiredo (1999) e Ferreira (2002) salientam para as abordagens aplicadas aos estudos de usuários: a abordagem tradicional e a abordagem alternativa. A abordagem tradicional trata do “conteúdo” que se constituem de temas voltados para grupos de usuários com base nos modelos tradicionais da classificação do conhecimento e nos estudos voltados para a “tecnologia” que apresentam como tema o uso de livros, as fontes de informação e os sistemas. (FIGUEIREDO, 1999).

Quando se trata da abordagem tradicional, o sistema era o elemento principal, enquanto na abordagem alternativa o papel principal passou a ser do usuário. (FIGUEIREDO, 2002). A abordagem alternativa se constitui nos estudos de usuários de informação, que na concepção de Ferreira (2002) estão contemplados os estudos de comportamento de usuários. Na visão da autora, o estudo do comportamento de usuários é caracterizado por compreender o usuário como um ser construtivo e ativo, levando em consideração o contexto no qual está inserido, respeitando a sua individualidade e os aspectos cognitivos de cada um.

Pelo exposto, entende-se que o usuário passa a ser considerado o principal ator nas investigações de uso da informação, ideia reforçada por Guinchat e Menou (1994, p, 481) quando afirmam que o usuário “é um elemento fundamental de todos os sistemas de informação”, visto que os sistemas precisam dos usuários para

comprovar a sua eficiência. Os autores mencionados consideram ainda que a transferência de informação entre os usuários se constitui a atividade principal desses sistemas.

Considerando-se os usuários como principais atores quando se trata de uso da informação, torna-se importante revisitar alguns conceitos e características dos usuários para ajudar a contextualizar o uso da informação na perspectiva desses sujeitos. Sendo assim, surge então, o viés social para esses estudos que Santos (1997) discute o paradigma social no qual o conhecimento é representado de maneiras diferenciadas e legitimado pelas práticas sociais desses sujeitos. Nesse sentido, entende-se que o conhecimento é um produto do contexto histórico em diversos espaços de uso de informação.

Corroborando com Santos (1997) afirma-se que o viés social, deve ser o enfoque principal da Ciência da Informação, visto que, entende-se que o usuário de informação é quem determina o significado que ela tem para a sua realidade. A pessoa idosa participa de espaços de interação na busca por informações que contemplem suas demandas, a exemplo de: espaços de convivência, UATIS, associações, grupos sociais e interagem conteúdos que atendem suas necessidades e possam ampliar as formas de acesso, tornando esses espaços ambientes importantes para esse grupo populacional.

Outros autores como Gasque e Costa (2009) também buscaram o viés sociológico e interdisciplinar para os estudos de usuários de informação, sobretudo, nas questões que permeiam o sentido da informação na vida de cada usuário. Nessa perspectiva, Araújo (2014, p. 19) afirma que os avanços nos estudos de usuários na atualidade apresentam duas temáticas:

De um lado, a progressiva superação de uma perspectiva cognitiva /mentalista em prol de abordagens sócio-culturais e pragmatistas (acompanhando a evolução da Ciência da Informação como um todo, em suas diferentes subáreas); de outro lado, o crescente diálogo entre estudos de usuários da informação, em geral (no ambiente científico, empresarial, social, etc.), e estudos de usuários em arquivos, em bibliotecas e em museus (representando um dos aspectos de diálogo em entre os campos de conhecimento da Arquivologia, da Biblioteconomia, da Ciência da Informação e da Museologia).

A afirmativa esclarece algumas das características descritas na abordagem do uso da informação: de um lado a abordagem tradicional voltada para o uso da informação nos diversos ambientes e do outro, o autor destaca aspecto da

abordagem alternativa, ou seja, o usuário de informação “ativo”, que utiliza informações para realizar atividades do seu cotidiano, para atender suas necessidades informacionais.

Desse modo, para um melhor entendimento de usuário de informação neste estudo, adotou-se a definição de Sanz Casado (1994, p. 19) que afirma “o usuário de informação é o indivíduo que necessita de informação para o desenvolvimento de suas atividades”. O autor ressalta que o usuário é a razão dos sistemas existirem. O usuário pode ser classificado como potencial ou real. O usuário em potencial busca informações para as atividades do seu cotidiano, entretanto, não está consciente das suas necessidades informacionais e o usuário real utiliza informações para suprir suas necessidades conscientemente.

Nessa mesma linha de pensamento, o usuário de informação é definido como “indivíduos com necessidades informacionais únicas e com características educacionais psicológicas, sociais também únicas.” (FIGUEIREDO, 1999, p. 19). A autora reafirma que a informação deve ser utilizada de modo produzir sentido para o usuário. O uso da informação deve respeitar as demandas informacionais conforme as características de cada um. Apresentando um viés cognitivista, Choo (2011, p. 83) define o usuário como:

uma pessoa cognitiva e perceptiva; de que a busca e o uso de informação constituem um processo dinâmico que se estende no tempo e no espaço; e de que o contexto em que a informação é usada determina de que maneiras e em que medida ela é útil.

Com base nas afirmações de Choo (2011), o uso da informação é determinado por fatores internos e externos, ou seja, fatores emocionais, cognitivos e situacionais. A maneira como a informação é utilizada também é determinada pelo contexto. Na perspectiva do autor, a informação se insere no âmbito subjetivo do usuário e sua utilização depende do sentido que ela faz para ele. Coadunando com esse pensamento, Araújo (2012, p. 12) descreve o usuário de informação como

aquele que usa a informação, que trabalha com a matéria informação para obter um efeito que satisfaça a uma necessidade de informação. O usuário da informação é um sujeito que por causa de uma necessidade de informação é convertido em usuário da informação, ao lidar com a informação de diversos modos.

Nos conceitos mencionados anteriormente (CHOO, 2011; ARAÚJO, 2012) é ressaltada a importância de conhecer as características das necessidades de informação dos usuários para ampliar as possibilidades de atender as demandas

informacionais, seja no âmbito coletivo ou individual. A necessidade de informação segundo Figueiredo (1999) pode ser representada por dois tipos: a necessidade em função do conhecimento e a necessidade relacionada à ação, ou seja, a primeira se fundamenta no desejo de saber algo, enquanto a segunda resulta da necessidade de utilizar materiais para a realização das demandas provenientes das atividades profissionais e pessoais dos usuários.

No tocante à população idosa, as demandas de informação geralmente estão relacionadas à obtenção de novos saberes e da necessidade de usar a informação para realizar atividades do seu cotidiano. Buscando aprofundar o entendimento da temática, Le Coadic (1998, apud MIRANDA, 2006, p. 102) ressalta que as necessidades de informação

traduzem um estado de conhecimento no qual alguém se encontra quando se confronta com a exigência de uma informação que lhe falta e lhe é necessária para prosseguir um trabalho. Ela nasce de um impulso de ordem cognitiva, conduzido pela existência de um dado contexto (um problema a resolver, um objetivo a atingir) e pela constatação de um estado de conhecimento insuficiente ou inadequado. A necessidade de informação é uma necessidade derivada, comandada pela realização de uma necessidade fundamental.

Após apresentar a afirmativa, torna-se importante destacar que o grupo social dos idosos, se encontra diante de várias demandas informacionais no seu cotidiano, que nem sempre são supridas, apesar de serem reconhecidas e que precisam de informação para a solução de problemas de ordem pessoal, do conhecimento, de lazer, saúde e voltadas para a sua interação social. Conforme Le Coadic (1998) as necessidades informacionais devem ser diagnosticadas a partir do ambiente no qual o usuário convive e assim, cabe afirmar que essas precisam produzir sentido para o usuário.

Considerando usuário de informação, toda pessoa que utiliza informação para o desenvolvimento de suas atividades, Le Coadic (1998, p. 39) afirma que “o conhecimento da necessidade de informação permite compreender porque as pessoas se envolvem num processo de busca de informação.” Para Vechiato e Vidotti (2014), o conhecimento da necessidade de informação é importante para compreender que uso esse usuário faz da informação, bem como, o sentido que tem a informação para a vida e o comportamento informacional desse grupo. Evidencia-se desse modo, que o uso informação passa a ser uma exigência social, seja no

âmbito educativo, do direito, da interação e que perpassa pelo campo do saber. (LE COADIC, 1996).

De acordo Nascimento e Weschenfelde (2002), a necessidade de informação pode variar de acordo com usuário ou ao grupo que ele pertence. Entende-se, a partir dessa afirmação que a necessidade informacional tem origem na carência do conhecimento de algo e a informação pode ser modificada conforme a necessidade de cada usuário, a depender da sua expectativa. Desse modo, se observa uma mudança no contexto do uso da informação, fazendo com que a ênfase passe a ser o paradigma social da informação, no qual o usuário tem a liberdade de escolher a informação que será utilizada no âmbito individual ou do grupo.

Abordando a questão com uma maior amplitude, Capurro (2003) postula que o contexto histórico-cultural dos usuários de informação deve ser considerado, devido à relevância de compreender a diversidade de grupos e de sentidos dado à informação. Considerando-se a população idosa como usuários que trazem uma historicidade, uma heterogeneidade nas questões referentes ao modo de vida, condições sócio-econômicas, culturais, dentre outros aspectos, cabe salientar a necessidade de realizar estudos que possam trazer resultados empíricos para melhor atender esse grupo no que tange o uso da informação no seu cotidiano.

Para Oddone (2007) as necessidades informacionais podem sofrer influências de diversos fatores. De acordo com a autora, o principal fator é o pessoal, entretanto, as necessidades podem apresentar características generalizadas, quando a análise do uso da informação for realizada por determinado grupo de usuários. O que se busca com o estudo desses grupos é conhecer as diferenças apresentadas por esses usuários, devido não ser possível determinar um padrão para as necessidades informacionais dos sujeitos investigados.

Compreende-se que quanto maior a heterogeneidade do grupo será mais difícil alcançar um padrão para as necessidades informacionais e em razão desse aspecto, se deve conhecer as particularidades de cada usuário e buscar suprir a demanda de informação a partir do significado que esta representa para cada pessoa.

O acesso a informação vem se consolidando em todos os âmbitos devido aos avanços tecnológicos, no entanto, observa-se que a realidade não é a mesma para todos os grupos sociais, visto que esse fato ocorre devido aos fatores econômicos e

as questões culturais, dentre outras que envolvem a democratização do acesso à informação.

A população idosa, considerada atualmente como um grupo social emergente, (IBGE, 2012), é visto como aquele que mais cresce no Brasil e em várias partes do mundo, fazendo com que as demandas de informação sejam intensificadas, considerando que esses usuários possuem necessidades informacionais variadas utilizadas principalmente na busca por uma maior interação social. (VECHIATO, 2014).

O idoso reconhecido por Vechiato e Vidotti (2014, p. 98) “como usuário em potencial da informação disponível nos mais diversos canais, fontes e suportes informacionais.” O que justifica a importância de conhecer esse usuário, suas necessidades informacionais e o seu comportamento de busca e uso da informação. Os autores acreditam que esse segmento social busca “uma longevidade aliada ao acesso a informação e a construção do conhecimento.” (VECHIATO; VIDOTTI, 2014, p. 98).

Diante das colocações acima citadas sobre os idosos como usuários em potencial, cabe explicitar que a realidade observada neste estudo, evidenciou que a população idosa se constitui na atualidade como um grupo de usuário real de informação, sobretudo, no que diz respeito às demandas informacionais sobre a saúde e interação social. Fato que demonstra a importância da realização da investigação relacionada ao referido grupo.

O segmento dos idosos apresenta necessidades informacionais diferenciadas devido à heterogeneidade do perfil de cada usuário, nesse sentido, afirma-se que o uso da informação está voltado para diversos fins, tais como: obtenção de conhecimento na área de saúde, qualidade de vida, acesso aos direitos, atividades como: acessar as redes sociais, acessar sites, ver notícias, realizar operações bancárias, dentre outras atividades cotidianas.

Entende-se neste estudo que a informação precisa ser acessível para todos, a depender das necessidades informacionais de cada usuário, e nesse sentido, a informação torna-se necessária no desempenho do papel de cada pessoa pertencente a qualquer grupo social.

Sobre esse aspecto social da informação, Barreto (1995) afirma que a informação é vital para viver em sociedade, sendo assim, a inserção social do idoso é na atualidade uma nova demanda, no que diz respeito ao acesso e uso da

informação. Nessa perspectiva, identifica-se a urgência de atender às necessidades desses usuários, principalmente quando se entende que “o uso da informação passa obrigatoriamente por considerar as especificidades de cada contexto ou meio no qual o usuário se encontra.” (ARAÚJO, 2012, p. 19). Diante da afirmativa do autor é possível constatar que no atual paradigma social, a informação é pertinente para qualquer grupo em razão das demandas informacionais na realidade constatada.

2.2 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL: EM ESTUDO A BUSCA E O USO DE INFORMAÇÃO

A sociedade atual impõe cada vez mais que o ser humano busque informação para atender as demandas oriundas dessa realidade, seja para obter conhecimento ou interagir com o mundo em constantes transformações. A busca por informação nesse contexto é considerada uma das atividades prioritárias do ser humano no panorama social contemporâneo. Os estudos de comportamento informacional visam compreender a dinâmica da busca da informação, no que diz respeito aos serviços disponibilizados por um sistema ou unidade de informação. No tocante às necessidades informacionais, o comportamento do usuário pode estar voltado para adquirir conhecimento, interação social, lazer, ou simplesmente ter como objetivo se manter informado sobre os acontecimentos do dia-a-dia. (ARAÚJO, 2010).

A mudança do paradigma da Biblioteconomia, centrado na organização das coleções, nos suportes de documentos, no armazenamento e conservação dos acervos, que antecede a Ciência da Informação, apresentava uma fragilidade em relação aos usuários. (RUSSO, 2010). A autora discute o paradigma apresentado a partir de dois aspectos: a preocupação com o armazenamento e a conservação era maior que com o conteúdo. Outro aspecto apontado pela autora nesse paradigma é “a valorização secundária ao atendimento aos usuários, os quais deveriam se constituir no foco principal das atividades realizadas.” (RUSSO, 2010, p. 48).

Tendo em vista o fato de que o usuário deve ser tratado com prioridade quando se trata do uso de informação, é válido destacar que as questões levantadas pela autora se fundamentam no âmbito social da área, que mais tarde daria origem ao novo campo do conhecimento voltado para atender as demandas informacionais do usuário diante das suas necessidades de informação; nesse cenário, que de

acordo Russo (2010, p. 54) “nasce da mudança de foco do suporte dos documentos para a atenção dada aos seus conteúdos e se transporta daí para a informação em si [...]”, surge a Ciência da Informação.

Somente a partir da década de 1990 é que os estudos do comportamento informacional foram intensificados, com o início do paradigma social para as pesquisas da área da Ciência da Informação com ênfase no usuário, nos aspectos do contexto, sobretudo, o contexto histórico, econômico, político e cultural do sujeito. (CAPURRO, 2003). Com essas mudanças do paradigma físico voltado para os sistemas e recuperação da informação, para o paradigma social, se passou a investigar as necessidades do usuário, o processo de busca e uso da informação.

Considerado um tema de interesse na área da Ciência da Informação há algum tempo, ao consultar a literatura internacional, foi constatado que a origem dos estudos de comportamento informacional antecede o termo Ciência da Informação (FURNIVAL; ABE, 2008). No contexto brasileiro, conforme Cunha (1982), esses estudos tiveram seu marco na década de 1970 e sinaliza que a maioria deles foram apresentados em dissertações de mestrado.

O termo “comportamento informacional” foi introduzido nos anos de 1970, por Wilson, fato que decorreu das mudanças do paradigma voltado para os sistemas de recuperação da informação, que passou a investigar as necessidades informacionais do usuário, bem como, o processo de busca e o uso da informação.

Em razão de ampliar o conhecimento e esclarecer aspectos da complexidade em que se insere a abordagem, foi necessário apresentar e discutir alguns conceitos encontrados na literatura utilizada. No cenário internacional, Wilson (1999) define o comportamento informacional como a interação do uso da informação pelo usuário no contexto social. O conceito discute o papel da informação na vida e no ambiente em que se insere o usuário.

O autor discute a busca, o uso e a transferência da informação, quando o usuário reconhece suas necessidades informacionais. Para Wilson (2000), o comportamento informacional é entendido como o comportamento humano diante das fontes e canais informacionais, bem como a busca realizada por esse usuário, Wilson discute a interatividade do usuário com as fontes e canais informacionais no momento da busca e no uso da informação, independente se o usuário tenha ou não intenção de suprir uma necessidade informacional. (Wilson, 2000, **tradução nossa**).

Com uma proposta voltada para o uso da informação, Taylor (1991) apresenta um novo conceito para o comportamento informacional que trata do uso da informação a partir da necessidade de solucionar algum problema, ou seja, é preciso existir uma real necessidade para que seja realizada a busca de informação. Desse modo, compreende-se que o comportamento informacional depende de uma situação de problema ou necessidade de informação.

Na visão de Martinez-Silveira e Oddone (2007, p. 121) comportamento informacional é “todo comportamento humano relacionado às fontes e canais de informação, incluindo a busca ativa e passiva de informação e o uso da informação”. O usuário sempre está envolvido num processo de busca de informações, pois, o uso de informação hoje é parte integrante da vida de todo sujeito social.

O comportamento informacional é compreendido como um processo que envolve a busca e o uso de informação visando o conhecimento ou a interação social. Araújo (2010) salienta que os pesquisadores do comportamento informacional estão cada vez mais focados no contexto dos usuários, considerando a história de vida, a cultura, o ambiente ou a organização na qual o usuário se encontra. Acredita-se que esse aspecto é um fator relevante quando se trata do estudo de um determinado grupo social, sobretudo, quando esse grupo traz um referencial de vivências, conhecimento e se insere em diferentes contextos sócio-culturais.

Numa revisão da literatura estrangeira sobre a temática, Fialho e Andrade (2007, p. 2) ressaltam que

O foco sobre a compreensão dos tipos de comportamento informacional humano tem se tornado conhecido nos últimos 25 anos. De forma simplificada, a conduta humana na busca de informação é o estudo da interação entre pessoas, os vários formatos de dados, informação, conhecimento e sabedoria, nos diversos contextos em que interagem.

Case (2006, apud GASQUE; COSTA, 2010, p.29) elaborou uma proposta de revisão “identificando pesquisas que contemplavam três categorias: profissões (gerentes, cientistas), papel desempenhado (aluno, pacientes) e aspectos demográficos (idade, gênero, grupos étnicos)”. A ênfase no usuário representa uma tendência que visa aprofundar a análise da busca e uso da informação na perspectiva individual ou coletiva, com o estudo de grupos específicos, tais como: os profissionais de saúde, políticos, deficientes físicos, adolescentes, mulheres, idosos dentre outros. O autor salienta em seus estudos que a abordagem por grupo

demográfico é menos utilizada do que aos estudos que a variável é a profissão ou papel social do usuário. (CASE, 2006).

Para investigar e compreender o comportamento informacional e os aspectos relacionados ao uso da informação, a partir dos anos de 1980 foram desenvolvidos diversos modelos para este fim. Diversos autores se dedicaram ao desenvolvimento de pesquisas sobre o comportamento de usuários de informação, contribuindo de modo significativo para o crescimento do campo científico da área, aprofundando as discussões em torno das questões que dialogam com a busca e uso de informação, entre eles: O modelo de Belkin, Oddy e Brookes (1982); a Hipótese de Estado Anômalo de Conhecimento, (ASK); o modelo apresentado por Robert Taylor (1986), com a temática voltada para as necessidades informacionais; Carol Kuhlthau (1991) o processo de busca de informação (ISP), Brenda Dervin (1983, 1992), com a abordagem Sense-Making, os modelos de Wilson (1981; 1997; 1999) e o modelo de Choo (2011), dentre outros.

Todos esses modelos relacionados e outros não citados neste estudo, visavam analisar o comportamento informacional, apresentar como ocorre o processo de busca de informação, numa perspectiva cognitiva, considerando os usuários como sujeitos ativos diante do contexto informacional.

Conhecido como “Estado Anômalo do Conhecimento”, o modelo desenvolvido por Belkin, Oddy e Brookes (1982), descreve uma necessidade de informação identificada pelo usuário, quando este apresenta uma lacuna de informação e precisa realizar novas buscas de acordo a sua demanda pessoal. O modelo traz a dimensão cognitiva e social do usuário. Na mesma linha cognitiva, Brenda Dervin (1983) apresentou o modelo Sense Making. Compreende-se que esse modelo trata das habilidades dos usuários na produção de sentido para a realidade existente e é entendido pela autora como uma lacuna cognitiva, esse modelo propõe avaliar a percepção e o modo como os usuários interagem com os recursos e fontes informacionais no processo de busca de informação, sobretudo, a maneira que a informação é utilizada em diferentes situações.

O modelo de Taylor (1986) aborda a informação útil ao usuário, para o autor a busca ocorre a partir dos valores atribuídos nos processos da seleção, de análise e julgamento, decorrente das atitudes, ações e decisão do usuário. Nesta abordagem, o autor analisa a importância do contexto, e da interação pessoal para compreender

o comportamento informacional. A ênfase está nas condições situacionais no processo de busca e uso da informação.

Para observar a busca de informação como processo, foi desenvolvido por Carol Kuhlthau (1991), o modelo de comportamento informacional denominado de Information Search Process (ISP). A autora descreve a busca de informação a partir dos seguintes estágios: início, seleção, exploração, formulação, coleta e apresentação. Kuhlthau (1991) considera além dos aspectos cognitivos, os aspectos emocionais do usuário no processo de busca. Para a autora, o fator emocional pode ser decisivo no uso que o usuário faz da informação. O processo de busca de informação é uma construção que envolve sentimentos, pensamentos e atitudes do usuário. (KUHALTHAU, 1991).

Nessa pesquisa, os modelos de Thomas Wilson, se destacam em razão da proximidade da temática. No decorrer de três décadas o autor desenvolveu três modelos de comportamento informacional. Sendo que no ano de 1981, o autor apresentou o primeiro modelo de comportamento de busca de informação, que foi revisado em 1996. Wilson (1981) já demonstrava preocupação com o usuário e as dificuldades encontradas no ambiente e se voltava para o comportamento informacional do ser humano e para as necessidades informacionais dos usuários.

No modelo apresentado em 1981, o autor define as necessidades informacionais como: psicológicas, afetivas e cognitivas. Nesse modelo, deve ser considerada a personalidade do usuário, sobretudo, as representações sociais desse usuário e o ambiente. Wilson (1981) desenvolveu esse modelo para investigar a percepção do usuário no que tange suas necessidades informacionais.

O modelo proposto por Wilson (1981) foi aprimorado, e foi denominado de modelo geral de comportamento informacional (1996). O autor inseriu alguns aspectos do modelo Sense-Making, de Dervin, como as necessidades cognitivas e afetivas dos usuários e acrescentou em seus estudos o vazio causado pela necessidade de informação na resolução de algum problema situacional. (WILSON, 1996).

O modelo de Wilson (1999) não se limita ao processo de busca de informação, mas, nos aspectos do contexto em que o usuário se encontra, neste, a busca só ocorre quando o usuário reconhece a sua necessidade de informação. Portanto, o que Wilson (1999) ressalta é que o comportamento informacional deriva

de um processo de busca em diferentes sistemas, fontes e canais de informação, desde quando exista um vazio ou lacuna informacional percebido pelo usuário.

Na percepção de Choo (2011) o modelo de comportamento informacional deve atender para três aspectos: a necessidade, o comportamento de busca e o uso da informação. Na concepção do autor, o processo de busca e uso da informação é desenvolvido em três estágios: o primeiro se refere à questão cognitiva da produção de sentido, seguida da dimensão do processo de busca e uso da informação, e por fim, a dimensão social e situacional nos vários contextos que envolvem a utilização da informação.

Nota-se a partir dos modelos apresentados, que a discussão do comportamento informacional permeia uma complexidade que envolve o comportamento humano, sobretudo, quando se trata dos aspectos cognitivos, a exemplo: os sentimentos e as percepções. Entretanto, aspectos externos como: o ambiente e os aspectos situacionais não devem ser descartados para compreender o comportamento do usuário. Gasque (2010) acrescenta que a busca de informação está relacionada ao modo que o usuário procura a informação adequada para sua necessidade.

Diante do exposto, compreende-se que as teorias e os estudos realizados não se esgotam nessa breve revisão. Existe uma variedade de modelos que certamente contribuiriam para ampliar a discussão no campo investigativo. O estudo pretendeu apresentar algumas dessas perspectivas que se vincula ao objeto desta pesquisa, visando aprofundar o conhecimento relacionado à análise das necessidades informacionais do idoso, sobretudo, por ser um grupo social em crescimento, com demandas e necessidades informacionais que devem ser identificadas e atendidas.

Choo (2011, p. 103) compreende que o processo de busca “faz parte de uma atividade social por meio da qual a informação torna-se útil para um indivíduo ou para um grupo”. O reconhecimento do comportamento de um grupo específico pode ser utilizado como um instrumento relevante na promoção de ações voltadas para atender à população analisada. No que se refere aos idosos, reconhecer a maneira que eles se comportam no processo de busca de informação se faz necessário para a elaboração de atividades, programas entre outras ações que intensifiquem a educação permanente e assim, contribua para a inserção desta população na sociedade da informação.

Face ao exposto, foi constatado que a análise do comportamento informacional seja de um grupo ou de um usuário “significa perceber que existem indivíduos usando, buscando, sentindo falta ou disseminando informação”, (ARAÚJO, 2013, p. 3). Nesse sentido, analisar as demandas informacionais da pessoa idosa representa uma maneira de contemplar esses sujeitos sociais como usuários reais de informação.

Contudo, salienta-se que deve ser dada a esse grupo uma maior atenção as possíveis limitações apresentadas no uso das fontes, canais e recursos informacionais oriundos dos avanços tecnológicos da contemporaneidade.

2.3 ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO: UM DIREITO SOCIAL

A história registra que a busca por conhecimento sempre fez parte do cotidiano da humanidade. Desde os ancestrais, a informação é algo inato da vida em sociedade. O ser humano durante toda a história interage com informações, e por esse motivo vem desenvolvendo meios de comunicar e disseminar o conhecimento produzido. Nesse sentido, entende-se que as fontes de informação desempenham um papel fundamental para a troca de conhecimento entre os povos, desde quando a disseminação da informação era bastante limitada. O que leva a refletir sobre as transformações nas maneiras de acesso, bem como a informação como um direito social.

Na contemporaneidade, as possibilidades de acesso a informação se intensificaram com o uso das tecnologias de comunicação e informação. Castells (1999) discute em seus estudos, o papel das Tecnologias da Informação e da Comunicação no cotidiano das pessoas. Sabe-se que as tecnologias digitais transformaram em pouco tempo os modos de acesso a informação. As mudanças ocorridas na sociedade em razão desses avanços e inovações foram responsáveis tanto por outras maneiras de acesso e disseminação de informação, sobretudo, quanto ao modo das pessoas se relacionaram com a informação e com o mundo. (CASTELLS, 1999).

O contexto descrito acima ampliou a produção de informação, ocorrendo a chamada “explosão informacional” e surge neste contexto a Ciência da Informação (CI), uma ciência social que de acordo Le Coadic (1996) tem sua origem no âmbito dos problemas gerados pelo crescimento dos fluxos informacionais na sociedade,

com o objetivo de resolver as questões relacionadas à informação. O autor afirma que a CI “tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos).” (LE COADIC, 1996, p. 26).

A definição do autor anteriormente mencionado descreve detalhadamente, que a CI trata especificamente das análises referentes aos processos de construção, comunicação, uso da informação e da concepção dos produtos e sistemas que possibilitam esses processos, bem como o armazenamento de informação. (LE COADIC, 1996).

No tocante aos objetivos da CI como uma ciência que tem no seu cerne os problemas relacionados à informação, sobretudo, no que se refere ao acesso e uso, Borko (1968, p. 3) descreve a CI como:

[...] uma disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso. A CI está ligada ao corpo do conhecimento relativos à origem, coleta, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão e uso da informação [...].

Hoje o debate acerca da oferta de informação é decorrente das questões relacionadas à utilização dos recursos informacionais, visando atender as demandas de necessidades de informação dos usuários, contribuindo para o desenvolvimento e interação social. Para discutir a Ciência da Informação numa abordagem social em que o uso da informação toma dimensão global e de relevância para viver em sociedade, Wersig e Neveling (1975) apresenta o viés socialista discutindo a responsabilidade social, como um dos aspectos mais importante no que se refere à CI. Wersig (1993) entende a informação como um conhecimento para ação, devido à relação estabelecida entre os atores sociais, o contexto e as tecnologias.

Freire (2001, p. 11) tece considerações sobre o que postula Wersig e Neveling (1975) sobre a responsabilidade social da CI e afirma que “ a situação atual é que a oferta excede a demanda: o desafio é distribuir a informação de modo a fazê-la chegar a um receptor que necessite de conhecimento [para] ação.” A autora afirma que o mais importante é possibilitar o acesso para todos. Compartilhando do pensamento de Freire (2001), afirma-se que o acesso a informação deve ser algo sem restrição de qualquer natureza, pois o seu sentido está em suprir uma necessidade ou o desejo do usuário. Nesse sentido, o usuário deve ter acesso a fontes e canais de informação, que nessa perspectiva é considerado

tudo o que gera ou veicula informação. Pode ser descrita como qualquer meio que responda a uma necessidade de informação por parte de quem necessita, incluindo produtos e serviços de informação, pessoas ou rede de pessoas, programas de computador, meios digitais, sites e portais. (RODRIGUES e BLATTMANN, 2014, p. 10).

Corroborando com a concepção dos autores Gomes e Dumont (2015, p. 135) define que as fontes de informação “são veículos potenciais que podem possuir uma determinada informação para um determinado sujeito para satisfazer uma determinada necessidade.” Percebe-se desse modo, que o usuário precisa conhecer a sua necessidade, para assim, buscar a informação para suprir a sua demanda informacional. Destaca-se que o conhecimento das fontes é essencial para que os sujeitos possam utilizá-las de maneira potencializada, a fim de satisfazerem suas necessidades informacionais em todas as suas atividades. (GOMES; DUMONT, 2015).

Para tanto, CUNHA (2001, p. 8) afirma que “[...] o conceito de fontes de informação ou documento é muito amplo, pois pode abranger manuscritos e publicações impressas, além de objetos” [...]. Silveira e Oddoni (2007) complementam e argumentam que para sanar suas necessidades informacionais, os sujeitos sociais se utilizam das fontes de informação como locais onde se buscam informações, que podem apresentar características próprias e disponibilizadas em diversos contextos.

Interpolando uma visão mais ampla, para Gomes e Dumont (2015, p. 134) “a satisfação da necessidade de informação encontra-se intrinsecamente relacionada à fontes, isto é, estas comportariam elementos inscritos com a possibilidade de o sujeito construir significados.” Os autores apontam o papel das fontes de informação em contribuir para a construção do conhecimento, quer seja no âmbito individual ou coletivo.

As citações dos autores acima referenciados sinalizam para a necessidade de ampliar o acesso a informação, em razão destas possibilitarem aos usuários a produzir saberes necessário para o exercício da cidadania. No que diz respeito a informação e cidadania corrobora-se que “a informação é um bem social quando as pessoas a utilizam em suas atividades sociais, educacionais e culturais, exercendo os seus direitos à cidadania.” (MOORE, 1997, p. 271-272 apud VARELA, 2007, p. 31). Ao nosso ver, sendo a informação um bem para a cidadania, o seu acesso deve

estar atrelado à todas as questões que envolvem os direitos dos sujeitos sociais. Araújo, (2001) apresenta argumentos da mesma natureza e reforça que

Consideramos que a construção da cidadania ou de práticas de cidadania passa, necessariamente, pela questão do acesso/uso de informação, pois tanto a conquista dos direitos políticos como dos direitos civis e sociais depende fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos, de uma ampla circulação e disseminação/comunicação de informação sobre os mesmos e de um processo de discussão crítica sobre os processos que se desenvolvem no contexto social em questão. Consideramos que o não-acesso a informação dificulta o pleno exercício da cidadania. (p. 32).

Dessa maneira, em se tratando do segmento social dos idosos, visto como um grupo que em alguns casos possuem limitações de acesso e de uso de informação, se discute a temática sob o viés das práticas informacionais e dos espaços que contribuem para estabelecer de fato o acesso a informação. Esse aspecto, leva a refletir sobre de que maneira tem sido o acesso de informação para a garantia das práticas informacionais e os direitos da pessoa idosa. Araújo (2001, p. 32) assevera que

no contexto das práticas sociais, a informação é um elemento de fundamental importância, pois é através do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento dos seus direitos e deveres e, a partir daí tomam decisões sobre suas vidas, seja em nível individual ou coletivo. Assim, ao estabelecerem circuitos comunicacionais os sujeitos constroem as práticas informacionais.

Para contextualizar as fontes de informação como algo que se refere a qualquer necessidade informacional e que pode variar de suporte e ser utilizada de acordo com a necessidade do usuário, Campello (1998) faz referência às informações utilitárias, definindo-as como informações de ordem prática, na solução de problemas do cotidiano dos usuários, como assuntos relacionados à educação, saúde, direitos, emprego, segurança, lazer, dentre outros. (CAMPELLO, 1998).

Kobaschi e Tálamo (2003) discutem uma perspectiva social da informação, porém, ressaltam que o acesso não é feito de modo igualitário para todos. Embora exista uma diversidade de fontes e canais de informação disponíveis nos dispositivos de acesso no âmbito global, por meio das tecnologias digitais, se discute o acesso a informação como um direito social.

Para tratar a informação como um direito social, Kobaschi e Tálamo (2003) tecem as seguintes considerações sobre o acesso à informação nesse cenário:

Na sociedade contemporânea, caracterizada pelos fluxos de informação em escala global, o direito a informação assume papel fundamental, não só por constituir-se crescentemente como direito elementar [...] O acesso à informação impõe-se como um direito global e globalizado em relação aos demais. A expressão “cidadania planetária” dá conta desse aspecto e não é de se estranhar, portanto, que suas várias ocorrências sinalizem gestos relativos à integração de oferta, do acesso e do uso da informação no cotidiano. (p. 2).

A visão globalizada das autoras demonstra que os fluxos de informação ao alcançarem a esfera global, tornou o acesso à informação um direito básico e social de todas as pessoas. Entretanto, sabe-se que muito idosos ainda estão a margem desse direito. Em alguns âmbitos sociais, a população idosa ainda não foi contemplada com os direitos da modernidade, mesmo quando estes são assegurados pelo Estatuto do Idoso.

Ainda que a informação como direito seja uma discussão da realidade, essa preocupação já era sentida na segunda metade do séc. XX, quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu Art. 25º faz referência aos direitos sociais, ao tratar do nível de vida adequado¹.

¹ esse nível de vida adequado inclui a saúde, o bem estar, a alimentação, o vestuário, e a habitação, a assistência médica, os serviços sociais necessários e seguros desempregos, doença, invalidez, viuvez, velhice e outros que protejam o indivíduo em caso de perda de seus meios de subsistência.” (LOPEZ; SAMEK, 2011, p. 27).

López e Samek, (2011) também evidenciaram a questão quando discorreram sobre inclusão digital:

Os direitos humanos devem ser entendidos como parte de uma luta pela libertação humana, ou seja, como uma prática emancipatória. É certo que a tecnologia pode ajudar as pessoas nessa luta, e quem está excluído dos avanços tecnológicos desfrutados pela maioria da população, sofre de alguma maneira violação em seus direitos ao não desfrutar de um nível de vida “adequado”¹ (Artigo 25 da Declaração Universal de Direitos Humanos), ao menos no sentido de sofrer exclusão se não tem acesso à informação e a cultura, que inevitavelmente passa pelo uso das tecnologias da informação e da comunicação. (p. 23).

O direito à informação, visto como um direito humano e social é assim reconhecido na sociedade da informação por diversos países, organismos internacionais, a exemplo da IFLA, da UNESCO, do Conselho Europeu, entre outros. O acesso à informação passa a ser um direito para a vida de todos os sujeitos sociais.

No Brasil, o direito à informação foi integrado como um direito fundamental, no seu artigo 5º da Constituição Federal de 1988 que descreve:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1998).

Diante do exposto, é realidade reconhecer o papel desempenhado pelas TICs para o acesso à informação e ao conhecimento, em um cenário no qual a exclusão social está atrelada à exclusão digital. Cuevas e González (2011) consideram a inclusão digital e informacional como a inclusão social. Para as autoras, a inclusão digital tem como principal objetivo a inclusão de todos os indivíduos na sociedade da informação, sobretudo, os grupos que tem maiores dificuldades no acesso às tecnologias da comunicação e informação.

Atualmente, as necessidades informacionais se intensificam sobre a dinâmica da evolução dos suportes e dos canais de informação disponíveis. Nota-se, que o acesso à informação ainda é visto por autores como Cuevas e Gonzalez (2011), um problema a ser resolvido. Nesse sentido, compreende-se a relevância não somente da democratização do acesso, como também, a necessidade de informação, se faz necessário conhecer as particularidades de cada grupo social, suas características

culturais, sociais, econômicas para que possa vir assegurar a inclusão desses grupos no contexto informacional, a exemplo o dos idosos.

Cuevas e González (2011, p. 55) afirmam que

a inclusão digital tem como interesse a inclusão de todas as pessoas na sociedade da informação, especialmente os grupos com maiores dificuldades de acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), tanto facilitando o acesso ou com a aplicação de normas e diretrizes e através de treinamento e educação. Este é o tipo de inclusão social com maior relevância no contexto do desenvolvimento capitalista.

Nesta perspectiva, os programas de inclusão digital europeu, segundo as autoras, estão voltados para grupos como: os idosos, os desempregados; deficientes físicos; deficientes mental ou sensorial. No âmbito brasileiro, os programas de inclusão digital, geralmente apresenta como foco a população marginalizada, com risco de exclusão social, ou visa a alfabetização informacional de profissionais, com o objetivo de melhorar o nível de acesso à informação para um melhor desempenho profissional. (CUEVAS; GONZÁLEZ, 2011).

Entende-se que a inclusão digital está voltada para atender as demandas do cotidiano e contribuir para o bem-estar e uma melhor qualidade de vida dos grupos sociais e para possibilitar a realização de ações direcionadas para este fim, López e Samek (2011, p. 33) salientam que “o propósito é portanto, conseguir que estas pessoas, como partes interessadas, sentem-se também à mesa onde os setores público, privado e cívico trabalhem em comum” participando ativamente das decisões voltadas para as políticas de informação.

No que diz respeito ao grupo dos idosos, no Brasil, o direito à informação está assegurado por leis como: a Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e também pelo Estatuto do Idoso, de 2003 (BRASIL, 1994, 2003). Contudo, ainda que exista o amparo legal a essa população é preciso reconhecer que o acesso a informação pela população idosa precisa ser discutido em seus diversos aspectos, principalmente naqueles relacionados às necessidades específicas desse grupo populacional. Outra questão não menos importante é o reconhecimento dos direitos por parte dos idosos, inclusive o direito à informação.

Sobre as leis direcionadas ao acesso a informação no Brasil, foi criada em 18 de novembro a Lei nº 12.527 de 2011, a Lei de Acesso a Informação (LAI), com o objetivo de efetivar o direito à informação, esta dispõe que todo cidadão tem direito à informação, a lei trata do exercício dos direitos sociais e individuais, com ênfase no

exercício da cidadania, no bem-estar e a dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, associando as necessidades informacionais do idoso com o direito assegurado pela LAI, afirma-se que é preciso o reconhecimento desta, por todos os sujeitos sociais, inclusive a população em estudo.

Desse modo, considera-se o reconhecimento das necessidades informacionais, um fator principal para o idoso exercer a sua cidadania. O conhecimento das fontes e a democratização do acesso à informação representam para a população idosa uma forma de socialização, tendo em vista, qualidade de vida e interação social.

3 A PESSOA IDOSA E AS NOVAS PRÁTICAS CULTURAIS

*Saber envelhecer é a obra prima da sabedoria
e uma das partes mais difíceis da grande
arte de viver.*

F.H. Amiel

A longevidade é vista na perspectiva social, como uma conquista do ser humano. Representada por diversas mudanças positivas, que ao longo do tempo transformam a maneira das pessoas viverem em sociedade. A população idosa acompanha as transformações do âmbito social a partir dos avanços tecnológicos na área de saúde, com os novos recursos de tratamentos para diversas doenças, a exemplo da medicina preventiva, dentre outros fatores que beneficiam o aumento da expectativa de vida. Conforme afirma Berzins (2003, p. 21)

Em séculos passados, o indivíduo era considerado velho quando alcançava 40 anos e jovem era quem tinha 14 anos ou 15 anos de vida [...]. Na pré-história, no Império Romano e na Grécia Antiga, a idade média das pessoas era em torno dos 25 anos. As condições de vida influenciavam grandemente o número de anos que os homens podiam alcançar nas suas vidas. A longevidade e a expectativa de vida foi crescendo com o decorrer da história.

Compreende-se a partir do exposto, que a longevidade foi conquistada paulatinamente na história da humanidade. De acordo a autora, foi necessário uma média de dois mil anos para que o ser humano avançasse o tempo de vida em dez anos. Na atualidade a expectativa de vida tem avançado em números sem precedentes. Dados estatísticos demonstram que entre 1900 e 1915 a expectativa de vida teve um aumento significativo de mais de 10 anos, na década de 1950, a expectativa de vida nos países industrializados era de 65 anos. (BERZINS, 2003).

Vários fatores são citados para justificar esse aumento da longevidade humana. visto que, foi mencionado que a sociedade passa por grandes transformações no cotidiano das pessoas, seja no comportamento, nas condições econômica e social, a população idosa cresce diante do contexto capitalista, tendo como justificativa as melhores condições de vida na sociedade industrializada, com novas perspectivas de vida, outros fatores são responsáveis por esse aumento progressivo desse segmento populacional, como: a diminuição da taxa de natalidade e a diminuição da mortalidade infantil. (BERZINS, 2003).

Ao constatar essa realidade, a concepção do idoso tem sido cada vez mais questionada e discutida, pois, o idoso hoje tem participação ativa na dinâmica social, pois, o idoso hoje busca por seus direitos, visando melhores condições de vida. Participar dessa dinâmica é uma preocupação na velhice, sobretudo, por que muitos idosos ainda sofrem discriminação e o descaso, seja por parte da família ou do sistema social ainda são considerados desafios a ser enfrentados por esses sujeitos sociais.

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2005) considera idosas as pessoas com mais de 65 anos que residem em países desenvolvidos, sendo que para países em desenvolvimento a Organização considera idosas as pessoas que tem idade acima de 60 anos. Essa determinação se fundamenta na expectativa de vida, visto que, segundo a OMS nos países desenvolvidos o processo de envelhecimento é mais lento, devido a uma melhor qualidade de vida nesses países.

O crescimento da população idosa é na atualidade considerado um fenômeno social. Dados da OMS (2013) mostraram que a população mundial terá um aumento estimado em 370 milhões de pessoas com mais de 60 anos para o ano de 2050. Segundo a ONU, (2007) a população idosa deve ultrapassar a marca de 1 bilhão de pessoas, em dez anos. Conforme pesquisa da OMS, para o ano de 2050 a estimativa é de 2 bilhões de idosos na população global. Esses estudos revelam que a população idosa é a que mais cresce na atualidade em todo o mundo. Deve ser levado ainda em consideração que esse aumento é significativo quando a faixa etária está acima de 80 anos. Ainda segundo a OMS (2013), o Japão é o país com o maior número de idosos e uma expectativa de vida em média de 83 anos.

No Brasil, o crescimento do segmento idoso tem se intensificado a cada década. A mudança no perfil dos brasileiros já pode ser notada em todos os âmbitos sociais. De acordo o IBGE, os resultados do Censo 2010 confirmaram o aumento significativo de pessoas com 65 anos ou mais em relação aos jovens de até 25 anos. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

Para o ano de 2025 estima-se atingir uma média populacional de trinta milhões de idosos em todo o mundo. As pesquisas realizadas pela ONU (2007) apontam que em 2050, 22,5% dos brasileiros terão 65 anos ou mais e o Brasil ocupará o 9º lugar em relação à população idosa na esfera global até 2050. Todos esses dados refletem a urgência de investigar as demandas desse grupo populacional em todos os aspectos. Sabe-se que o envelhecimento populacional é

um fenômeno explorado por pesquisadores de diversas áreas e que o debate se intensifica no que diz respeito ao modo de vida do idoso nesse cenário social.

A OMS (2013) e a ONU (2007) classificam o envelhecimento conforme o critério biológico, que resulta nos seguintes estágios: meia-idade de 45 à 59 anos; idoso de 60 à 74 anos; velho de 75 à 89 anos e muito velho idade acima de 90 anos. Para Debert (1999), os estágios do envelhecimento foram classificados de acordo a idade e do nível de independência funcional dos idosos: jovens idosos (65 – 75); idosos (mais de 75 anos) e idosos mais idosos (acima de 85 anos). Os estágios reafirmam as diferentes percepções sociais do envelhecimento até mesmo por pesquisadores e resulta em questionamentos sobre a vulnerabilidade que o envelhecer pode trazer para o sujeito social, a depender do contexto no qual ele se insere.

Observa-se que o envelhecimento humano pode ser visto por diversos ângulos, sendo que os aspectos biológico, social, intelectual, econômico, funcional e o cronológico, são determinantes para o início do processo de envelhecimento. (BALDESSIN, 2002). Observa-se que na literatura da área que o aspecto cronológico está entre um dos mais citados quando o assunto é o envelhecer. Baldessin (2002) afirma que não existe um fator determinante para o início do processo de envelhecimento, devendo ser considerados tanto os aspectos, quanto os contextos.

Na concepção do autor, os aspectos biológicos, sociais, intelectuais, econômicos, funcionais e o cronológico, são determinantes para o início do processo de envelhecimento. (BALDESSIN, 2002). Compartilhando dessa mesma visão, Beauvoir (1990) considera a velhice um fenômeno biossociocultural e complexo e que não deve ser entendido apenas por um determinado aspecto. Para a autora, além dos fatores biológicos, devem ser considerados os aspectos sociais, culturais, dentre outros, para que se possa entender melhor esse estágio da vida.

Entende-se que são muitas as variáveis quando se trata da velhice, ressaltando que o aspecto cronológico e as mudanças biológicas devem ser somados ao contexto histórico do indivíduo. De acordo com Arendt (2001) na mesma perspectiva de Beauvoir (1990), o envelhecimento deve ser visto pela sociedade como algo que faz parte das transformações biopsicossociais do ser, fenômeno que todos terão que viver individualmente, algo natural que deve ser vivido de maneira positiva.

Nessa direção, torna-se fundamental observar o contexto social e cultural do envelhecer, que segundo afirma Geertz (1978, p. 47) “o que o homem é está tão envolvido com o onde ele está [...] e no que acredita que é inseparável dele [...]”. O autor enfatiza que “não existe de fato homens não modificados pelos costumes de lugares particulares [...]”. Desse modo, o envelhecimento, deve ser visto sob a ótica das transformações sociais e da dinâmica cultural dos lugares onde vivem os indivíduos.

A concepção de velhice foi alterada no decorrer do tempo. A história registra que em civilizações milenares, e em sociedades arcaicas do continente africano, a velhice representava fonte de sabedoria e esperança, a pessoa velha era vista como conselheira, guardião das tradições e desempenhava o papel de elo entre as origens e os Deuses. Neste contexto, a velhice estava associada à força vital, o papel da memória viva.

A tradição da oralidade foi considerada um patrimônio no âmbito social por muito tempo, nas sociedades orientais até os dias atuais, os mais velhos ocupam um lugar privilegiado tanto na família, quanto na religião. A imagem da velhice representa honra e respeito, na sociedade romana o velho era um sinal de poder e conhecimento. Entretanto, em razão da dinâmica social, na qual novas ideias são movidas pelo desejo das expansões territoriais, onde os jovens guerreiros são determinantes para alcançar os objetivos, a imagem da velhice representa honra e respeito. (CHAVALIER, 1988).

Contudo, na época da Idade Média, em razão da dinâmica social com os novos ideais, a intensificação das guerras, a sociedade medieval tinha como principais atores os jovens guerreiros e assim, a imagem da velhice perde o seu lugar privilegiado e é vista como pessoas avarentas e bruxos. A desvalorização do velho cresce com a chegada do Renascimento.

No século XIX, com a industrialização, surge a estrutura familiar oriundos dos valores burgueses. Desse modo, a nova representação do velho estava vinculada à industrialização, o que levaria o velho ser excluído do processo de produção, esse fato tornaria a velhice ser compreendida como uma segunda infância, e para as pessoas mais velhas o ócio pelos tempos trabalhados.

No século seguinte, a expectativa de vida foi ampliada, porém, a exclusão dos velhos mais pobres era uma realidade em relação aos mais ricos. Nesse momento histórico, já era observado a exclusão da velhice do contexto social, sobretudo, foi

um período de crescimento desse grupo populacional, no nas sociedades desenvolvidas. O termo “velho” foi utilizado na França neste período para designar as pessoas pobres. (CHAVALIER, 1988).

Acredita-se que o envelhecimento é um processo que atinge a todas as camadas sociais, porém, de maneira diferente a depender de cada pessoa. Trata-se de algo heterogêneo percebido pela sociedade de maneiras diferenciadas. Veras (1994) ressalta a complexidade da definição para o fenômeno do envelhecimento:

Velhice é um termo impreciso e sua realidade, difícil de perceber. Quando uma pessoa se torna velha? Aos 50, 60, 65 ou 70 anos? Nada flutua mais do que os limites da velhice em termos de sua complexidade fisiológica, psicológica e social. Uma pessoa é tão velha quanto suas artérias, seu cérebro, seu coração, seu moral ou sua situação civil? Ou é a maneira pela qual outras pessoas passam a encarar certas características que classifica as pessoas como velhas. (p. 25).

Corroborando com a complexidade da definição expressa por Veras (1994), entende-se que a velhice é tratada de modo diferente de acordo o contexto em que o sujeito social se encontra, ou seja, as transformações ocorridas durante o tempo, por si só não traduz a velhice. Nesse sentido, evidencia-se a dificuldade de admitir um conceito para o que é ser velho, sem pensar na historicidade do sujeito, sobretudo, em refletir sobre as representações da velhice na contemporaneidade.

No que diz respeito à definição para o termo “velho”, como mencionado anteriormente, essa denominação surgiu para os idosos mais pobres e carentes enquanto que para denominar os velhos mais ricos era utilizado o termo “idoso” esse designado para pessoas com 60 anos ou mais. (CHAVALIER, 1988).

O que se compreende diante desses dados históricos é a condição do idoso diante das mudanças e avanços sociais. Nota-se o papel desempenhado pelo idoso na sociedade está atrelado ao modo que a sociedade lida com esse segmento populacional. Os estereótipos são muitos, quando se trata dos idosos, Debert (2004, p. 14) acredita que “a tendência contemporânea é rever os estereótipos associados ao envelhecimento [...]” Olhar para o idoso como um sujeito ativo e que a partir das suas experiências e saberes acumulados podem tornar possível novas interações com o mundo se faz necessário. (DEBERT, 2004).

Diante das considerações feitas por Debert (2004), acredita-se que o papel do idoso numa sociedade em que a informação tem relevância para ter uma melhor qualidade de vida, uma longevidade com a garantia do exercício da cidadania deve

ser revista e discutida por todos os atores sociais. Viver plenamente o envelhecer, depende muito das percepções originadas de situações vivenciadas pelo indivíduo no seu cotidiano e em toda sua história de vida. Beauvoir (1990, p. 25) afirma que

essa etapa da vida não é a conclusão necessária e final da existência. É diferente, sim, da juventude e da maturidade, mas, dotada de um equilíbrio próprio e de possibilidades. Entretanto, esta possibilidade depende estreitamente da natureza da sociedade e do lugar que nele ocupa o indivíduo em questão.

Hoje, a sociedade se volta para uma dimensão futurista, com o advento das demandas oriundas de uma sociedade globalizada, que exige do sujeito social buscar novas formas de interagir e de se relacionar com o ambiente. Novamente a imagem da velhice perde o valor para tudo que é novo: assim, a sabedoria deixa de ser referência e a tradição se perde em meio aos recursos da tecnologia e da internet.

A realidade do idoso, no panorama social contemporâneo, encontra-se em constante discussão, seja no que tange ao bem-estar dessa população ou nas questões relacionadas às suas necessidades. Conforme a visão de Debert (2004, p. 14) “a ideia de um processo de perdas tem sido substituída pela consideração de que os estágios mais avançados da vida são momentos propícios para novas conquistas [...]”. A autora se refere ao envelhecimento como uma fase de novas oportunidades.

Entretanto, sabe-se que essa perspectiva de envelhecer ativo e com qualidade de vida, nem sempre é alcançada por todos os idosos, desse modo, devem ser intensificadas as ações voltadas para atender as demandas dessa população que possa proporcionar novas possibilidades de inserção, em diversos âmbitos sociais.

De acordo Camarano e Pasinato (2004, p. 258):

A partir do momento em que o idoso é considerado como um sujeito capaz de desenvolver atividades e desempenhar novos papéis sociais percebe-se que a visão sobre a velhice começa a ser alterada, pois o idoso incapaz, inútil e sem utilidade, passa a ser um novo agente social. Gradualmente, a visão de idosos como um subgrupo populacional vulnerável e dependente foi sendo substituída pela de um segmento populacional ativo e atuante que deve ser incorporado na busca do bem-estar de toda a sociedade.

Compartilhando com a visão das autoras, percebe-se que a mudança no entendimento do envelhecimento precisa estar vinculada às representações sociais

desse grupo populacional. Discutir a velhice numa sociedade capitalista e de consumo, caracterizada pelos avanços tecnológicos e uso da informação, é necessário, uma vez que a que a velhice é entendida como uma construção social e cultural. Debert (1999) acrescenta que as categorias de idade são modificadas a depender da sociedade em que foi criada. O sentido atribuído ou as representações sociais dadas a essa categoria não são naturais, mas, construídas conforme a cultura de determinado meio.

Para compreender mais profundamente sobre as representações sociais buscou-se os estudos de Moscovici (1981) que descreve que “a representação social como um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas no decurso do cotidiano e no decurso das comunicações interindividuais.” Em outras palavras, as representações são criadas a partir dos mitos e sistemas de crenças e valores das sociedades tradicionais ou mesmo do senso comum. (MOSCOVICI, 1981).

A teoria criada por Moscovici (2003) visa compreender as percepções compartilhadas e construídas em razão de uma situação social da vida cotidiana. No caso do idoso, pode se investigar como esta parcela da população é vista no contexto contemporâneo, possibilitando assim, discutir e explicar comportamentos e posicionamentos a partir do senso comum.

Desse modo, compreende-se que as representações sociais é o modo pelo qual o sujeito social observa o mundo a sua volta. Moscovici (1981) postula que os elementos da realidade, as teorias, os conceitos e as práticas passam por transformações, através das informações adquiridas e das experiências históricas, vividas no âmbito individual e coletivo de cada um.

Assim, pode se afirmar que a dinâmica social impõe ao ser humano diversas habilidades e competências que a pessoa idosa pode não possuir devido às limitações físicas, biológicas ou cognitivas, gerando barreiras e dificuldades para que ela possa estar inserida na sociedade da informação. Atualmente, a sociedade passa por um período de demandas informacionais, com o aumento do uso das tecnologias, na qual parte da população ainda não tem acesso aos dispositivos, fontes e canais de informação.

Apesar da intensa utilização das redes por outros grupos sociais, salienta-se que a interação não alcança todos, sobretudo, os idosos que apresentam

dificuldades em lidar com esses novos meios e canais comunicacionais, exigindo o aprendizado de novas práticas culturais.

Vivemos numa sociedade em que as relações humanas se desenvolvem em complexas redes de convivência. Mostra-se necessária, nestes novos tempos, uma reinterpretação ampla e profunda da realidade do envelhecimento e da velhice para entendermos os preconceitos e a discriminação que envolve as pessoas idosas, com frequências ignoradas e excluídas dos ambientes sociais por serem vistas como pertencentes ao passado, pouco representando (ou representativas) para o presente. (SILVEIRA, 2009, p. 13).

Sobre as questões que envolvem os idosos e o uso das tecnologias, Silveira (2009) considera que os avanços tecnológicos devem beneficiar os indivíduos preservando os valores e princípios que favoreçam ao desenvolvimento do ser humano durante todos os estágios da vida. Assim, considera-se que a apropriação das tecnologias pelo idoso, passa a ser um diferencial, no sentido de ampliar o acesso e o uso de informações promovendo a interação social, bem como, a longevidade ativa e participativa.

Hoje a sociedade se volta para uma dimensão futurista, com o advento das demandas oriundas de uma sociedade globalizada, que exige do sujeito social buscar novas formas de interagir e de se relacionar com o ambiente. Novamente a imagem da velhice perde o valor para tudo que é novo: Assim a sabedoria deixa de ser referência e a tradição se perde em meio aos recursos da tecnologia e da internet.

Para desempenhar o seu papel no âmbito social, o idoso precisa suprir suas necessidades de informação, pois, entende-se que esse é um usuário real de informação. Desse modo, acredita-se na importância de respeitar a heterogeneidade desse segmento populacional, “as influências culturais, socioeconômicas, educacionais e biológicas configuram e diferenciam suas necessidades informacionais, seu comportamento de busca e uso de informação [...]”. (VECHIATO; VIDOTTI, 2014, p. 103).

A inserção do idoso nesse panorama informacional requer conhecer suas reais necessidades, identificar os aspectos relacionados ao uso de informação e as demandas informacionais do cotidiano desses sujeitos. A população idosa tem demandas de informação variadas, sobretudo, no que se refere sua interação social e sua saúde.

3.1 ASPECTOS DAS NECESSIDADES INFORMACIONAIS DO IDOSO

No presente estudo, compreende-se que a necessidade de informação, demanda de situações vivenciadas pelo usuário no seu cotidiano, quando busca a resolução de um problema ou para adquirir conhecimento. (MARTINEZ-SILVEIRA; ODDONI, 2007). Os idosos utilizam informação para solucionar problemas, ou mesmo para desenvolver atividades que possam trazer benefícios para uma melhor qualidade de vida. Observa-se que a população idosa, por se tratar de um grupo social no qual muitos deles já estão aposentados, as necessidades informacionais geralmente estão voltadas para a saúde, o lazer, os direitos, interação social, a educação, ou simplesmente para se manter atualizado e ativo.

A população idosa busca cada vez mais interagir com os recursos disponíveis, para obter informação, apesar de encontrar algumas dificuldades para lidar com as fontes e canais na realização de suas práticas, sobretudo, quando se trata do uso de tecnologias. O comportamento de busca, considerado um dos aspectos relacionados à necessidade de informação do idoso, em diversas situações do cotidiano está voltado para o bem-estar e a possibilidade de integração na dinâmica social vem a se tornar uma realidade, quando o idoso adquire autonomia no desenvolvimento de práticas que contemplem a sua perspectiva de uso de informação.

Entre os aspectos relacionados às necessidades de informação do idoso, encontra-se o uso da informação para desenvolver atividades do dia-a-dia como: o autoatendimento em bancos, compras via internet, marcação de consultas, a busca de informações sobre direitos previdenciários, através de Call Centers, dentre outros serviços utilitários, que facilitam a vida das pessoas dessa faixa etária. Essas atividades seriam facilitadas com os programas de inclusão digital direcionadas para esse grupo populacional.

A pessoa idosa se depara com barreiras físicas, social, econômica, cultural, que precisam ser superadas a fim de contribuir para o acesso, o uso de informação para a sua autonomia, com a utilização dos recursos disponíveis na cultura informacional. Cancela (2007) aponta dentre as barreiras, as limitações que demandam do processo de envelhecimento, a exemplo da diminuição da memória de curto prazo, os déficits na resistência muscular, das habilidades cognitivas, entre outras. O autor considera que essas barreiras ao passar do tempo podem

representar empecilho tanto para a busca, quanto para o uso de informação em ambientes digitais.

O uso das tecnologias, uma demanda da realidade contemporânea, requer de todos os sujeitos sociais o aprendizado e a realização de práticas em ambientes que possibilite a apropriação da tecnologia, a competência informacional, de modo que possa contribuir para suprir suas necessidades de informação. Para isso, compreende-se que os idosos precisam estar motivados por novos conhecimentos e desenvolver novas experiências, pois, segundo Kachar (2003) os idosos demonstram interesse em aprender a utilizar as tecnologias e se apropriar dos recursos disponibilizados.

Para contextualizar a relevância da educação continuada como um dos aspectos que permeia o uso dos recursos tecnológicos, Takahashi (2000) afirma que o termo competência informacional, surgiu a partir da necessidade de que todos os indivíduos devem buscar a educação continuada no decorrer da vida, este fato, está atrelado à necessidade de se atualizar em relação aos avanços tecnológicos e apropriação desses recursos no uso da informação. (TAKAHASHI, 2000).

Conforme a American Library Association (ALA, 1989) para que um indivíduo seja considerado competente em informação, precisa ser capaz de localizar, avaliar, e utilizar a informação de maneira eficaz. A concepção de competência informacional está voltada para a autonomia do sujeito, pois, a partir de identificar suas necessidades informacionais, o indivíduo será capaz de buscar a informação de que necessita e utilizar efetivamente.

Nesta perspectiva, Campello (1998, p.35) afirma que para ter a competência informacional é preciso que o usuário de informação reconheça as suas necessidades, ou seja, compreende-se que para obter a competência é preciso saber o que buscar e onde buscar. Segundo a autora este termo foi utilizado para designar habilidades ligadas ao uso da informação em meio eletrônico.

Autores como Dudziak (2003) e Mello e Araújo (2007) apresentam um posicionamento semelhante, no que se refere à competência informacional. Os autores acreditam que a competência informacional se estabelece a partir do aprendizado ao longo da vida. Dudziak (2003, p. 28) define o termo como:

o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessários à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida.

A definição leva a reflexão sobre o que enfatizam Melo e Araújo (2007), sobre a discussão do “aprender a aprender” nos estudos de competência informacional. Esse aspecto precisa ser discutido, quando se trata das necessidades informacionais da pessoa idosa e no que tange a sua participação como sujeito social. Proporcionando uma visão numa perspectiva mais ampla, Melo e Araújo (2007) tece considerações à respeito da abrangência do termo competência informacional

O conceito de competência informacional ultrapassa a noção de simples aquisição de mais um conjunto de habilidades e chega a se caracterizar como um requisito para a participação social, ética e eficaz dos indivíduos neste contexto social, baseado no uso intenso de informação e conhecimento. (p.188, grifo nosso).

Compartilhando da concepção das autoras, entende-se que a as demandas informacionais do sujeito social, para ser atendidas devem estar além da utilização das tecnologias, é necessário que os sujeitos vivenciem situações de uso desses recursos com o aprendizado e a produção de sentido. A competência informacional desse modo está atrelada à maneira que o sujeito se relaciona com a informação e o conhecimento, no âmbito no qual está inserido. As demandas de uso de informação exige dos usuários, a busca por práticas culturais, porém, essas práticas devem atender às necessidades dos usuários de acordo suas individualidades e suas limitações.

Para aprofundar a questão que se infere nas práticas voltadas para o uso de informação, Silveira (2009) salienta que os indivíduos se apropriam de novas práticas culturais por meio da socialização, num processo interativo de trocas, de cunho individual e coletivo em todas as fases da vida. (SILVEIRA, 2009). Nesse sentido, considera-se o idoso um sujeito que pode mudar e aprender novas práticas, que proporcione viver ativamente, e a sua integração em todos os âmbitos sociais.

Silveira (2009) ainda constata que o idoso deve ter a oportunidade de se integrar e aprender, porém, deve buscar e adquirir competências e afirma que

A sociedade deve criar oportunidades para que, permanentemente, as pessoas idosas possam aprender a ressignificar sua existência, jamais admitindo a possibilidade da indiferença em suas ações e relações com o outro. Motivados por novas aprendizagens, os idosos se capacitarão para reforçar e adquirir competências necessárias para recusar a indiferença e a apatia, de modo a agir, reagir, divergir, participar, lutar por mudanças. (p.22).

O que a autora defende é a relevância de oportunizar os idosos a ter novas experiências e interagir com os demais atores sociais. Contudo, o que se observa é que essas oportunidades dependem de vários aspectos, entre eles: as iniciativas de políticas públicas direcionadas para o acesso, democratização e uso de informação em unidades informacionais, bem como, a realização de ações que contemplem as demandas de informação específicas para esse segmento populacional.

Outro aspecto que requer a atenção nesse debate é a maneira que essa população se comporta diante das suas necessidades informacionais. Araújo (2011) tece as seguintes considerações sobre essa questão vinculada à cultura informacional

Tendo como base as formulações dos conceitos de cultura e informação, propõe-se compreender a cultura informacional como um fenômeno social e humano formado por um conjunto complexo e interligado de sistemas simbólicos compostos por: padrões, normas, valores, linguagem, técnicas, instruções etc.; que controlam e governam as ações e práticas informacionais concretas dos sujeitos sociais em determinado espaço social. Essas práticas e ações estão relacionadas com as necessidades individuais dos sujeitos de buscarem, analisarem, usarem e transformarem as informações disponíveis em conhecimento, usados na solução de problemas e na tomada de decisões, ao longo da vida. (p. 42).

Neste sentido, compreende-se no presente estudo que a cultura informacional é produzida pelas interações do sujeito com o ambiente e os demais sujeitos sociais e que envolve diversos fatores entre eles: social, econômico e cultural. (ARAÚJO, 2011). A autora salienta que as práticas informacionais estão relacionadas às necessidades informacionais dos sujeitos sociais.

Compartilhando do mesmo pensamento, Pasqualotti (2008, p. 82) se posiciona no mesmo sentido em relação aos idosos, quando afirma “considerando o universo das pessoas idosas e suas necessidades, percebe-se que a comunicação e a interação social são passos importantes para esses sujeitos.” Araújo (2011) pontua em seus estudos considera a cultura informacional como um conhecimento necessário para que o os cidadãos possam expressar seu pertencimento ao contexto social.

Na mesma perspectiva, se considera as práticas informacionais como uma maneira de interagir e se relacionar com a sociedade contemporânea. Os idosos demonstram interesse em aprender a utilizar as tecnologias e se apropriar dos recursos disponibilizados. (KACHAR, 2003).

Pasqualotti (2008) ainda acrescenta a importância dessas práticas para a pessoa idosa e assevera que “o idoso só apresentará interesse em aprender sobre um conteúdo novo, ou mesmo sobre a funcionalidade de uma nova tecnologia, se houver um significado de utilidade”. (PASQUALOTTI, 2008, p. 82). Dessa maneira, se entende que a aprendizagem ocorrerá quando se produzir sentido para o sujeito no meio em que está inserido. É válido lembrar que os idosos devem ser estimulados por todos os atores sociais. Cabe ainda mencionar que o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à essa parcela da população, são necessárias e favoráveis para que esses usuários desenvolvam suas práticas informacionais de modo que supram suas necessidades.

Silveira (2009) ressalta que a tecnologia computacional pode contribuir para a redução do isolamento, estimular a mente do idoso, e, sobretudo, proporcionar a comunicação, no ambiente virtual e destarte, promover a interação com familiares e demais sujeitos sociais, desse modo, contribuindo para o bem-estar desse grupo populacional. Entretanto, sabe-se que somente a utilização dos recursos tecnológicos, não é suficiente para a socialização desses sujeitos. Nesta direção, Araújo (2011, p. 42) ressalta que “a informação atua como parte da cultura contribuindo para a transformação e produção do conhecimento individual e coletivo”, aponta-se também para o uso da informação com produção de sentido, autonomia que permita ao idoso ser protagonista diante da sua realidade.

De acordo Pasqualotti (2008, p.85) “é necessário a inserção permanente dos idosos na convivência em comunidades e em instituições”, para que possa existir a interação nos ambientes informacionais. Concorde-se quando o autor afirma que a interação virtual, através do uso do computador é importante para a inserção da pessoa idosa no mundo moderno, sobretudo, para um envelhecimento ativo. (PASQUALOTTI, 2008).

Os aspectos sociais, culturais, econômicos, educacionais e biológicos podem influenciar nas necessidades de informação, no comportamento informacional, bem como, nas escolhas dos canais, fontes e suportes informacionais utilizados pelos idosos para suprir essas necessidades. (VECHIATO; VIDOTTI, 2011). O comportamento de busca de informação do idoso pode ser influenciado por esses aspectos, sobretudo, ao considerar a diversidade desse grupo social, suas especificidades e suas diferenças.

Kachar (2003) afirma que a inclusão digital da pessoa idosa, traz melhoria na qualidade de vida e que possibilita ao idoso, o acesso a informação, a comunicação e ao mesmo tempo, faz com que o indivíduo desperte o interesse em aprender e viver novas práticas. Observa-se que capacidade de utilizar as tecnológicas não é tão fácil para as pessoas idosas, diferentemente dos jovens, que tiveram acesso às tecnologias desde crianças. O autor salienta para o fato de que muitas pessoas envelheceram sem ter nenhum contato com a informática, ou com o ambiente digital ou virtual, entretanto, existe entre os idosos uma predisposição para o aprendizado que os leva a superar as dificuldades com que se deparam diante das demandas da sociedade contemporânea.

Para Pasqualotti e Paserino (2006), apesar de não pertencerem a uma geração que desde criança convive com as tecnologias, o grupo social dos idosos podem desenvolver novas práticas que os tornem usuários em potencial de informação, acessem as redes, e busquem a sua socialização. As constantes mudanças nas práticas sociais e culturais, impulsionadas pela modernidade, são transformações que o idoso passa a conviver com algumas dificuldades, caso não tenha desenvolvido a competência informacional.

Desenvolver práticas culturais para suprir as necessidades de informação, é visto por muitos idosos como um desafio, diante de uma sociedade que exige dos indivíduos cada vez mais conhecimento. O acesso à informação em ambientes digitais requer do usuário novas habilidades e competências, que permitam práticas que possam dar um novo sentido a informação diante das suas necessidades. Kachar (2003) ressalta que o uso do computador representa para a pessoa idosa uma ferramenta de interação e acesso a comunicação e informação, contribuindo para a redução do isolamento social e obter novos conhecimentos.

Vechiato e Vidotti (2011) salientam que a população idosa, embora tenha acompanhado os avanços dos recursos tecnológicos, não conviveram com o dispositivo da web, das redes, em outras palavras, os idosos não vivenciaram ao longo do envelhecimento as facilidades de comunicação e o acesso à informação. Cabe ainda mencionar que muitos idosos mostram o desejo de utilizar o computador, acessar a internet, whatsapp, o caixa eletrônico, porém, se deparam com as barreiras que os levam a recuar e em alguns casos a desistir de conhecer o novo.

Vygotsky (1984) defende que a pessoa idosa, apesar de ter as funções mentais alteradas biologicamente após envelhecer, tem capacidade para produzir novos conhecimentos e atualizar-se desde quando seja estimulado com frequência. Na visão do autor, todo sujeito se constitui a partir das relações estabelecidas com os demais sujeitos. Entende-se desse modo, que o sujeito é ativo e interativo.

Nesse sentido, pode se afirmar que para suprir suas necessidades de informação, um dos aspectos que deve ser considerado é a capacidade do idoso interagir com os demais sujeitos sociais. Para reforçar essa ideia, Vygotsky (1984) aponta a interação com o ambiente algo fundamental para que ocorra a produção do sentido e a autonomia, fazendo com que o sujeito seja o protagonista da sua realidade.

Atualmente na literatura das ciências sociais, a palavra protagonista é comumente utilizada para denominar conjunto de atores que tem uma postura ativa e desenvolvem ações que possibilitam serem responsáveis pela sua própria história de vida. (MINAYO, 2001). Essa afirmativa está de acordo com o que postulou Vygotsky (1984), acredita-se ainda que em relação aos idosos, entende-se que a utilização da palavra protagonista, apresenta-se em substituição à imagem do idoso no passado. Vygotsky (1984) aponta a capacidade de transformação do sujeito, a possibilidade de adaptação para a superação das barreiras e dificuldades encontradas pelos sujeitos em suas experiências.

3.2 PESSOA IDOSA, INFORMAÇÃO E SAÚDE

O uso da informação, na perspectiva da população idosa, como anteriormente mencionado nesse estudo, está vinculado as atividades do cotidiano desses sujeitos. Para suprir suas necessidades informacionais, o usuário de informação precisa inicialmente reconhecer essa necessidade e buscar a informação adequada para solucionar o problema proveniente da lacuna do conhecimento (WILSON, 1999).

Desse modo, a informação é utilizada como uma ferramenta que contribui para atender uma determinada necessidade do usuário, sobretudo, quando a informação recuperada resolve um problema do usuário, entre as demandas informacionais da população idosa, está a busca de informação para se manter ativo. (FIGUEIREDO, 1985).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2005) o envelhecimento ativo se baseia na saúde, na participação e na segurança. O termo foi utilizado no final da década de 1990, com o objetivo de transmitir de maneira mais completa o conceito de “envelhecimento saudável”, (OMS, 2005, p.13), sobretudo, no que se refere aos cuidados com a saúde, e à maneira pela qual as populações envelhecem. A OMS (2005) determina que ao envelhecer, a pessoa deve buscar a prevenção de doenças, reduzir os riscos de contrair alguma doença, participar de atividades sociais e culturais. Pela ótica da OMS (2005) a segurança da população idosa deve ser garantida com assistência, proteção e dignidade.

Todos esses aspectos apresentados pela OMS (2005) representam os princípios determinantes, para que o idoso viva ativamente na sociedade e estão relacionados ao uso da informação. A autonomia se torna ao longo da vida, um instrumento que possibilita ao sujeito idoso à tomada de decisões, a escolher sua maneira de lidar com a sua própria realidade.

O acesso a informação pode contribuir para que o idoso tenha uma melhor qualidade de vida, fazendo com que essa parcela da população possa encontrar soluções para as necessidades de informação do seu dia-a-dia. A busca por um envelhecimento saudável é uma tendência na sociedade contemporânea. Veras (2003) já apontava que, com o aumento da população idosa, seria necessário ampliar os investimentos destinados ao setor de saúde desse grupo social. O autor salienta para a importância da prevenção, fator que possibilita a redução dos gastos com os problemas de saúde no envelhecimento.

No Brasil, a saúde do idoso motivou a criação de políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Saúde do Idoso, criado em 1994, voltado para a participação, autonomia e a manutenção da capacidade funcional das pessoas idosas, na perspectiva da promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida desse grupo populacional e, sobretudo, para um envelhecimento ativo.

Segundo o estabelecido pela OMS (2005), envelhecer com saúde é algo que está vinculado à maneira de vida do sujeito social, aos cuidados e a prevenção, neste âmbito, pode se afirmar que o uso da informação tem um papel importante para a promoção da saúde dos idosos.

Camarano, (2003, p. 593, 587), postula que “as políticas públicas de saúde devem contemplar todo o ciclo da vida, contribuindo para que mais pessoas não só

cheguem à última etapa da vida, mas cheguem lá de forma saudável.” [...]. A autora ressalta que é necessário que essas políticas assegurem os meios para isso.

A saúde passou a ser um direito para a população idosa, no Artigo 15 do Estatuto do Idoso, quando o mesmo garante a atenção integral à saúde da pessoa idosa através do Sistema Único de Saúde (SUS), realizado nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), utilizando a Estratégia de Saúde da Família. (PNSPI, 2006).

A ênfase é dada à prevenção das doenças do envelhecimento, a promoção, a proteção e recuperação da saúde das pessoas idosas. O Estatuto do Idoso garante outros direitos relacionados à saúde, entre eles: o atendimento em unidades geriátricas de referência e em domicílio, distribuição gratuita de medicamentos de uso continuado, entre outros procedimentos e recursos utilizados na prevenção e no tratamento de doenças. (BRASIL, 2003).

O segmento populacional dos idosos precisa ter conhecimento de todos os benefícios em relação à sua saúde, pois entende-se que a informação sobre a saúde representa nesse contexto, representa um modo de prevenção. Quando se trata de necessidades informacionais em relação à saúde, nota-se que o idoso mantenha como uma das principais fontes de informação, o seu médico.

Entretanto, sabe-se que existem outros meios e canais que disponibilizam informações, porém, salienta-se que esses nem sempre são do conhecimento dessa população. Abordagens sobre saúde, o processo de envelhecimento, bem-estar, alimentação, dieta, qualidade de vida, nutrição, são prioritários no que diz respeito aos interesses desse grupo. Outros recursos, também podem ser utilizados como meios de obter informação, a exemplo das bases de dados, redes, sites, blogs, bibliotecas virtuais, entre outras possibilidades, que podem contribuir para suprir as necessidades de informação desses sujeitos.

O acesso a informação sobre saúde, desempenha um papel fundamental para o bem-estar da pessoa idosa, contribuindo significativamente para que esse usuário, adquira a sua autonomia, na busca do conhecimento, desde que faça de maneira consciente para que não venha correr riscos (PNSPI, 2006). A informação sobre saúde, atualmente pode ser utilizada para a realização de campanhas preventivas, de alerta para a saúde populacional, bem como, para a elaboração de projetos e políticas públicas. Considerada pelos profissionais de saúde como uma das mais presentes em todos os grupos sociais e das procuradas pela população

idosa, a informação sobre saúde foi desta forma definida por Galvão, Ferreira e Ricarte (2011, p. 183),

O conceito de informação sobre saúde é abrangente e pode ser subdividido em: informações para o uso no contexto clínico, ou seja, para serem usadas durante a assistência ao paciente; informações para uso no contexto acadêmico, empregadas durante o ensino ou para o desenvolvimento de novas pesquisas; informações para a gestão da saúde e esboço de políticas públicas, [...].

A informação denominada pelos autores de “informação clínica” pode ser utilizada pelos pacientes, familiares e profissionais de saúde. Esse tipo de informação, voltada para melhorar a saúde do paciente, prevenir doenças, ampliar o conhecimento de pacientes, familiares, bem como dos profissionais. Pode ser utilizada pelo paciente, no atendimento às demandas informacionais no âmbito da saúde desse grupo populacional. As informações clínicas são disponibilizadas numa base de dados e traz informações sobre as doenças, bem-estar, medicamentos, tratamentos, termos médicos, pesquisas da área de saúde.

No que concerne a informação sobre saúde do paciente no Brasil, pode ser citado o Portal de Saúde do Ministério da Saúde e o Centro Colaborador para a Qualidade do Cuidado e a Segurança do Paciente, vinculado ao instituto de comunicação e informação científica e tecnológica em saúde da fundação Oswaldo Cruz. (GALVÃO; FERREIRA; RICARTE, 2011).

Todos esses serviços devem ser divulgados pela sociedade local e, sobretudo, precisa ser do conhecimento dos principais interessados, neste caso, o idoso. O desenvolvimento tecnológico é um fator que deve ser considerado na saúde preventiva, isto em razão das possibilidades de acesso a informação que esses recursos podem proporcionar. No que diz respeito à pessoa idosa, sabe-se que de acordo com Camarano (2009) nem todos os idosos tem o conhecimento de alguns desses avanços

Alguns elementos como uma cultura da saúde apoiada por desenvolvimentos tecnológicos na medicina preventiva e curativa e nos hábitos de vida da população, mecanismos de assistência do Estado de Bem-Estar e modificação nos processos de produção criaram condições para o surgimento e expansão de um *grupo de indivíduos idosos* que não é caracterizado por uma saúde debilitada, pela pauperização e nem pela exclusão das diversas esferas da vida social. (p. 8).

Além da informação clínica, outro recurso de informação para a saúde é o acesso ao prontuário do paciente, este traz as singularidades do paciente.

Atualmente, o prontuário pode ser disponibilizado em papel ou meio eletrônico e utilizado pelo profissional, pelo paciente ou pelo seu representante legal.

Visto pelos pesquisadores como uma fonte de informação, este pode ser disponibilizado para pesquisas na área de saúde, dentre outros campos do conhecimento, neste caso, torna-se necessário preservar a identidade e a privacidade do paciente. (GALVÃO; FERREIRA; RICARTE, 2011). O prontuário médico pode ser utilizado pelo idoso como uma fonte de informação relevante para a sua saúde, os autores ressaltam que o prontuário pode se tornar um aliado para a prevenção, controle e conhecimento do estado dos pacientes.

No que diz respeito à utilização dos recursos tecnológicos, para promoção do envelhecimento ativo, os exergames são utilizados para diversos fins, conforme Goldstein (2013, p. 21) “proporcionam sentimentos de autoeficácia, motivação, melhoram a concentração e atenção do idoso, além de serem ferramentas acessíveis e adaptáveis ao usuário”³. Deve ser lembrado que a utilização desses videogames requer a desenvolvimento de competências informáticas.

Goldstein (2013) salienta que para evitar riscos para o usuário, a utilização dessas ferramentas deve ser feita com a mediação do profissional de saúde. As tecnologias Assistivas (TA) aparecem também como recursos que podem ser utilizados para a saúde do idoso diante das limitações do envelhecimento.

Segundo a UNESCO (2007) essas tecnologias foram desenvolvidas para possibilitar maior autonomia a pessoas com deficiência. Em relação à população idosa, as TA pode contribuir para reduzir alguma dificuldade apresentada pelos idosos, para interagir com uso das tecnologias, nos ambientes digital e virtual.

Vale ressaltar que o uso desses recursos, está vinculado à interação desse grupo no contexto social, sobretudo, na maneira com que a sociedade promove o acesso e o desenvolvimento das políticas direcionadas para as suas prioridades, neste caso, a saúde.

³ De acordo Goldstein, (2013, p. 21) os “exergames” são videogames que utilizam dispositivos de interação física com o usuário, ou seja, jogos que ao mesmo tempo são uma forma de exercício.

Compreende-se a partir do exposto, que a integração desse segmento populacional na sociedade, torna-se primordial quando se discute as necessidades de informação sobre saúde e de que modo essas necessidades serão atendidas. A PNI (1994) tem como uma de suas prioridades, a efetivação das condições para a inserção social do referido grupo.

O Governo Federal através do Ministério da Saúde (MS) vem ampliando os programas que visam o envelhecimento ativo. Uma dessas ações foi a reedição da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa, que de acordo o MS (2014), essa cartilha traz uma série de informações sobre o autocuidado para os idosos, essa caderneta tem distribuição a partir das unidades de atenção básica a saúde, e está disponibilizada na versão eletrônica que

integra uma série de iniciativas que tem por objetivo qualificar a atenção ofertada às pessoas idosas no sistema Único de Saúde, instrumento proposto para auxiliar no bom manejo da saúde da pessoa idosa, sendo usada tanto pelas equipes de saúde, quanto pelos idosos, por seus familiares e cuidadores.” (BRASIL, 2014, p. 5).

Essa iniciativa pode ser vista como uma fonte de informação, tanto para a qualificação dos profissionais de saúde, quanto para a população idosa, no que concerne os cuidados com a saúde dessa população. Contudo, faz-se necessário que essas informações estejam ao alcance da pessoa idosa, conforme o MS (2014) a meta é que o acesso a caderneta seja para todos os idosos.

Em pesquisa realizada por Vechiato (2010) com um grupo de idosos da UNATI – UNESP, em que o autor investigou quais fontes e canais de informação eram mais utilizados no cotidiano desses usuários em relação à saúde. A pesquisa apresentou nos resultados como os principais canais e fontes de informação: a TV, mídias, folhetos e as fontes informais, a exemplo dos familiares, amigos, ou em alguns casos os profissionais (VECHIATO, 2010). Deve ser lembrado que as unidades básicas de saúde, a internet, livros, também são fontes de informação acessadas pelos idosos.

O Governo busca atender as demandas de informação sobre saúde do idoso, com a implantação de programas e campanhas divulgadas nas mídias, como: prática de esporte, o Programa Farmácia Popular, o controle de doenças crônicas, serviços de telefones úteis, campanhas preventivas, todas essas são demandas informacionais que ainda não estão ao alcance de todos os idosos, a preocupação

está em garantir um envelhecimento populacional com sujeitos saudáveis e com uma maior qualidade de vida.

O acesso a informação nesse contexto é prioritário, seja para a prevenção, para os cuidados ou para o conhecimento. Torna-se fundamental para a população idosa, desde que suas necessidades informacionais sejam atendidas, as políticas públicas voltadas para a promoção da saúde precisam estar ao alcance de toda a população. Nesse sentido, o uso da informação se insere no âmbito do exercício da cidadania, e a inserção do idoso como sujeito ativo, cabe ressaltar que este é um compromisso de todos os atores sociais e também do segmento dos idosos.

3.3 PESSOA IDOSA, INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

Para tratar das demandas informacionais para a educação na perspectiva da pessoa idosa, coube retomar o capítulo III, seção I, Art. 205 da Constituição Federal de 1988 que trata da educação como um direito de todos e dever do Estado e da Família, juntamente com a colaboração de toda a sociedade, sendo um direito garantido a todos os cidadãos, sem distinção raça, cor, gênero, ou faixa etária. A educação representa novas formas de interagir com o mundo ao proporcionar ao sujeito social a autonomia necessária para ter uma visão crítica de si e do meio no qual se insere.

Conforme Cachione e Neri (2004), todos os seres humanos buscam o aprendizado, porém, por muito tempo a educação esteve associada às crianças e aos mais jovens. Para Freire (2005) o interesse em aprender faz parte da própria vida e assim, o idoso, compreendido como seres do aprendizado. Atualmente, em razão do crescimento da população idosa e com os avanços de áreas como a Gerontologia⁴

⁴ Segundo Caldas (2006, p. 18) a Gerontologia, se constitui [...] um campo interdisciplinar que visa estudar as mudanças típicas do processo de envelhecimento e de seus determinantes biológicos, psicológicos e socioculturais. É um campo multidisciplinar. Embora a Gerontologia envolva muitas disciplinas, a pesquisa repousa sobre um eixo formado pela Biologia, pela Psicologia e pelas Ciências sociais.

a educação se volta para atender as demandas desse grupo populacional, ou seja, uma educação que não limita ao aspecto formal, porém, abrange questões relevantes no envelhecimento, a exemplo da participação ativa realização pessoal e socialização da pessoa idosa. (CAHIONE; NERI, 2004).

Silveira (2009) assegura que a importância da educação, depende da realidade vivida pela pessoa idosa, e corrobora com Freire (2005) considerando a educação como um instrumento de libertação do sujeito. Silveira (2009, p. 22) reafirma que

Viver plenamente é estar sempre pronto a se posicionar, a responder a desafios e a ressignificar a própria existência. É aceitar, divergir, participar, envolver-se, estar presente, ousar novas experiências, ser propositivo, exercer a cidadania. Assim, reforçam-se o significado e a importância da educação, que pode, de acordo com a realidade vivida pelo idoso, possibilitar o desenvolvimento de uma visão crítica sobre si e sobre a sociedade em que está inserido, na procura constante de sua libertação.

A concepção de Silveira (2009) retrata o quanto a educação é importante para o idoso, para a produção de sentido e participação na sociedade, esse fato intensifica o aumento das demandas de informação neste contexto. Entende-se que a população idosa, deve viver novas experiências de aprendizagem, porém, para que isso ocorra, é necessário oportunizar aos idosos, novas possibilidades de socialização, a partir da educação, nesse sentido, Silveira (2009) salienta que a educação é uma necessidade inadiável para viver a velhice.

Compartilhando da mesma visão, Bortolozzo (2009, p. 39) ressalta que “a formação para a terceira idade deve reforçar a capacidade realizadora do idoso, seu conhecimento e sua sabedoria”. Para a autora, esse aspecto deve ser considerado, pois, pode contribuir para melhorar a autoestima dessa população. Bortolozzo (2009, p. 43) menciona que “independente da idade, a educação é um processo inacabado, que, portanto, perpetua-se ao longo da vida”. A autora se reporta ao papel da educação para um envelhecimento ativo e para a importância do autoconhecimento e das interações com os demais sujeitos.

Em estudos realizados Souza, Nascimento e Alkimin (2013, p. 138) foi apresentada uma abordagem aproximada e se referem a educação gerontológica, que tem como objetivo principal “oferecer informações às pessoas idosas, nas áreas jurídica, social, cultural, econômica, de saúde, bem-estar, lazer, e proporcionar

compreensão e utilização dos novos meios tecnológicos de comunicação”. De acordo as autoras, a educação gerontológica, surge a partir da necessidade de atualização para os idosos e formação dos profissionais da área.

As demandas são diferenciadas em razão das necessidades de cada sujeito, e desse modo, seja para alfabetização, para a inclusão digital, para o desenvolvimento das competências informacionais, a formação continuada, seja para se manter atualizado ou para a utilização de serviços, para suprir as necessidades de informação, precisam ser tratadas com mais atenção pelos governos, instituições, e educadores, profissionais e demais atores sociais.

Conforme Cachione (2003) a vertente da educação amplia as possibilidades do campo da gerontologia, em outras palavras, a educação direcionada para os idosos, passa a representar um viés interdisciplinar para a área. A discussão se mantém em torno da maneira como deve ser abordada a aprendizagem para a população idosa e a formação de profissionais responsáveis pelo atendimento desse grupo em diversas situações e ambientes.

Nesse sentido, a informação nesse contexto se torna útil para suprir uma determinada necessidade do usuário. Nesta perspectiva, as políticas públicas são fundamentais para que os idosos tenham acesso à novas formas de aprendizagem, novos saberes, conforme requer uma educação voltada para a formação de sujeitos autônomos, participativos e conhecedores de seus direitos perante a sociedade.

Após apresentar a educação gerontológica como prioritária no cenário atual do envelhecimento, é importante sinalizar para o caráter interdisciplinar e do uso de informação para atender as demandas sociais, culturais, dentre outras desse grupo populacional. A abordagem salienta para um tipo específico de informação que visa suprir necessidades informacionais relacionadas ao cotidiano dos usuários. Campello, (1998, p. 78) define esse tipo de informação como

informações que atendem necessidades relacionadas às exigências básicas do cotidiano das pessoas. Dos problemas mais simples aos mais complexos abrangendo diversos assuntos como: educação, saúde, direitos humanos, direito do consumidor, emprego, segurança pública e outros.

Denominada de informação comunitária ou para a comunidade por Campello, (1998) a “informação utilitária” teve origem nos Estados Unidos e na Grã Bretanha nos anos de 1960, sob a influência do manifesto da UNESCO para Bibliotecas

Públicas. Ainda conforme Campello (1998, p.78) “o conceito de informação utilitária está também vinculado à ideia de que o atendimento à clientela deve ser feito de maneira a integrá-la no processo, transformando o usuário no sujeito da ação.” No caso do usuário idoso, essas informações devem ser significativas para os interesses do grupo, considerando as demandas de cada um, no que diz respeito aos conteúdos disponibilizados.

No cenário brasileiro, o termo informação utilitária é considerado pelos bibliotecários como informações de ordem prática, utilizadas na resolução de problemas. No que tange as fontes de informação utilitária, cita-se como uma das mais procuradas pelos usuários: os contatos pessoais, ou seja, os familiares, amigos e vizinhos, devido a facilidade de acesso.

A sociedade contemporânea, consolidada pelo papel do conhecimento, exige da população uma educação continuada e requer da pessoa idosa práticas sociais diante de tais demandas. Atualmente observa-se o interesse dos idosos em ter uma formação no ensino superior, em alguns casos, o idoso aposentado quer ter a oportunidade de ampliar os conhecimentos, ter uma nova profissão, ou até mesmo, na busca de empreendedorismo. Essa procura reflete a necessidade de estar informado e conhecer novas formas de interagir com o mundo.

Uma das modalidades da educação que pode contribuir para esse grupo social diante das limitações do envelhecimento é a Educação a Distância (EAD), pois, proporciona ao estudante realizar as atividades no seu ambiente. Contudo, essa modalidade, requer do aluno competências informacionais para lidar com o ambiente digital de aprendizagem, o domínio de habilidades, que pode se tornar uma barreira, no que tange a adesão desse público nesta modalidade de ensino.

Kachar (2010) constatou a demanda por cursos e programas voltados para atender as necessidades específicas desse segmento social. Espaços como as Universidades Abertas à Terceira Idade (UATIs) estão apoiando as ações que contribuem para a valorização do idoso, com a realização de atividades educativas, projetos, no sentido de atender as demandas sociais de interesse desta população e atrair esse público.

Neste panorama, a educação para a cidadania está pautada em promover a esses sujeitos o domínio das leis que asseguram os seus direitos. O direito à informação, o direito ao aprendizado ao longo da vida, entre outros, a exemplo do direito ao uso das tecnologias, visto que “o exercício da cidadania depende de

aprendizagens desenvolvidas em diferentes espaços sociais, por ações educacionais e socializadoras que propiciem a aquisição de informações” (SILVEIRA, 2009, p. 28), tendo em vista, o acesso a informações relevantes para o conhecimento dos direitos sociais desse grupo populacional.

3.4 PESSOA IDOSA, INFORMAÇÃO E DIREITOS

Foi visto anteriormente, a importância do acesso à informação no que diz respeito aos direitos de todo cidadão e que a busca pela consolidação dos direitos é algo que não se restringe a população idosa. Entende-se que a informação, constituída como um direito social é fundamental para que os idosos se apropriem dos conteúdos voltados para as leis que asseguram a sua cidadania e participação em sociedade.

As questões voltadas para os direitos sociais do segmento dos idosos no Brasil são intensificadas à medida do aumento desse segmento no país. Embora atualmente, existem várias ações direcionadas a essas demandas, o marco legal do direito da pessoa idosa foi instituído na Constituição de 1988, que estabelece, nos artigos 229 e 230, como obrigação a inclusão dos direitos e das necessidades do idoso na pauta da agenda política.

A população idosa, cada vez mais presente na sociedade brasileira, deve ter garantida a acessibilidade aos seus direitos, e deste modo, a informação, torna-se um instrumento para que o idoso possa exercer a sua cidadania. Contudo, sabe-se que o direito para esse grupo representa um desafio para profissionais, pesquisadores, e, sobretudo, para as pessoas idosas, desde quando o acesso a informação nem sempre é possível.

Compreende-se que um dos principais motivos para a falta do conhecimento dos direitos do idoso, está na ausência de ações voltadas para a educação dessa parcela populacional, que historicamente, tem os menores índices de escolaridade (INEP, 2013). Em razão da dificuldade de acesso, acredita-se que se faz necessário a intensificação das políticas públicas direcionadas a essas questões.

Ainda se tratando desse aspecto, vale ressaltar que o cidadão precisa ser participativo, e ser conhecedor dos seus direitos e deveres. No Brasil, o direito do idoso está assegurado pela PNI (1994) e pelo Estatuto do Idoso (2003), que dispõe

sobre os direitos da pessoa idosa, na perspectiva da inclusão e a proteção social desses sujeitos, que descreve:

1º direito à vida: viver com dignidade, com acesso aos bens e serviços socialmente produzidos;

2º **direito à informação**: ter conhecimento, trocar ideias, perguntar, questionar, compreender. A informação caminha por dois níveis que se complementam: o primeiro refere-se à **vida cotidiana** – ter acesso à tecnologia, à informática, à senha bancária, aos eletroeletrônicos, as notícias, entre outras; **o segundo refere-se à garantia dos direitos** – como funcionam os serviços prestados por meio da política social, como funciona a rede de atendimento social, os conselhos, a gestão pública, como o poder público emprega o dinheiro na área do envelhecimento;

3º direito à vida familiar, **à convivência social e comunitária**: receber apoio e apoiar a família, preservar laços e vínculos familiares, trocar experiência de vida; receber suporte social, psicológico e emocional;

4º direito ao respeito: às diferenças, às limitações, ao modo de entender o mundo, ao modo de viver neste mundo;

5º direito à preservação da autonomia: ter preservada a capacidade de realizar algumas tarefas sozinho ou com o auxílio; ter preservada a privacidade; ter preservada a capacidade de realizar as atividades de vida diária e de vida prática;

6º direito de **acessar serviços** que garantam condições de vida: acesso aos serviços de saúde, educação, moradia, lazer, entre outros.

7º direito de participar, opinar e decidir sobre sua própria vida: conhecer e participar dos conselhos, de atividades recreativas e de convivência. (BRASIL, 2003, **grifo nosso**).

Nesse sentido, pode se afirmar que o acesso às informações se estabelece como um direito social da pessoa idosa, que está respaldado nos Artigos 2º e 6º, que trata da inclusão e proteção social. Tendo em vista, o fato de que esse segmento etário precisa estar na agenda das políticas públicas do país, é válido destacar que esse grupo populacional deve buscar uma postura ativa diante das questões sobre a garantia dos seus direitos, em todos os âmbitos, pois, o conhecimento destes torna-se importante para possibilitar o pleno exercício da cidadania.

Aprofundando o tratamento da questão, Vieira (1998, p. 59) considera que

Dessa maneira, as políticas públicas nas sociedades democráticas têm de ser responsáveis pelas questões sociais, pelo bem-estar dos cidadãos e por seu desenvolvimento, principalmente dos grupos minoritários. No caso dos idosos, devem garantir boas condições de

saúde, com autonomia física, mental e econômica, a excelência na perspectiva de vida e a assunção de papéis relevantes em seu meio social.

Corroborando com a autora supracitada, salienta-se que esses grupos minoritários nem sempre são incluídos no que tange às ações relacionadas com as questões, nos âmbitos individual e social do envelhecimento. Desse modo, a participação social do idoso contribui significativamente para que essa parcela da população tenha visibilidade e assim, seja reconhecida por toda a sociedade civil, e ao mesmo tempo faça valer os seus direitos.

Considerando-se a necessidade da efetiva participação da pessoa idosa para a consolidação dos seus direitos, o acesso a informação é visto como um instrumento de inserção dos idosos nas discussões à respeito da sua própria realidade. Vale advertir que estar bem informado torna-se necessário para o protagonismo social e para a tomada de decisões relacionadas aos interesses desse grupo populacional.

Faleiros (2012) assevera que o engajamento dos idosos com perfil intelectual e emocional como agentes nas discussões, no planejamento e na tomada de decisões nos âmbitos individuais e coletivo, é importante para o protagonismo desses sujeitos, sobretudo, para a participação social do idoso na elaboração das políticas voltadas para essa população.

Compartilhando da visão do autor referenciado, afirma-se que para a população idosa ter seus direitos assegurados é necessário o interesse do Estado, sociedade civil e principalmente a participação desses sujeitos. Ainda segundo Faleiros (2012) o direito do idoso, está pautado na Constituição Federal, sendo este enfatizado em vários capítulos, levando em consideração a mudança no papel da pessoa idosa considerada como um sujeito passivo para participante e ativo.

Neste sentido, espera-se que as necessidades informacionais dessa população sejam de fato atendidas de maneira proporcionar o idoso ter o conhecimento necessário para se sentir ativo diante das questões relacionadas aos seus direitos. No tocante à necessidade de se manter informados sobre os direitos, Silveira (2009) pontua que o idoso deve ter acesso e conhecer o Estatuto do Idoso e as políticas públicas que os protegem. A autora salienta ainda que a leitura e apropriação desses documentos devem fazer parte das atividades educativas da pessoa idosa. Deve-se ressaltar que o acesso à informação, deve ser

complementado com a participação desse grupo populacional em espaços de diálogos em conjunto com a sociedade.

Neste contexto, como incentivadora da inserção dos idosos na sociedade, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), foi a primeira instituição a desenvolver o debate em torno dos direitos do idoso no país. Hoje, atuando com diversas atividades e parceiros, visa contribuir para melhores condições de vida, seguridade dos direitos da pessoa idosa, sobretudo, democratização de informação objetivando o envelhecimento ativo. Iniciativas como esta tem um papel relevante nas questões que envolvem o envelhecimento e os direitos do idoso.

Os serviços informacionais de natureza utilitária, foram intensificados no Brasil nos anos de 1990, com a implementação de alguns espaços para este fim, a exemplo: do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) no estado da Bahia, implantado em 1995, foi o pioneiro, com esse tipo de atendimento ao cidadão. Esses postos de atendimento aos cidadãos visam contemplar as demandas informacionais em diversas áreas do cotidiano da população, inclusive referente aos direitos.

Na mesma vertente, órgãos governamentais também estão se mobilizando para suprir essas demandas informacionais e também para a democratização do acesso, disponibilizando informações úteis para a resolução de problemas de diversas naturezas. O Ministério da Previdência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) publicam no ano de 2008 o Guia “Idoso – Cidadão Brasileiro” que apresenta as principais ações e programas com o apoio do Governo Federal voltados para informar sobre as questões dos direitos da pessoa idosa.

Para ampliar as demandas da população, a Previdência Social, presta atendimento a comunidade com um serviço de Call Center no qual as pessoas são informadas sobre benefícios, aposentadoria, pensão, entre outras demandas de interesse da população no âmbito da seguridade social, com agendamento para a resolução de problemas nas agências, além desse serviço, a previdência disponibiliza informações em meio eletrônico através de um site.

No contexto estadual, foi criada em 02 de junho de 2015, a Associação Nacional de Gerontologia do Estado da Bahia (ANG-BA), formada por uma equipe interdisciplinar de natureza científica, que tem como principais objetivos: defender a concretização da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso em âmbito estadual e municipal, entre outros objetivos destaca-se a promoção de seminários, debates, encontros, propor medidas relacionadas à defesa da pessoa idosa, bem

como a capacitação de recursos humanos nas áreas da Gerontologia. A ANG-BA promoveu no dia 1 de outubro de 2015, a Ação Gerontológica, que tratou entre outros objetivos, dar visibilidade as demandas desse grupo populacional, sobretudo, desenvolvendo atividades educativas e serviços de informação para a população idosa. Essas ações contribuem significativamente para aproximar esse segmento da população para as questões do seu cotidiano.

No que tange os espaços destinados ao acesso de serviços informacionais, a biblioteca pública, definida pela UNESCO (2001) como uma “força em prol da educação, da cultura, da informação” pode representar um ambiente de democratização de informação para a cidadania, em razão da sua natureza social e prestadora de serviços à comunidade. Acredita-se que outras instituições podem estar contribuindo para que a pessoa idosa possa estar informada dos seus direitos, o que certamente irá contribuir para definir os avanços das políticas públicas desse segmento.

Salienta-se que por se tratar de conteúdo informacional tão necessário para a vida cotidiana da pessoa idosa, os serviços de informação utilitária devem estar ao alcance de todos, de maneira a potencializar o atendimento das necessidades desses usuários. Para reforçar essa ideia, Sousa, Nascimento e Alkimim (2013, p.142) afirmam que “a informação quanto às políticas sociais e à acessibilidade aos direitos tutelados aos idosos é de vital importância para reivindicar os seus direitos junto aos órgãos jurídicos e públicos”. Neste sentido, infere-se que os órgãos públicos de todas as estâncias precisam intensificar ações para a democratização dos conteúdos informacionais.

Contudo, quando se fala em informação na perspectiva do direito, não se pode deixar de mencionar que se trata de uma questão política e educativa, pois, a falta do conhecimento torna o cidadão excluído. Torna-se importante a atuação dos profissionais gerontólogos, assistentes sociais, educadores, bibliotecários, dentre outros, no sentido de democratizar o acesso à informação e facilitar o uso de informação para o cidadão idoso. Por sua vez, os órgãos e instituições governamentais devem disponibilizar serviços informacionais que possa oportunizar à população idosa, a participação em espaços de discussão, conselhos, associações, fóruns, efetivando assim, a sua cidadania.

3.5 PESSOA IDOSA, INFORMAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL

Entende-se a participação social como um meio para o exercício da cidadania e nesta perspectiva, a interação social desempenha um papel relevante no que tange o envelhecimento ativo. Neste sentido, a comunicação torna-se um elemento essencial para que o idoso busque novas possibilidades de socialização que contribua para reduzir as questões de carência afetiva ou emocionais comuns neste período da vida. (NERI, 1995).

Nesse sentido, considera-se que a participação ativa da população idosa em espaços e eventos destinados a promoção da interação social é prioritário para proporcionar a esse grupo uma maior integração com os demais sujeitos sociais. A interação social, proporcionada pela convivência em grupos sociais, comunidades, a troca de experiências, bem como o lazer e o protagonismo são direitos garantidos pelo Estatuto do Idoso. (BRASIL, 2003).

O envelhecimento ativo requer do idoso o bem-estar físico e social, Neri (1995, p.34) ressalta que o envelhecimento bem-sucedido trata das condições “individual e grupal de bem-estar físico e social, referenciada aos ideais da sociedade, as condições e aos valores existentes no ambiente em que o indivíduo envelhece”, bem como a sua história de vida e do grupo de pertencimento.

Diante do exposto, vale destacar a importância das relações sociais para que os idosos permaneçam ativos. Conforme Neri (1995) os laços sociais contribuem para um envelhecimento ativo, em razão de possibilitar que o idoso viva em comunidade e assim, reduz o isolamento. Vygotsky (1996) desenvolveu estudos sobre a importância da interação e da socialização para o desenvolvimento humano e postulou que a heterogeneidade do grupo, promove o diálogo e favorece as capacidades individuais, o autor enfatiza que o desenvolvimento cognitivo necessita de estímulos constantes, e esse fato se relaciona com a educação permanente.

No tocante as necessidades informacionais, neste contexto, a população idosa busca informações que promovam a sua sociabilidade, bem como lazer, entretenimento, qualidade de vida, trocas de experiências, relações interpessoais dentre outras. Para aprofundar o tratamento da questão, os Princípios das Nações Unidas para Pessoas Mais Velhas (Resolução 46/91 aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 16/12/1991), que afirma que as pessoas idosas devem estar integradas ao contexto social, participando ativamente nas questões e

políticas direcionadas ao seu bem-estar. A resolução ainda trata da importância das trocas de conhecimento intergeracional e sobre esse aspecto, Cachioni (2008) salienta que as vivências com diferentes faixas etárias permitem mudanças no modo de pensar, para o idoso e para o jovem.

Neste cenário, se intensificam os espaços destinados a promoção da socialização da população idosa, sobretudo, também pode ser observado a valorização das interações sociais nas questões que envolvem o bem-estar e a participação social no decorrer do envelhecimento. Debert (2004) defende que a sociabilidade, a educação permanente e atividades de lazer representam motivação para manter a mente das pessoas idosas ativas.

Neste estudo, tratou-se das necessidades informacionais para a interação social do idoso na perspectiva do envelhecimento ativo, tendo em vista o fato de que o debate se fundamenta no contexto da sociedade da informação e no crescimento desse grupo populacional é válido destacar que diante das demandas sociais contemporâneas, as maneiras de interação se renovam e desse modo, observa-se a mobilização de instituições buscando atender as necessidades de participação dessa população.

Desse modo, surgem novos espaços de interação, como os chamados espaços de convivência para a terceira idade, as universidades abertas da terceira idade, do mesmo modo, novas formas de interagir, com a utilização dos recursos tecnológicos, a internet, as redes sociais, dentre outras possibilidades de comunicação. Pasqualotti (2008) em seus estudos trata da importância desses espaços de convivência para a interação social do idoso e salienta que

a comunicação de uma forma ou de outra se associa aos problemas afetivos de ordem depressiva [...] Os dados revelam que as ações para superar o estado afetivo minimizado concentram-se na busca por apoio comunicativo. Não menos significativas são as falas em torno das ações junto à família e aos grupos de convivência, pois vários sujeitos apontaram esses espaços como os mais adequados para o desenvolvimento e manutenção dos processos comunicativos. [...] (p.144-145).

Corroborando com o autor, entende-se que nesses espaços as possibilidades de interação e a troca de informações se intensificam pela convivência com outras pessoas. A participação em grupos e a utilização das redes sociais, atualmente podem ser instrumentos de interação, na perspectiva de que o acesso à informação

é ampliado. No tocante a esse aspecto, Pasqualotti (2008, p. 79) afirma que “faz-se necessário a inserção permanente dos idosos na convivência em comunidades e em instituições” e que as interações nesses ambientes são importantes para o idoso.

Entretanto, sabe-se que o acesso aos recursos tecnológicos não atinge à todos os grupos sociais, como no caso dos idosos, que além da exclusão, “muitas vezes tem seus espaços de interação diminuídos seja em função de aspectos sociais ou individuais.” (PASQUALOTTI, 2008, p. 79).

Neste cenário de exclusão e redução dos espaços de interação, os programas para a Terceira Idade são considerados como importantes redes de apoio e comunicação, quando se trata das questões relacionadas à interação e a sociabilidade do idoso. (CACHIONE; NERI, 2008). Embora os idosos não estejam totalmente inseridos no contexto das redes, hoje, a realidade apresenta mudanças, no que tange a inserção dos idosos nos espaços virtuais, pois, se verifica que as redes sociais já fazem parte do cotidiano de boa parte dessa população, seja para comunicar-se com os amigos e familiares, para acessar portais, sites, redes da terceira idade, entre outros.

Vechiato e Gadotti (2010), em pesquisa realizada com um grupo de idosos, verificou que a internet está entre as fontes de informação mais utilizadas por esse grupo. A pesquisa também apontou que os idosos precisam ampliar o acesso e uso dos recursos desses ambientes. Em relação ao uso do ambiente virtual pelas pessoas idosas, Pasqualotti (2008, p. 88) assegura que

Para as pessoas idosas, a internet não é apenas mais uma fonte de pesquisa, pois, para esse público específico, é capaz de resgatar o passado, de promover novas amizades e estreitar laços familiares. Mais do que uma ligação com o mundo, a web acaba tornando-se um lugar legítimo de socialização.

Em outras palavras, o acesso à internet vai além, considerando que a partir das possibilidades de interação disponibilizadas nas redes sociais e na web, o idoso pode ampliar a maneira de se comunicar com os demais sujeitos, visando a troca de informações significativas para o seu cotidiano. Após apresentar essas considerações, deve se destacar a importância dos Programas para a Terceira Idade como importantes redes, quando se trata de espaços de interação e sociabilidade do idoso.

As Universidades à Terceira Idade (UNATIs) promovem aos idosos, espaços de interação interpessoais e conteúdos informacionais que proporcionam a essa

população, a participação em discussões, e desse modo estimulam a convivência social. No Brasil, desde a década de 1970, observa-se o crescimento das UNATIS, na busca de oferecer melhores condições de qualidade de vida e bem-estar para o segmento dos idosos, tendo como principal foco, a inserção social desses sujeitos. (VERAS, CALDAS, 2004).

A partir das afirmações dos autores, é bom ressaltar que os Programas de Universidades Abertas se tornam para muitos idosos um referencial e uma fonte de informação, sobre os mais variados assuntos. Cachione (2006) tece considerações sobre esses espaços de interlocução e aponta a importância do envolvimento desses sujeitos no processo de construção de novos saberes, compartilhando dos mesmos problemas, legitimando a condição de ser social.

Observa-se que além das questões voltadas para a produção do conhecimento, esses programas são vistos pelos idosos como um espaço no qual eles podem obter informações e se comunicar com o grupo “permitindo aos indivíduos, antes isolados, agora poderem se ver multidimensionados e ligados a uma rede de ações interativas.” (SILVA, 2004, p. 14).

Cabe ressaltar a necessidade de ampliar a oferta desses programas, no sentido de dar oportunidade a uma maior parcela da população idosa, que não tiveram a possibilidade de participar de ações como esta. De acordo com Silva (2004, p.15) “Uma das tarefas elementares da educação é a de socializar indivíduos, instrumentalizando-os para perceberem a si e aos outros”. Entretanto, sabe-se que o número de idosos participantes desses grupos ainda é restrito, diante das demandas populacionais, pela possível falta de conhecimento, ausência de divulgação, dificuldades de acesso, falta de investimentos nas instituições, dentre outros.

Entende-se que esses espaços podem contribuir de fato, para que as necessidades informacionais relacionadas à participação social dos idosos sejam atendidas, respeitando a heterogeneidade do grupo, bem como as características de cada idoso.

Na visão de Vechiato e Vidotti (2014, p. 124) “é importante considerar esse grupo como o mais heterogêneo dos grupos etários” [...] e este fato exige ampliar os estudos do comportamento informacional desses sujeitos. Os espaços das Universidades Abertas à Terceira Idade se consolidaram como um ambiente de inclusão desse segmento social no contexto das universidades.

4 CARACTERIZANDO O CONTEXTO INVESTIGATIVO

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), fundada no ano de 1983, com sede na Rua Silveira Martins, 2555, Cabula, Salvador, é considerada a maior instituição pública de ensino superior do Estado, está vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia (SEC). Com unidades em todas as regiões da Bahia, organizada por um sistema multicampi, a UNEB possui 29 Departamentos instalados em 24 *campi*: sendo o principal, o *campus* situado na capital do estado, onde se encontra a administração geral da instituição. Os outros *campis* se espalham por todo estado distribuídos em vinte e três municípios.

A UNEB tem como respaldo legal para o desenvolvimento das atividades acadêmico-administrativas os seguintes documentos: a Lei nº 66 de 01 de junho de 1983 (criação); o Decreto Presidencial nº 92.937 de 17 de julho de 1986 (funcionamento); a Portaria do Ministério de Educação e do Desporto nº 909 de 31 de julho de 1995 (credenciamento); Lei estadual nº 7.176 de 10 de setembro de 1997 (reorganização das Universidades Estaduais da Bahia); e o Decreto do Governo do estado da Bahia nº 9.751 de 03 de janeiro de 2006.

A sua criação tem como origem a integração de sete faculdades da capital e interior da Bahia, entre elas: Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro, Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas, Faculdade de Formação de Professores de Jacobina, Faculdade de Formação de Professores de Santo Antônio de Jesus, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité, o Centro de Ensino Técnico da Bahia e a Faculdade de Educação.

No ano de 1997, a instituição adotou uma nova estrutura, agora representada por departamentos, esse fato se deu através da reorganização das Universidades Baianas, decorrentes da Lei 7.176 de 10 de setembro de 1997, os departamentos tinham como objetivo identificar as unidades universitárias. Após adotar essa nova estrutura, a UNEB no ano de 2000, estava constituída de 15 *campi* e 20 departamentos. Os *campi* I, II e III respectivamente, Salvador, Alagoinhas e Juazeiro, possuía mais de 1 departamento e 4 Núcleos de Ensino Superior (NESIR): no município de Irecê ligado ao departamento de Educação do *campus* VIII na cidade de Paulo Afonso, o NESLA, em Bom Jesus da Lapa, vinculado ao Campus IX

de Barreiras, o NESCS, em Camaçari vinculado ao Departamento de Ciências Humanas do *Campus I*, na capital e o NESSE, situado em Eunápolis, vinculado ao departamento de Educação do *Campus X* no município de Teixeira de Freitas.

Figura 1 - Universidade do Estado da Bahia, *Campus I* - Salvador



Fonte: dados de pesquisa 2015.

A partir de agosto de 2000, esses núcleos se constituíram no *campus XVI*, *XVII*, *XVIII* e *XIX*. Os *campi XX* foram criados em 2001, nos municípios de Brumado e Ipiaú. Em 2002, a UNEB expande a educação superior pelo estado criando os *campi XXII* em Euclides da Cunha, *XXII* em Seabra e *XXIV* em Xique-Xique. Essa abrangência dos *campi* favorece à uma parcela significativa da população do Estado, com a oferta de novos cursos, em regiões que apresentam demandas sociais e do contexto educativo.

Os departamentos da UNEB possuem autonomia para desenvolver as atividades acadêmicas, embora a administração geral permaneça na capital. Esse fato tem relação com as diferenças culturais de cada região, que segundo a instituição deve ser considerada na formação dos seus profissionais.

Atualmente, a UNEB disponibiliza uma média de 150 opções de cursos de graduação e pós-graduação, na modalidade presencial e de Educação a Distância (EAD), sendo esses cursos distribuídos entre os 29 departamentos. Um dos avanços

da instituição foi o aumento significativo dos cursos de mestrado e doutorado, tanto no *campus* da capital, quanto nos demais *campi*, espalhados pelo interior do estado, visando o fortalecimento da política de interiorização da oferta de pós-graduação pública.

No intuito de cumprir as exigências legais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que propõe a formação de ensino superior da educação básica, foram criados alguns Programas Especiais, para ampliar a oferta de cursos de graduação. A UNEB, a partir de 1999 tem desenvolvido, programas como o REDE UNEB 2000, com a opção do curso de pedagogia, este programa é apoiado pelas prefeituras municipais e tem por objetivo oportunizar a formação dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública.

Outra iniciativa, o Programa de formação de professores em exercício do 6º ao 9º ano (PROLIN), disponibiliza os cursos de Letras, Letras com inglês, Matemática, Geografia, História, Biologia, além desses citados, outros programas também foram criados, com o objetivo de formação e qualificação dos profissionais da educação básica.

4.1 MISSÃO INSTITUCIONAL

Apresentando um perfil voltado para o âmbito social, a Universidade do Estado da Bahia, dispõe no 1º e 2º parágrafos do seu Estatuto, a missão e os objetivos institucionais:

§ 1 A UNEB tem como missão a produção, difusão, socialização e aplicação do conhecimento nas diversas áreas do saber.

§ 2 Objetiva a Universidade do Estado da Bahia a formação integral do cidadão e o desenvolvimento das potencialidades econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, artísticas e literárias da comunidade baiana, sob a égide dos princípios da ética, da democracia, das ações afirmativas, da justiça social - dos direitos humanos - pluralidade étnico-cultural e demais princípios do Direito Público. (UNEB, 2012, p. 2).

Através do ensino, pesquisa e da extensão, com o objetivo de formar profissionais qualificados, a UNEB tem como foco: a equidade social e a missão voltada para a comunidade local. Ao decorrer do tempo, observa-se o crescimento e

o quanto a instituição tem se destacado nas ações voltadas para o desenvolvimento do estado, bem como, da região nordeste e desse modo, para o Brasil.

Reconhecida no país como a primeira instituição de ensino da região norte e nordeste a adotar no ano de 2003, o sistema de cotas para estudantes afro-descendentes, oriundos de escolas públicas. A UNEB disponibiliza 40% das vagas para essa população através do vestibular. Atendendo as demandas sociais, em 2008, o sistema foi ampliado para atender as populações indígenas, com a reserva de 5% das vagas da instituição, sob o regulamento do Conselho Universitário.

A história da UNEB retrata a responsabilidade social e o compromisso com o cidadão, seja com ações voltadas para a formação do profissional, seja com iniciativas direcionadas às comunidades na qual a instituição está inserida. Através das atividades de extensão e parcerias com órgãos públicos e privados, a UNEB tem beneficiado diversos segmentos sociais no estado da Bahia. Entre as ações, e programas ressalta-se a Educação de Jovens e Adultos (EJA); Projeto de inclusão e valorização das pessoas deficientes, da população idosa, através do Programa de extensão do NUATI; Educação em assentamentos da reforma agrária e nas comunidades indígenas e quilombolas; dentre outros.

A democratização do ensino superior no estado foi intensificada na UNEB a partir da oferta de cursos em EAD em todos os *campi*. Caracterizada como uma universidade que visa o desenvolvimento social das comunidades populares, considera-se em todas essas ações, a importância do diálogo entre a universidade e a sociedade, para a interação entre a academia e os diversos grupos sócio-culturais.

No que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa e extensão, a instituição possui um sistema de Bibliotecas, constituído de uma central e mais vinte e três setoriais, em diversos *campi*. A biblioteca central desenvolve alguns projetos, a exemplo da biblioteca comunitária, que atende os alunos da comunidade do bairro do Cabula e entorno, com o incentivo à leitura e apoio às demandas de pesquisa escolar disponibilizando um acervo das diversas áreas do conhecimento. Um projeto de relevância desenvolvido pela biblioteca da UNEB/campus I é o Núcleo de Educação Especial (Braille). Esse projeto tem como objetivo: atender os alunos deficientes visuais que fazem parte da comunidade acadêmica.

Um dos aspectos que se destaca na trajetória da UNEB é a sua vertente inovadora, em vários campos do conhecimento, a exemplo das tecnologias e educação, com o desenvolvimento de pesquisas sobre temas atuais: como jogos

eletrônicos utilizados na educação, robótica, fazendo a universidade ser contemplada com prêmios e o reconhecimento no contexto regional, nacional e internacional.

A universidade do Estado da Bahia vem intensificando a sua credibilidade durante toda a sua história, com a sua missão de não somente produzir o conhecimento, porém, disseminar, disponibilizar e promover o acesso para toda a comunidade. Com isso, torna-se possível a percepção de que cada vez mais se faz necessário a interação entre a academia e as comunidades, considerando-se a extensão nesse contexto, como um instrumento que desempenha esse intercâmbio com propostas de desenvolvimento social e do cidadão.

4.2 UM OLHAR SOBRE A UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE

As Universidades Abertas à Terceira Idade representam na sociedade contemporânea, um espaço de fala para a população idosa, contribuindo com a educação permanente e novas perspectivas de melhor qualidade de vida, para esse segmento populacional, no que tange vários aspectos do envelhecimento. Sabe-se que as primeiras propostas de educação voltada para esse grupo social, teve sua origem na década de 1960. De acordo com Cachione (2012, p. 3) “tirar os idosos do isolamento, propiciar-lhes saúde, energia, interesse pela vida e modificar sua imagem perante a sociedade” foram os principais motivos que levaram a criação das primeiras universidades para a terceira idade.

Historicamente, a França foi a pioneira em se preocupar com as pessoas idosas, que já estavam aposentadas, criando nos anos de 1960, as “Universidades do Tempo Livre”. Instituições que desenvolviam atividades sócio-culturais, com o objetivo de entretenimento, ocupar o tempo e interação social da pessoa idosa.

Até então, a ideia se vinculava as atividades lúdicas e ocupacionais. A partir da implantação das universidades livres, posteriormente no ano de 1973, foi criada pelo professor de Direito Internacional, o francês Pierre Vellas, a Universidade da Terceira Idade, na universidade de Toulouse, com uma proposta de promover atividades para uma educação permanente. (CACHIONE; PALMA, 2006).

Conforme as autoras supracitadas nos anos de 1970, vários países entre eles: os Estados Unidos, Bélgica, Polônia, Alemanha e Espanha, também

implantaram as universidades abertas à terceira idade. Na Itália, o modelo traz um diferencial na proposta e promove aos idosos a possibilidade de formação acadêmica e diploma de nível superior para os seus alunos.

Segundo Pacheco (2003), diferente do modelo francês, o modelo inglês teve início em 1981, fundamentado nos princípios da autoajuda, enquanto que “no modelo norte americano os idosos contribuem na organização dos cursos, e o modelo sulamericano, baseado no francês, [...]” (CACHIONE, 2012, p, 3). Na China, o modelo tem como princípio a vida da comunidade e a tradição cultural. O modelo japonês oferece a educação continuada e aborda a política, direitos humanos, religião, constituição, economia, história e a arte, num contexto intergeracional (CACHIONE, 2012). O Uruguai apresentou uma proposta de ensino não formal, intergeracional e educação permanente, proposta que segundo a autora foi seguida por vários países do continente Sulamericano, inclusive o Brasil.

No contexto brasileiro, segundo Cachione e Palma (2006) o pioneirismo em relação à educação de pessoas idosas foi uma iniciativa do Serviço Social do Comércio (SESC), no estado de São Paulo, com a criação das denominadas “Escolas Abertas para a Terceira Idade”. Assim, como na França, com o passar do tempo, surgiu em 1982, na Universidade Federal de Santa Catarina, a primeira Universidade Aberta à Terceira Idade do país.

Na região nordeste do Brasil, no ano de 1988, foi criada na Universidade Estadual do Ceará, (UEC) a Universidade Sem Fronteiras, promovendo a população idosa, cursos de extensão. Após esse período, em todo o Brasil, foram criadas várias universidades da terceira idade, entre os anos de 1980 à 1990, a implantação desses programas teve destaque em alguns estados do país como: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Bahia, entre outros. (CACHIONE, 2003).

Ainda conforme a autora, na década de 1990, se observou uma intensificação dos programas UNATIs nas universidades brasileiras, tendo como marco a criação da Universidade da Terceira Idade, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 1990, no estado de São Paulo. A autora afirma que no Brasil, atualmente, as instituições particulares são as que mais investem nas universidades para a terceira idade, seguidas das instituições estaduais e as que menos investem nesses programas são as universidades federais.

Infere-se que essa realidade poderia ser modificada, a partir de ampliar as discussões sobre a temática do envelhecimento, bem como através de parcerias e intercâmbio entre a academia, instituições e espaços comprometidos com a visibilidade desse segmento populacional. No tocante ao aumento dos Programas de Universidades Abertas para a Terceira Idade, no cenário brasileiro, Cachione (2012, p. 4) aponta que

No Brasil, atualmente, somamos mais de 200 programas dessa natureza, presentes em instituições de ensino superior. Em sua maioria caracterizam-se por projetos de extensão universitária. Configuram-se, ainda, como uma modalidade de educação permanente de natureza não-formal, uma vez que a intenção maior não é a de certificar ou profissionalizar os alunos idosos, mas, sim, abrir o mundo do conhecimento e da possibilidade de se aprender ao longo de toda a vida. O ambiente universitário, multidisciplinar e intergeracional, propicia aos mais velhos a troca de experiências, a sociabilidade, o resgate da cidadania.

No que se refere ao estado da Bahia, em 1992, a Universidade Estadual de Feira de Santana, cria a Universidade Aberta à Terceira Idade, posteriormente, a fundação da Faculdade Livre da Terceira Idade Olga Metting, e no ano de 1995, a UATI e a Universidade Estadual de Santa Cruz, (UESC). Em agosto de 1995, a partir do Projeto desenvolvido pela servidora Kátia Jane Chaves Bernardo, através da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), caracterizado como um Grupo de Trabalho da Terceira Idade (GTTI) que atendia inicialmente 60 alunos.

Figura 2 - Espaço de convivência da UATI em Salvador



Fonte: UATI, 2015.

No ano de 1997, a partir da ampliação do GTTI, foi criado o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade (NUATI), que se constitui num programa de Extensão Universitária, vinculado à Pró Reitoria de Extensão (PROEX) da UNEB e ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o envelhecimento e a pessoa idosa está fundamentado no Estatuto da UNEB, atendendo a pessoas de ambos os sexos, de qualquer nível sócio-educacional, cuja faixa etária seja igual ou superior a 60 anos.

A instituição possui unidades espalhadas em todo o estado da Bahia, o programa foi desenvolvido no campus I, na cidade de Salvador, e foi ampliado para diversas cidades, entre elas: Teixeira de Freitas, Euclides da Cunha, Conceição do Coité, Alagoinhas, Itaberaba, Irecê, Bom Jesus da Lapa, Jacobina, Brumado, Santo Antônio de Jesus, Guanambi, Ipiaú, Senhor do Bonfim, Caetité, Paulo Afonso, Xique-Xique, Juazeiro, Serrinha, Seabra, Eunápolis, Barreira e Valença, formando a chamada “Rede UATI”.

Figura 3 - Apresentação de dança do ventre no Teatro UNEB



Fonte: UATI 2015.

Constituída por uma equipe multidisciplinar de profissionais de diversas áreas, a exemplo: Direito, Biologia, Pedagogia, Psicologia, Nutrição, Enfermagem, Letras, entre outras. O corpo docente é formado por: servidores da UNEB, professores contratados através de seleção pública, professores voluntários e os alunos da UATI que ministram aulas de acordo a sua formação.

A disponibilidade de vagas para as oficinas ocorre em dois momentos: no primeiro e segundo semestre, com a oferta de diversos cursos. Os alunos podem

escolher até três opções de oficinas por semestre, podem também repetir a mesma oficina, porém, são incentivados em ampliar a participação nas diversas oficinas. O projeto pedagógico tem fundamento na pedagogia social e apresenta como principais objetivos:

- a) proporcionar ao público-alvo a oportunidade de frequentar a Universidade em atividades de extensão com vistas à sua formação continuada;
- b) oferecer a população idosa, espaços para o exercício da livre expressão de suas potencialidades artísticas e culturais;
- c) desenvolver atividades para promover a participação social e política do idoso;
- d) preparar os idosos para assumirem seu processo de envelhecimento, com a autoconfiança e auto-estima, através de uma formação teórico-prática e das experiências intergeracionais. (UATI, 2013).

Diante das demandas da população, a UATI busca como objetivos específicos:

- a) captar recursos financeiros para ampliação e manutenção da rede UATI nos campi através da participação em editais das diversas instituições públicas e privadas;
- b) proporcionar ao público alvo do programa a oportunidade de frequentar a Universidade do estado da bahia em atividades de ensino, pesquisa e extensão com vistas a educação cocontinuada;
- c) fortalecer e apoiar as experiências desenvolvidas na UNEB no campo das relações intergeracionais;
- d) estimular o exercício da cidadania no segmento da terceira idade, pela participação na vida cultural, social e política de seus municípios através da Rede UATI. Estabelecer parcerias interinstitucionais com órgão e instituições públicas e privadas;
- e) fomentar a criação de conselhos municipais do idoso nas cidades em que se insere a UNEB;
- f) promover a realização de eventos que discutem o processo educação e envelhecimento nos diversos municípios baianos.
- g) medir ações que garantam o acesso e a educação continuada desse segmento social na própria universidade, oferecer às pessoas idosas participantes do programa espaço para o exercício de livre expressão de suas potencialidades artísticas e culturais, estimula-los a assumirem seu processo de envelhecimento valorizando o desenvolvimento de competências e saberes por uma formação teórico-prática. (UATI, 2013).

Acredita-se que todos os objetivos apresentados acima são significativos e visam proporcionar aos alunos da UATI uma melhor qualidade de vida, motivação e, sobretudo, o respeito a esse grupo social. Trata-se de legitimar o reconhecimento institucional para com o público da terceira idade, atuando como um espaço aberto ao diálogo e de acesso para todos que buscam a inserção como participante de suas oficinas, atividades e serviços disponibilizados.

Figura 4 - Oficina de fotografia com os alunos da UATI



Fonte: UATI, 2015

A UATI tem como perspectiva a educação continuada, cultura, lazer, orientação para os aspectos físicos, psicológicos e sociais; produção e renda. A metodologia utilizada são oficinas de vivências corporais e sócio-educativas, distribuídas a partir de quatro núcleos:

- a) Núcleo teórico: tem por objetivo estimular o aluno a refletir criticamente sobre a realidade do Brasil e do mundo. Analisando conceitos sobre cultura e meio ambiente, sistematizando, agregando e produzindo conhecimentos, descobrindo-se como participante ativo na construção da cidadania;
- b) Núcleo de vivências corporais: busca desenvolver a prática do movimento e do lazer, objetivando a melhoria das condições físico-morfológicas, psicológicas e sociais e o desenvolvimento de potencialidades e talentos;
- c) Núcleo de trabalhos manuais: objetiva desenvolver habilidade despertar a criatividade, aguçar o senso estético e a sociabilidade;
- d) Núcleo de tecnologia e informação: o objetivo é desenvolver habilidades e familiarizar o idoso com as novas linguagens tecnológicas e visuais do mundo contemporâneo.

Além de projetos, seminários, encontros, palestras, atividades artísticas culturais e de lazer, a UATI realiza outras ações e atividades durante o ano, entre elas: apresentação de coral, festas comemorativas, visita técnica, prestação de serviços psicológicos e jurídicos aos alunos, dentre outras.

Figura 5 – Participação da UATI no Fórum Nacional de Estudantes da Terceira Idade de Inst. de Ensino Superior em Tocantins, 2015.



Fonte: UATI, 2015.

A UATI desenvolve o Projeto “Idoso Companheiro”, que leva através de seus alunos as atividades das oficinas a idosos, crianças e adolescentes institucionalizados.

A Universidade do Estado da Bahia, através da UATI é a instituição que possui o maior Programa de Universidade Aberta à Terceira Idade do Brasil, no qual abrange várias unidades no Estado, desenvolvendo três linhas de ação: educação continuada, cultura e lazer; orientação quanto aos aspectos físicos, psicológicos e sociais; produção e renda.

Os Programas de educação permanente voltados para a terceira idade tem um papel de destaque no cenário atual, visto que amplia a oferta de atividades que contribuem para atualizar o conhecimento da população idosa, sobretudo, permite a sua participação no contexto universitário.

Através do Núcleo de Extensão da UNEB, a UATI possibilita ao idoso a sua entrada no universo acadêmico, e dessa maneira intensifica a interação não somente entre a comunidade e a academia, mas, especialmente entre todos que frequentam suas oficinas, propiciando o convívio intergeracional e de novos saberes.

Um exemplo de atividade que remete a interação é a oficina de fotografia, pois, possibilita a realização de atividades tanto no espaço interno, quanto em espaços externos de convívios dos participantes.

Figura 6 - Oficina Rodopiando a cultura popular



Fonte: UATI, 2015.

A UATI tem sido alvo de diversas pesquisas, desde a sua fundação, seja no contexto social, cultural, educativo, dentre outros segmentos. Em razão da perspectiva de inserção do idoso respeitando seu papel social e o potencial que cada um deles tem a oferecer nas atividades e ações desenvolvidas no espaço universitário. Nesta perspectiva, esse espaço é comprovadamente uma fonte de informação significativa para aprofundar o conhecimento sobre a população investigada.

A participação do idoso num ambiente de aprendizagem, de valorização e de autoestima propicia um envelhecimento ativo, desenvolve a criatividade, e leva o idoso ao exercício da sua cidadania. Trata-se de uma questão de pertencimento desse grupo no contexto social, de inserção e de respeito à dignidade da pessoa idosa no espaço da universidade pública, o que faz da instituição protagonista nas discussões relacionadas à essa parcela da população.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados, a fim de atingir os objetivos propostos neste estudo. Entende-se que a ciência tem como principal característica a utilização de métodos e técnicas de investigação. Richardson (2009, p, 70) define o método de pesquisa como “a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos”. A metodologia, nesta perspectiva, é vista como um fator de relevância no desenvolvimento de uma pesquisa, que para Boaventura (2004, p. 55) consiste na “busca sistemática de solução de um problema ainda não resolvido ou resolvível.”

Compartilhando da mesma visão, Gil (2011, p. 42) define que a pesquisa “é descobrir respostas para problemas mediante os procedimentos científicos, para obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.” Nesse sentido, o presente estudo foi desenvolvido a partir da constatação de um problema existente na realidade investigada.

A necessidade de investigar os problemas existentes no contexto social, representa um universo de possibilidades em busca de obter respostas para as demandas de diferentes âmbitos e grupos sociais, se intensifica diante das transformações ocorridas na sociedade contemporânea. Minayo (2008, p, 16) define a metodologia como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade.” A autora ressalta que a metodologia tem um papel principal no cerne das teorias e se constitui num conjunto de técnicas e da criatividade do investigador. (MINAYO, 2008).

5.1 ENQUADRAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa se caracterizou pelo estudo de um fenômeno, num universo particular e objetivou identificar problemas existentes no universo amostral. Para tanto, utilizou-se um estudo de caso que de acordo Ludke e André (2005), tem origem no final do século XIX, e início do século XX, no campo das ciências sociais e antropológicas, com o objetivo de ressaltar as características da vida em sociedade.

Na visão de Yin (2005), estudo de caso se constitui numa pesquisa empírica, um método que demanda planejamento, coleta e análise de dados, que pode ser

único ou múltiplo. Se tratando da referida pesquisa, se realizou um estudo a partir de uma realidade e um universo, em razão da natureza do objeto.

Em decorrência do viés investigativo, realizou-se uma pesquisa de cunho social, Gil (2011). Para essa análise, foi relevante adotar uma abordagem quali-quantitativa esse fato está relacionado ao se considerar a utilização dessas duas abordagens mais adequada para alcançar os objetivos propostos na investigação.

Para aprofundar o entendimento do método qualitativo e quantitativo, Boaventura (2004) afirma que na pesquisa quali-quantitativa, podem ser adotados os dois métodos, pois, ambos se complementam e ressalta que as informações quantitativas podem ser analisadas de maneira qualitativa, bem como, os dados quantitativos podem ser analisados qualitativamente. O autor salienta que “é recomendável reconhecer e explorar a complementariedade entre as análises quantitativas e qualitativas e apoiar as interpretações e conclusões da pesquisa em ambas.” (BOAVENTURA, 2004, p. 56).

A partir das afirmações dos autores, vale ressaltar que a presente pesquisa, quanto ao nível se caracterizou como descritiva, pois, teve como finalidade descrever características do grupo estudado. De acordo Gil (2011, p. 44) as pesquisas descritivas “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações variáveis”. Esse tipo de pesquisa se configura por levantamentos a partir da coleta de dados.

Para a análise dos dados foi utilizada como técnica a análise de conteúdo, (BARDIN, 2011; MINAYO, 2008). Essa técnica foi adotada por possibilitar aprofundar a análise além do que os dados explicitaram, o que requer uma análise mais atenta do pesquisador. Conforme Bardin (2011) e Minayo (2008) a análise de conteúdo caracteriza-se como um conjunto de técnicas que proporciona ao pesquisador utilizar diversas maneiras de análise e interpretação dos conteúdos coletados nos dados. Uma das opções para utilização dessa técnica é a categorização que Bardin (2011, p, 147) define como

[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico.

Minayo (2008) considera a investigação social pela característica qualitativa do seu objeto, deve considerar como o sujeito de investigação, pessoas pertencentes a determinado grupo ou classe social, num contexto da realidade respeitando suas crenças e valores, desde quando “o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado, e, em permanente transformação.” (MINAYO, 2008, p. 22).

No que diz respeito a amostra, a população da pesquisa, corresponde à 35 idosos, alunos da Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), de um universo de 350 alunos.

A pesquisa teve como principal objetivo identificar as necessidades informacionais dos alunos da UATI. Por esse motivo, a amostra foi composta pelos alunos regularmente matriculados e participantes das oficinas oferecidas no primeiro semestre de 2015. Gil (2011) afirma que a amostra deve ser composta por elementos que apresentem algumas características em comum.

A UATI oferece diversas oficinas nos turnos matutino e vespertino, distribuídas em quatro núcleos: o núcleo teórico, o núcleo de vivências corporais, o núcleo de trabalhos manuais, e o núcleo de informática, sendo que os quatro núcleos disponibilizam cursos de diferentes áreas.

A amostra foi realizada de maneira intencional, por conveniência e acessibilidade, a delimitação da amostra da pesquisa teve alguns fatores como critérios de inclusão, como: está regularmente matriculado na UATI; ter a partir de 60 anos; aceitar a participar da pesquisa; não apresentar déficits de visão ou cognitivos e como critérios de exclusão se elencou: ter menos de 60 anos; não frequentar as oficinas regularmente.

No que concerne o entendimento da amostragem nessa pesquisa, a importância de cada sujeito escolhido como participante vale advertir que de acordo Richardson (2008, p. 158) “cada unidade ou membro da população denomina-se elemento, e quando se toma certo número de elementos para averiguar algo sobre a população a que pertence” trata-se, portanto, do que se caracteriza como amostra.

Na visão de Yin (2005), estudo de caso se constitui numa pesquisa empírica, um método que demanda planejamento, coleta e análise de dados, que pode ser único ou múltiplo. Se tratando da referida pesquisa, se realizou um estudo a partir de uma realidade e um universo, afirma-se que em razão da natureza do objeto, o

estudo de caso foi elencado visando aprofundar a análise considerando suas particularidades.

5.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Considerando-se a oferta da existência de diversos instrumentos de coleta de dados que podem ser utilizados no desenvolvimento da pesquisa, a exemplo: o questionário, observação participante, análise documental, neste estudo foram selecionados: a observação direta e a entrevista semi-estruturada (Apêndice A) como instrumentos de investigação, por ser considerado os mais apropriados.

Devido ao estudo ter como abordagem a pesquisa qualitativa e quantitativa, tornou-se relevante a aplicação de dois instrumentos para a coleta dos dados. Com a finalidade de contextualizar e estreitar o olhar para o objeto, desenvolveu-se uma observação direta do contexto de investigação, dos sujeitos de pesquisa. Para tanto, observou-se aspectos: de relacionamento dos idosos com os professores; o comportamento do grupo no ambiente da UATI; o modo de receptividade entre os idosos e os demais atores da instituição; a motivação e a participação dos idosos nas oficinas; a convivência no momento dos intervalos das aulas. Esse instrumento teve suma importância para a aproximação da pesquisadora com o objeto.

De acordo com Manzini (1990/1991, p. 154), “na entrevista semi-estruturada, a resposta não está condicionada a uma padronização de alternativas formuladas pelo pesquisador, como ocorre na entrevista com dinâmica rígida.” O autor afirma que esse tipo de entrevista tem como foco um objetivo e que se desenvolve a partir de um roteiro com questões principais, que pode ser complementado por outras no momento de realização da entrevista, a depender das circunstâncias em que ocorrem.

5.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA

No que se refere aos objetivos e delineamento da pesquisa, para a coleta de dados foi necessário realizar alguns procedimentos considerados relevantes. Inicialmente foi feito um contato por telefone e agendada uma visita a UATI. Assim, no mês de dezembro de 2014, aconteceu o primeiro contato com o universo de

pesquisa, na UNEB *campus* Salvador. Nesta visita, cujo principal motivo foi comunicar a intenção de realizar a pesquisa na instituição, a temática e os objetivos propostos. A coordenação acolheu-nos e os professores demonstraram interesse na proposta.

Em razão do período festivo, a coordenação fez o convite para participar da festa de encerramento do ano letivo, o momento seria propício para conhecer o contexto investigativo e uma possível aproximação com os idosos, os professores, a coordenação e a comunidade da instituição. A participação no evento foi proveitosa, pois, se observou a interação dos idosos com os professores e o interesse na participação pelos alunos era geral. Foi apresentado um auto de natal, o coral, durante a confraternização com todos da comunidade da UATI. Após o término das festividades, retornou-se à coordenação e foi acertado que no início das aulas, começaria os procedimentos empíricos.

No mês de março de 2015, se buscou através de contato por telefone, a data prevista para o retorno das aulas. A secretaria informou que até o momento, a data não tinha sido definida. Alguns outros contatos foram realizados e foi dada a informação que no mês de abril as aulas começariam.

A coordenação solicitou a carta de apresentação da pesquisa para que assim fosse desenvolvida a coleta de dados. Durante os meses de abril e maio foram feitas visitas constantes a instituição, a fim de observar alguns aspectos do contexto investigativo: a convivência entre os idosos, horários das aulas, intervalos, dentre outros. No decorrer do tempo, alguns alunos foram informados sobre a intenção de desenvolver a pesquisa, tudo ocorreu de modo informal.

Alguns obstáculos e dificuldades surgiram nesse período, a UNEB passava por um período de greve dos professores o que ocasionou o comprometimento das atividades, sobretudo, a UATI estava com menor número de professores, pois estava no processo de contratação dos professores selecionados. Outros fatores como os aspectos meteorológicos como: fortes chuvas, paralisação de transportes públicos, recesso de páscoa e redução de alunos matriculados e assíduos, caracterizou o semestre como atípico.

A menor oferta de oficinas também foi determinante para a aplicação do instrumento de coleta de dados. Contudo, nesse período foi possível um olhar sob o universo e a aproximação dos participantes, o que facilitou a aceitação do

pesquisador no momento da realização das entrevistas e o desejo de participação por parte de alguns alunos.

No dia 02 de junho de 2015, foi realizado o pré-teste, no qual se objetivou comprovar a adequação das questões e se necessário apontar possíveis correções a serem feitas no instrumento de coleta antes da sua aplicação. O pré-teste foi realizado nas dependências da UATI com 6 idosos.

A entrevista foi formulada a partir de questões semi-estruturadas, abertas e fechadas e realizada no período de 11 à 17 de junho de 2015, com 35 idosos, alunos da UATI, nas dependências da instituição nos intervalos das aulas.

As entrevistas foram aplicadas com o auxílio de um gravador de áudio; em seguida foi feita a transcrição integralmente das verbalizações, num formulário elaborado para esse fim com impressão posterior. Salienta-se que foram preservados todos os aspectos da linguagem, possíveis erros de concordância gramatical ou vícios da linguagem (erros de concordância gramatical ou vícios de linguagem), critério adotado pelo pesquisador para obter a fala do participante no momento da análise.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

[...] um trabalho nunca se conclui, pois sempre haverá um novo enfoque e um novo olhar a se realizar a cada vez que retornarmos aos nossos sujeitos históricos, buscando novos diálogos a renovar-se infinitamente.

Sérgio Guerra

Considera-se a análise e discussão dos resultados o procedimento de maior relevância para o conhecimento produzido durante a investigação. Nesta fase, o pesquisador apresenta as suas inferências num processo dialético com as teorias estudadas e o fenômeno observado. Para organizar os dados oriundos do campo, fez-se, a princípio, a sistematização daqueles que permitiram o tratamento quantitativo através de gráficos e quadros.

Prioritariamente procedeu-se uma análise quantitativa dos dados coletados, por meio de planilhas no Microsoft Excel 2007. Os resultados foram representados através de números com valores absolutos e percentuais em gráficos e quadros, por meio de categorias temáticas. Utilizou-se um código alfa numérico para representar os participantes da amostra.

No que se refere à análise qualitativa, o roteiro de entrevista buscou conhecer alguns aspectos relacionados às necessidades informacionais, se os idosos reconhecem essas necessidades, de que maneira lidam com essa situação e qual o motivo principal de busca de informação.

O acesso e o uso da informação foram investigados a partir de questões referentes às fontes e canais mais acessados, as dificuldades encontradas nas práticas informacionais e quais as tecnologias utilizadas no cotidiano dos participantes. Na perspectiva social, as questões se voltaram para as concepções dos idosos em relação aos direitos, as políticas públicas, bem como do acesso à informação no contexto contemporâneo, a motivação para a inserção na UATI e se estes participam de atividades em outros espaços de interação social.

Para iniciar a análise priorizou-se conhecer o perfil dos sujeitos investigados em diversos aspectos, os dados foram de suma importância para a discussão e compreender o universo desse segmento social. Quando se trata de necessidades informacionais o reconhecimento do usuário torna-se imprescindível.

6.1 CATEGORIA 1 - PERFIL DOS SUJEITOS DE PESQUISA

Na sociedade brasileira, os mecanismos legais consideram o idoso, aquelas pessoas cuja faixa etária encontra-se igual ou superior a 60 anos, assim, o quadro 1 apresenta a caracterização da amostra do presente estudo.

Quadro 1 – Caracterização da amostra

Participante	Idade	Gênero	Escolaridade	Est. conjugal	Ocupação	C.domiciliar
P1	72 a	F	En. Médio	Solteira	Aposentada	Sozinha
P2	75 a	M	En. Médio	Viúvo	Aposentado	Sozinho
P3	63 a	F	En. Médio	Solteira	Contadora	Sozinha
P4	66 a	F	Fund. I	Casada	D. de casa	Família
P5	66 a	F	En. Médio	Desquit.	D. de casa	Família
P6	71 a	F	En. Médio	Solteira	Aposentada	Sozinha
P7	75 a	F	Superior	Casada	Aposentada	Marido
P8	75 a	F	Superior	Casada	Pedagoga	Família
P9	65 a	F	En.Médio	Divorciada	Aposentada	Família.
P10	63 a	F	Superior	Casada	Aposentada	Família
P11	69 a	F	En. Médio	Divorciada	Téc, Enferm.	Família
P12	71 a	F	Superior	Solteira	Aposentada	Família
P13	69 a	M	En. Médio	Casado	Aposentado	Família
P14	76 a	F	Superior	Solteira	Aposentada	Sozinha
P15	66 a	F	En. Médio	Desquit.	Aposentada	Família
P16	74 a	F	Superior	Viúva	Aposentada	Sozinha
P17	65 a	F	Superior	Divorciada	Aposentada	Sozinha
P18	91 a	F	En. Médio	Viúva	Aposentada	Sozinha
P19	75 a	F	Fund. I	Viúva	Aposentada	Família
P20	91 a	F	Fund. I	Viúva	Aposentada	Família
P21	64 a	F	En. Médio	Divorciada	Aposentada	Família
P22	74 a	F	Superior	Casada	Aposentada	Família
P23	74 a	F	Fund. II	Casada	Costureira	Família
P24	73 a	F	Superior	Solteira	Aposentada	Sozinha
P25	68 a	F	Superior	Solteira	Aposentada	Família
P26	67 a	F	En. Médio	Casada	Doceira	Família
P27	76 a	F	Fund. I	Solteira	Aposentada	Sozinha
P28	84 a	F	En. Médio	Viúva	Aposentada	Sozinha
P29	67 a	F	En. Médio	Casada	Aposentada	Família
P30	72 a	F	Superior	Solteira	Aposentada	Família
P31	75 a	F	Fund. I	Viúva	Pensionista	Família
P32	62 a	F	En. Médio	Casada	Aposentada	Família
P33	70 a	F	Superior	Casada	Aposentada	Família
P34	69 a	F	En. Médio	Viúva	Aposentada	Sozinha
P35	65 a	M	En. Médio	Viúvo	Aposentado	Família

Fonte: elaboração da autora, 2015.

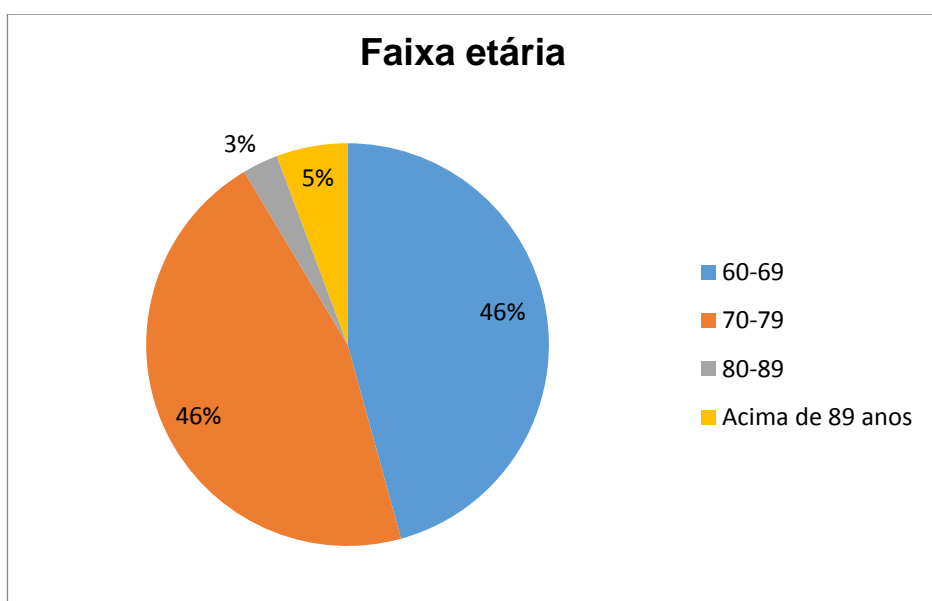
Ao investigar a faixa etária, obteve-se o mesmo percentual de 46% para os idosos na faixa etária entre 60-69 e 70-79, seguidas da faixa etária acima de 89 anos, com um percentual de 5% e com menor representatividade, a faixa etária entre

80-89 anos, com apenas 3% da população, esse indicador pode ter como principal justificativa, o fato do fenômeno do envelhecimento no Brasil ser algo recente.

Embora os dados evidenciam um número reduzido de participantes na faixa etária entre 80-89 anos, a OMS (2005) aponta que essa faixa tem apresentado um maior crescimento em âmbito mundial na atualidade.

O número reduzido de idosos na faixa etária acima de 80 anos, pode ser compreendido devido à alguns fatores como: problemas de mobilidade, problemas de saúde, necessidade de acompanhante para leva-los à UATI, dentre outros.

Gráfico 1 – Faixa etária



Fonte: dados de pesquisa, 2015.

Salienta-se entre os participantes, dois representantes da faixa etária acima de 89 anos, denominada pela OMS (2005) de “velhice extrema”, esse resultado leva a refletir que, o envelhecimento pode ser vivido na sua plenitude, com participação social em qualquer estágio da vida.

Em relação ao gênero dos participantes da amostra, a presença da mulher representada por um percentual de 91,42% do total da amostra, contra 8,57% de participantes do sexo masculino, o que caracteriza o fenômeno denominado de “feminização da velhice”. (NERI, 2001; GOLDANI, 1999).

De acordo com Camarano (2003), a predominância do gênero feminino no segmento dos idosos é um fato recorrente em diversos países, principalmente em países desenvolvidos, o que tem como principais causas: a maior taxa de mortalidade entre os homens, a redução da fecundidade, dentre esses motivos o

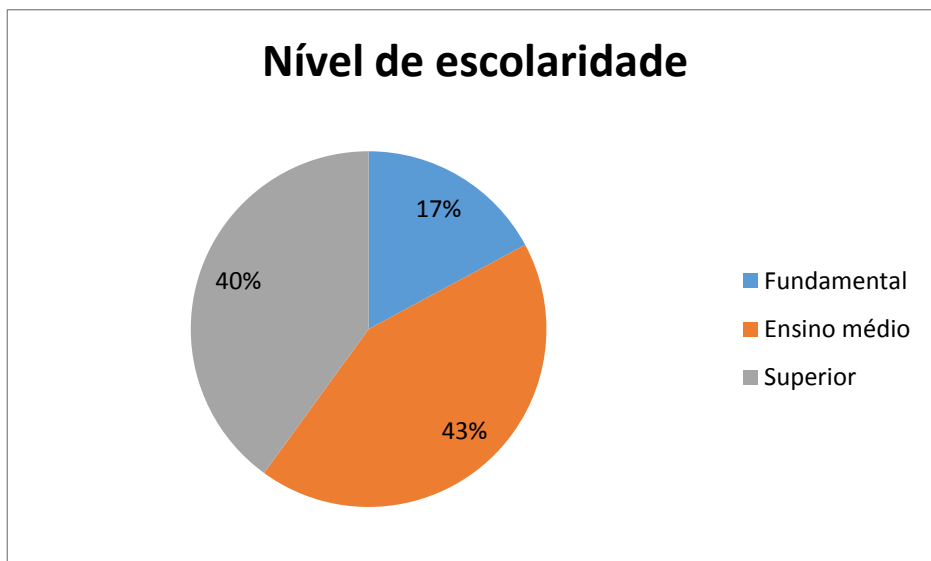
fenômeno da urbanização, visto que, na medida em que as mulheres saem do ambiente rural para a cidade diminui o número de nascimento nas famílias. (IBGE, 2010).

Em face do exposto, os resultados desta pesquisa, confirmam que na atualidade o crescimento da população idosa representa uma questão de gênero, conforme a literatura (GOLDANI, 1999; NERI, 2001; CAMARANO 2006) e deve ser tratada com atenção, visto que o percentual de mulheres idosas acompanha o crescimento desse grupo social.

De acordo Goldani (1999) a questão de gênero, neste segmento populacional tem um papel fundamental em razão da representatividade das mulheres, o que implica na maior participação das mulheres em todos os âmbitos sociais, sobretudo, quando se trata do papel social que a mulher idosa assume no arranjo familiar, a exemplo da responsabilidade de cuidar dos netos e tornarem-se provedoras das suas famílias. Ainda conforme Goldani (1999), a longevidade feminina é algo observado em quase todas as sociedades modernas, independente do nível de desenvolvimento. A Autora aponta como principal motivo para esse fato “que os homens morrem mais cedo devido ao estilo de vida associado a fatores de riscos” [...]. (GOLDANI, 1999, p. 80). Entre os fatores de risco estão o uso de álcool, o tabagismo, a falta da medicina preventiva, dentre outros fatores. (OMS, 2005).

No que diz respeito ao nível de escolaridade, os dados apresentados no gráfico (2) demonstraram que 43% dos participantes possuem o ensino médio, seguido daqueles que tem formação no ensino superior representados por 40%, da amostra, sendo que um dos participantes revelou ser pós-graduado e dois deles formação técnica. Os demais, representando 17% foram enquadrados no ensino fundamental. Entre os participantes que declararam ter formação no ensino superior, de acordo os dados de pesquisa, a maior parte se insere em áreas de educação, ciências sociais aplicadas e na área de saúde.

Gráfico 2 – Nível de escolaridade dos participantes



Fonte: dados de pesquisa 2015.

Na realidade observada, o nível de instrução está acima da média brasileira, segundo o Levantamento Anual Global Age Watch Index (2015), no qual menos de 30% da população idosa no país possuem ensino médio ou ensino superior. O percentual mencionado pode ser compreendido a partir da história da educação no país, na qual é evidenciada a falta de oportunidades aos segmentos menos favorecidos economicamente, fato esse, que pode ser atribuído à motivação de um dos participantes ter cursado a oficina de alfabetização na UATI.

Ressalta-se que apesar da situação educacional retratada entre os idosos brasileiros, seja de índices desfavoráveis e de exclusão, atualmente nota-se o aumento do número de pessoas idosas que estão voltando às salas de aula em todos os níveis de ensino, a julgar pelos dados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM, 2015).

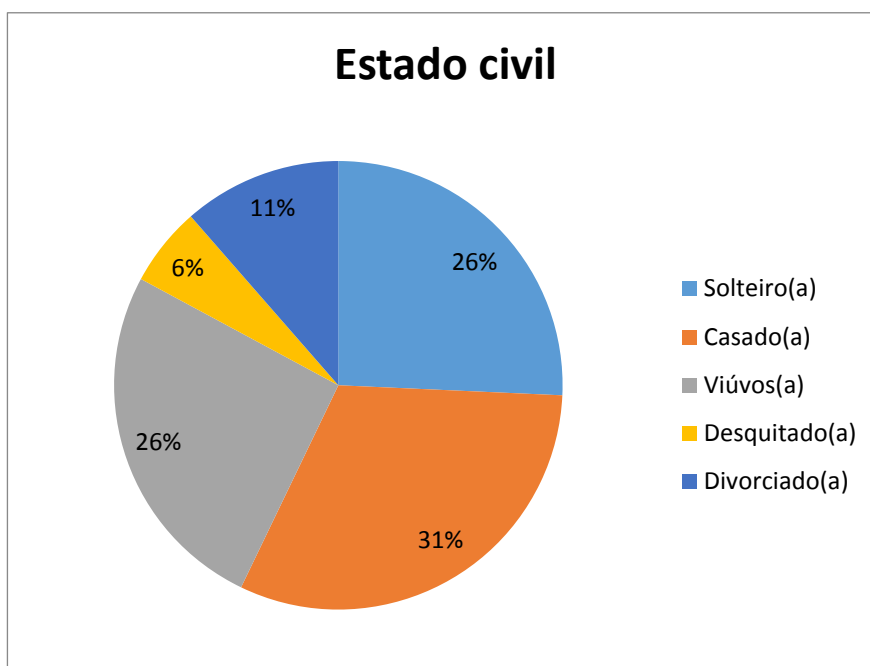
De acordo com pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2015) mais de 1.701 mil pessoas acima de 60 anos realizaram o ENEM neste ano. Segundo dados do INEP, a inserção de idosos nas instituições de ensino superior em todo o Brasil é uma realidade, seja em busca de uma formação para uma nova oportunidade no mercado de trabalho, para o desenvolvimento de plano de carreira, ou para a realização de um sonho.

No que tange a inserção dessa parcela populacional no âmbito educativo, cabe uma mobilização de todos os segmentos sociais para que isso se torne uma

realidade, visto que, a educação deve ser um direito de todos, prioridade para a participação social e autonomia dos sujeitos. Sousa, Nascimento e Alkimin (2013) afirmam que a motivação, a informação e a educação são fatores fundamentais para a promoção do desenvolvimento de atividades em grupo, estimulando a sociabilidade e fortalecendo a cidadania.

O estudo retratou que 31% dos idosos são casados (incluindo união estável) e compartilham do mesmo percentual, aqueles que se denominam solteiros, seguidos dos viúvos com 26%, e em menor percentual as demais categorias. Um dado curioso refere-se à predominância das mulheres viúvas em detrimento dos homens, reforçando a questão da maior longevidade das mulheres retratada por Goldani (1999) anteriormente.

Gráfico 3 – Estado civil

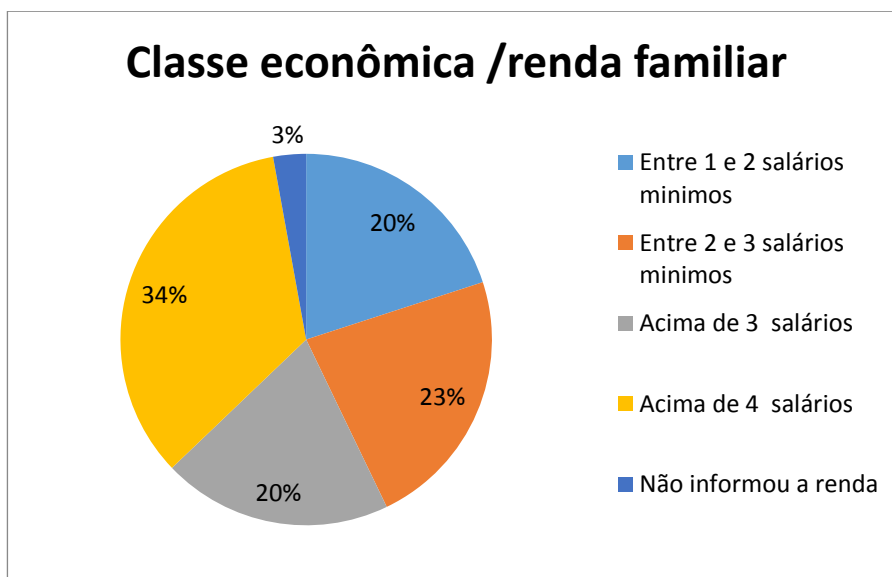


Fonte: dados de pesquisa, 2015.

Considerando a realidade econômica no Brasil, os dados refletem um diferencial em relação à renda familiar dos idosos do país, conforme o gráfico 4. A classe econômica predominante nesta pesquisa, está constituída por participantes com renda acima da média observada, que segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD, 2013), mais de 40% dos idosos residentes no Brasil vivem com renda domiciliar per capita de até 1 salário mínimo. Seguida dos que declararam renda familiar entre 2 e 3 salários mínimos. Os dados apontaram que a classe econômica predominante representada por 34% dos participantes, possui

renda familiar acima de 4 salários mínimos, seguida dos que possuem renda entre dois e três salários, 23%. Apenas um participante não declarou a renda.

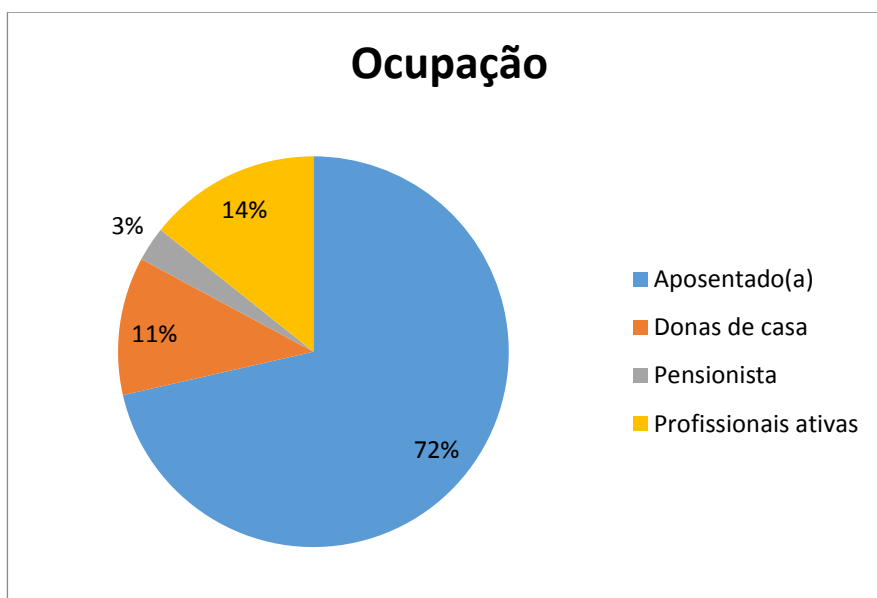
Gráfico 4 – Classe econômica/renda familiar



Fonte: dados de pesquisa, 2015.

Tornou-se relevante para essa análise, investigar a profissão ou ocupação dos idosos. Os dados direcionaram a tendência da participação das pessoas aposentadas nesse tipo de instituição, considerando-se que estes representaram 72% da amostra.

Gráfico 5 – ocupação dos idosos

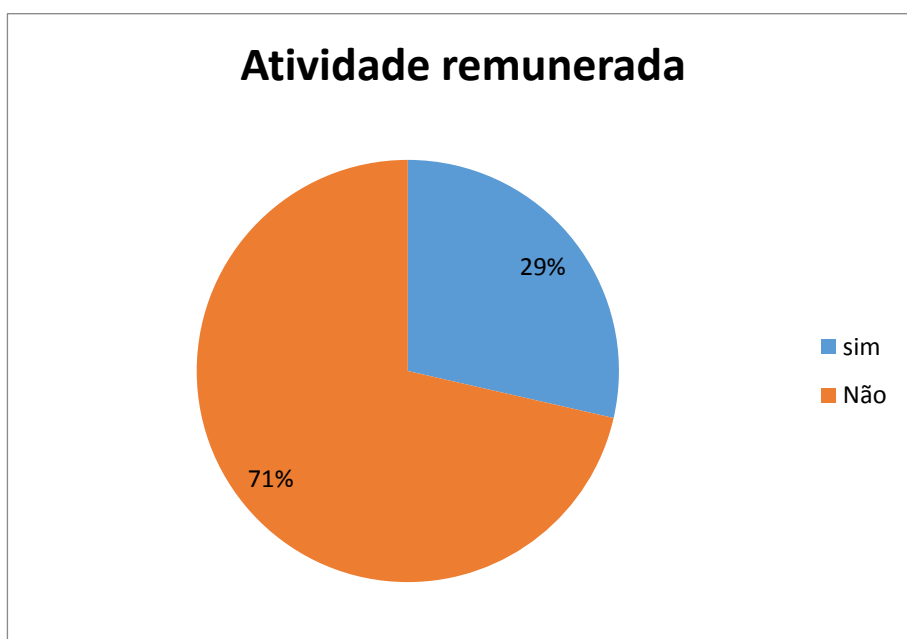


Fonte: dados de pesquisa, 2015.

Um número menor se declarou donas de casa, um pensionista e um participante com formação na área de saúde, afirmou estar desempregado. Entre profissionais estão: costureira, doceira, pedagoga, contadora e um participante com formação na área de saúde, afirmou estar desempregado.

Ao perguntar se os participantes realizavam alguma atividade remunerada 71% responderam que não e somente 29% responderam positivamente.

Gráfico 6 – atividade remunerada



Fonte: dados de pesquisa, 2015.

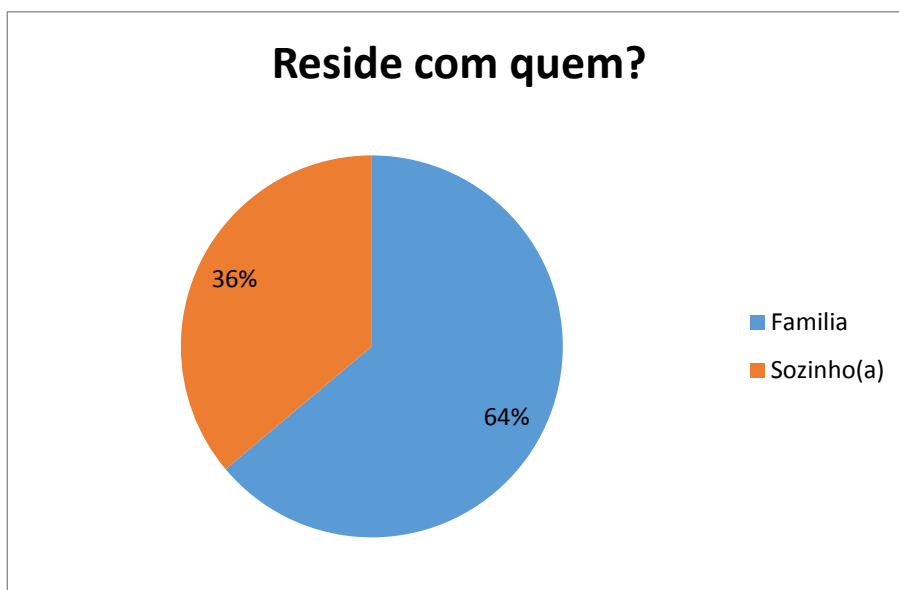
Entre os respondentes que declararam desenvolver atividades laborais, estão profissionais, a exemplo: costureira, doceira, pedagoga e contadora, relevante informar que essas profissionais ainda estão atuando no mercado de trabalho. Um número menor se declarou donas de casa, um pensionista e um participante com formação na área de saúde, afirmou estar desempregado.

Relevante informar que entre os integrantes da pesquisa, há aqueles que desenvolvem atividade remunerada, conforme gráfico 5 (costureira, doceira, pedagoga e contadora), como forma de complementar a renda, comercializando produtos artesanais e de artes, alimentos, artigos de vestuário e cosméticos.

Segundo a declaração dos participantes essas atividades além de possibilitar a complementação de renda familiar, em alguns casos, proporcionam a pessoa idosa, permanecer ativa, fazer novas amizades e interagir com outras pessoas. Conforme P25 “eu divulgo os meus trabalhos artesanais em sites, coloco no face, uso o email [...]”. A atitude proativa da participante é representativa para o grupo.

Ao investigar sobre o arranjo familiar, 64% dos entrevistados respondeu que convivem com a família. Vale ressaltar, que os participantes que residem com a família, apresentaram diferentes composições, que segundo Aries (1981), os arranjos familiares se constituem em razão de diversos fatores das relações estabelecidas entre os grupos humanos.

Gráfico 7 – Arranjo familiar



Fonte: dados de pesquisa 2015.

Evidenciou-se que alguns idosos vivem em companhia de um dos filhos, irmãos, ou de filhos com os netos. Considera-se que a realidade informada pelos participantes, pode estar atrelada a condição do idoso, a fim de evitar o isolamento, em alguns casos pela situação de vulnerabilidade econômica, torna necessária a companhia e o auxílio de outros familiares para viverem.

Representados por um número expressivo de 36% dos participantes da pesquisa, afirmaram estar satisfeitos em morar sozinho alegando a independência que a opção propicia, alegando que o sossego e a liberdade possibilita realizar as atividades que desejam sem interferência de outros, conforme relata P17 “morar sozinho é muito bom pra ter sossego e me sinto livre para fazer as coisas que eu gosto.”

Os dados revelaram ainda que essa condição está atrelada ao envelhecer solteiro, isto é, à não constituição de um enlace matrimonial por parte desses sujeitos. Melhor dizendo, morar só ou com a família não define a condição do idoso

enquanto sujeito social. Neste sentido, Debert (1999) salienta que morar só não representa abandono, bem como, conviver com os familiares não garante ao idoso acolhimento, apoio ou afeto. No contexto analisado compreende-se que a estabilidade financeira, a saúde, a autonomia na velhice perpassa pelo fator de bem-estar e qualidade de vida.

No que diz respeito aos aspectos mencionados anteriormente, entende-se que para conquistar a autonomia e exercer sua cidadania, a pessoa idosa precisa ter a sua inserção no contexto em que vive. Nesse sentido, numa sociedade na qual a informação está relacionada com demandas sociais, torna-se relevante ampliar o debate sobre o uso da informação por esse grupo populacional em situações do cotidiano, sobretudo, no que tange a autonomia e a participação social do referido grupo diante da realidade contemporânea.

6.2 CATEGORIA 2 - NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO

Objetivou-se nesta seção, discutir aspectos relacionados às necessidades informacionais dos idosos, bem como o modo como estes lidam com estas demandas de informação, em situações cotidianas. Os dados evidenciaram que a maioria dos participantes reconhecem suas necessidades informacionais e que lidam essa situação com naturalidade, seja para resolver algum problema, para se atualizar ou aprender mais.

Os idosos do universo de pesquisa consideram a informação, como algo essencial para a vida de todas as pessoas, sendo pouco relevantes aqueles que declararam ter problemas em lidar com as suas necessidades informacionais. Considerando que na sociedade contemporânea, a informação tem papel de destaque, essa constatação vai de encontro ao que Shera (1977) afirma que a necessidade de informação é essencial para viver.

Em relação ao papel da informação, P2 afirma que “a informação sempre foi fundamental e necessária, por isso que depois da idade [...]ter mais conhecimento, interagir com as pessoas e aprender com elas, é necessário[...]”.

Desse modo, compreende-se que a necessidade de informação, pode ser vista como a satisfação de alcançar um desejo ou entendida como uma demanda exigida pela sociedade, causando no usuário uma inquietação, diante da situação.

Outro aspecto relacionado às necessidades informacionais foi citado pelo P8: “as necessidades do dia-a-dia nos obriga a nos manter atualizada, principalmente as tecnologias.” De acordo com Barros, Saorim e Ramalho (2008, p. 174), a necessidade de informação “consiste num vazio cognitivo em que perpassam sentimentos de incertezas, dúvidas, angústias e todo tipo de manifestação que poderá ou não canalizar forças no indivíduo para transpor tal situação”.

Alguns idosos revelaram ter dificuldade para lidar com as necessidades informacionais, devido a não saber onde buscar e precisam de ajuda para encontrar informação. Segundo P9: “é meio complicado, tanta coisa a gente tem que saber, tenho que pedir ajuda a minha irmã.” P28 afirma que “tenho dificuldade em encontrar informação.” O participante P21 demonstrou que reconhece sua necessidade de informação, porém, afirmou: “eu acho que é necessária, mas, eu não tenho essa facilidade.” As respostas evidenciaram que, para eles, a informação é uma necessidade, entretanto, o acesso ainda é considerado difícil para alguns desses usuários. Os idosos entrevistados afirmaram que a necessidade de informação remete à outras necessidades, ou seja, a busca por novos conhecimentos, competências e habilidades, esse aspecto foi revelado por P20, ao afirmar que “fico ansiosa, preocupada sem saber utilizar.”

Outros participantes de pesquisa atrelaram a necessidade de informacional ao processo de busca de informação, à educação permanente e ao uso dos recursos tecnológico, conforme P22: “Procuro adquirir informação através do que for mais fácil no momento, rádio, televisão, leitura, computação, telefone, a pesquisa em família.” A resposta apresentada pelo participante condiz com a concepção de Wilson (1997) quando afirma que o usuário pode suprir sua necessidade informacional em diversas fontes de informação, em sistemas formais ou na “troca interpessoal de informação.” Vê-se que a resposta do entrevistado está relacionada à atitude de busca diante da demanda informacional.

Uma preocupação visível dos idosos refere-se à necessidade de atualização diante das novas demandas especialmente quanto ao uso das TIC: P30: “O mundo tá avançando cada vez mais as tecnologias cada vez mais se desenvolvendo, se você não procurar sempre está se atualizando[...]”

P32 “Tem que tá informado, se não tá informado, se não tem informação a gente vai ficando pra trás, procuro avançar cada vez mais, me aperfeiçoar, tenho facilidade.”

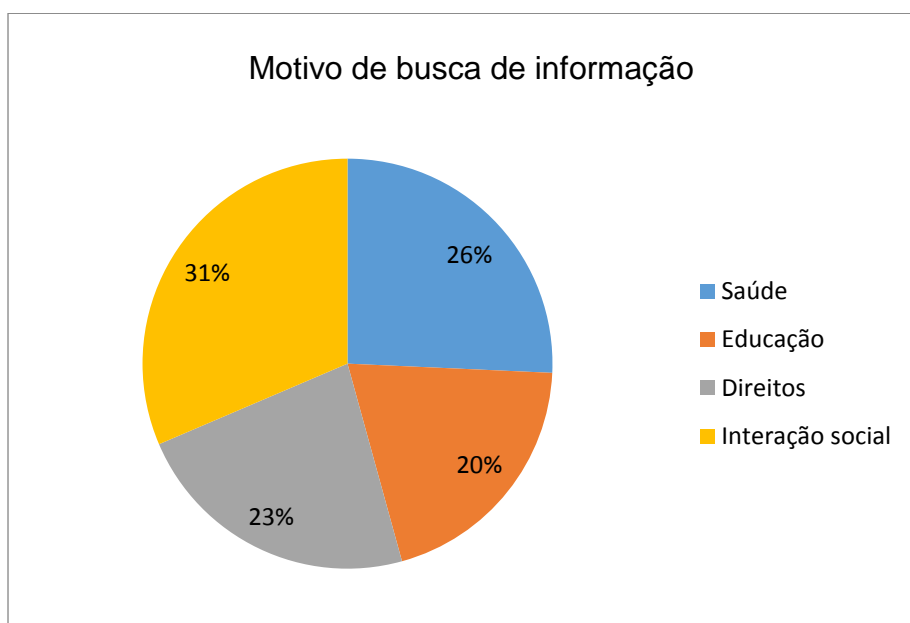
Os discursos acima reafirmam o que dita a sociedade da informação, isto é, a permanente necessidade de adquirir competências para se adequar ao uso das tecnologias de comunicação e informação no momento da realização de atividades cotidianas, uma vez que, a realização dessas atividades tem implicação direta no uso desses recursos. (CASTELLS, 2000).

No tocante aos idosos, apesar dos esforços para se atualizar e desenvolver habilidades, uma parcela dessa população ainda está excluída dessa realidade, ainda que muitos dos quais afirmaram ter computador e internet em casa, a utilização dos recursos ainda é limitada.

Nesse estudo, um dos **objetivos** pretendidos foi identificar o **motivo principal de busca de informação** pelos idosos, considerando-se o papel da informação para a vida desses sujeitos tornou-se relevante apresentar algumas particularidades encontradas nos dados. O gráfico 7 demonstra que a interação social é o principal motivo de busca de informação pelos idosos, dentre os demais.

Segundo os participantes, a interação social é algo indispensável para um envelhecimento ativo, sobretudo, representa para eles o sentido de pertencimento ao contexto em que vivem em razão da informação, da convivência com outros idosos ou da possibilidade de conviver com os mais jovens.

Gráfico 8 - Motivos de busca de informação



Fonte: dados da pesquisa 2015.

Os dados mostraram a existência de demanda informacional em diferentes aspectos que permeiam a realidade social desses idosos, especialmente pelos

motivos elencados. Dos participantes, 31% afirmaram terem como principal motivo de busca de informação, a interação social e quase todos atribuíram a resposta à importância da socialização para a vida, a exemplo de:

P10: “É preciso ficar inteirada em tudo, para qualidade de vida.” P20 justifica: Nesta perspectiva, a interação constitui o fortalecimento do grupo, contribuindo para a visibilidade e participação das pessoas idosas como sujeito ativo. Os espaços de interação desempenham importante papel na vida dessa população, conforme ressalta P8: “[...] aqui na **UATI** é o lugar de encontro de pessoas de níveis diferentes, formações diferentes, regiões diferentes e nível de escolaridade diferente, tudo isso propicia o enriquecimento do conhecimento e a troca de informação.” O participante P8, resume em poucas palavras no que consiste a interação social e o quanto é importante para participação social.

Esses relatos estão em conformidade, com a concepção de Silveira (2009, p. 14)

Mesmo em idade avançada, as pessoas podem mudar e conduzir o processo vital de seu desenvolvimento. Como indivíduos ativos, os idosos percebem, sentem-se, emocionam-se refazem, criam e aprendem, abrindo assim, a possibilidade de se integrarem em todos os domínios da vida social.

De acordo com Vygotsky (2003), o conhecimento é construído a partir de ações compartilhadas entre os sujeitos. Entende-se, dessa maneira, que quanto mais heterogêneo o grupo maior possibilidade de ampliar o conhecimento individual, salienta-se para o papel da informação neste contexto e para esse segmento.

O segundo motivo declarado de busca de informação, com um percentual de 26%. Para sanar a necessidade informacional é a saúde, revelando que os idosos preocupam-se com a prevenção, a qualidade de vida e ao envelhecimento ativo. Conforme P4:

A gente precisa sempre está se cuidando. A saúde é a mais importante, a mais difícil é a saúde, pagar plano de saúde tá muito difícil, tá muito caro, principalmente pra nossa idade, esse negócio de SUS é a maior dificuldade pra consegui uma consulta.

O participante demonstra uma preocupação com as dificuldades em ser atendido pelo serviço público, e também, alerta para a importância da prevenção, o que torna a informação um instrumento relevante para esse aspecto da saúde do idoso. Nessa direção, a (PNSPI, 2006), reafirma a importância de manter o idoso

informado sobre as questões de saúde. Contudo, sabe-se que o acesso se restringe quando requer políticas públicas e ações governamentais.

Verifica-se que no Brasil, o aumento desse segmento social tem desencadeado discussões por parte de todos os atores sociais, porém, ainda se mantém ineficiente para suprir as demandas prioritárias para esse grupo. Neste contexto, a informação, torna-se um instrumento de alerta para a saúde da pessoa idosa. (PNSPI, 2006). As conquistas sociais inerentes a ampliação dos direitos desse segmento populacional, são reveladas nos instrumentos legais disponíveis, na Constituição Federal, no Estatuto do Idoso, no Brasil, com objetivo de garantir a dignidade da pessoa humana, à pessoa idosa.

O estudo mostrou que 23% dos idosos elegeram que a informação sobre seus **direitos** é a razão primordial de sua busca informacional, refletindo a urgência da participação social desses sujeitos em todos os âmbitos. Ressalta-se, portanto, a necessidade de que o exercício da cidadania no envelhecimento ocorra de fato, até porque, a Política Nacional do Idoso, (PNI) Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, em seu Artigo 1º, assegura os direitos sociais do idoso, contribuindo para a promoção da autonomia, integração e participação efetiva deste grupo na sociedade.

Desse modo, compreende-se que a preocupação da participação da pessoa idosa seja integrada aos aspectos da educação para a cidadania e interação social, permitindo ao cidadão idoso a serem protagonistas nas tomadas de decisões, ações e na efetivação das políticas direcionadas para esse segmento social. Cabe ainda mencionar que a UATI foi considerado pelos respondentes como uma importante fonte de informação sobre os direitos do idoso.

Vale advertir que os conteúdos informacionais precisam estar ao alcance dessa população, devendo ao Estado e as diferentes instituições sociais desempenharem o papel de disseminador de informações legais, afim de que o cidadão idoso possa conhecer e se apropriar de todas as leis que lhes são destinadas. P33 salienta que:

O idoso deve buscar a informação, os seus direitos e deveres, para poder está sendo atendido, nas suas necessidades, ele vai ficar bem informado, e vai na verdade consegui adquirir uma qualidade de vida, ele vai ter longevidade, ele vai usufruir dessas benéficas e né, e então, ele vai ter uma vida mais longa.

Nesse sentido, entende-se que a informação é imprescindível para a mobilização do cidadão, bem como, para a efetivação e consolidação dos direitos

adquiridos. Por outro lado, sabe-se que nem todos os idosos tem acesso ao Estatuto, e outros ainda desconhecem a Política Nacional do Idoso (PNI, 1994), e demais instrumentos legais, conforme P30:

Os idosos desconhecem os seus direitos, quando você conhece você tem que buscar. Saber os direitos, muitos idosos reclamam porque não conhecem seus direitos, então quando você conhece seus direitos, você tem como pleitear seus direitos.

Além das instituições, cabe a sociedade desenvolver ações que possam criar uma consciência de respeito aos direitos da pessoa idosa, contribuindo para que a informação seja disponibilizada de maneira que todos possam ter acesso a elas. De acordo Camarano (1999) as diretrizes da PNI (1994), tem como um dos objetivos descentralizar as políticas voltadas a esse grupo social, tornando a pessoa idosa um agente participativo, sobretudo, nas questões relacionadas à serviços de órgãos públicos e privados.

No que tange informação sobre os direitos da pessoa idosa, cabe ainda mencionar, a iniciativa importante, é a oficina desenvolvida pela UATI, voltada para as questões que envolvem os direitos da pessoa idosa. A importância desse espaço de interação é indiscutível, considerando que, a Universidade Aberta à Terceira Idade, tem papel fundamental para atender as demandas informacionais da terceira idade. Acredita-se que outros espaços públicos devem estabelecer o diálogo com esse segmento social, disponibilizando informações utilitárias e serviços, a exemplo das bibliotecas públicas, associações, instituições de ensino, dentre outros.

Dentre os motivos anteriormente mencionados, que demandam a busca de informação, a **educação** é dentre todos os motivos, o que alcançou menor percentual (20%) entre os participantes, confrontando com a realidade referente ao nível de escolaridade do grupo investigado.

Apesar dessa constatação, vale ressaltar que um número expressivo desses participantes afirmou procurar a UATI em busca de educação permanente, e conseqüentemente, aprender mais. Conforme esclarece P8 “Porque educação é um aprendizado do dia-a-dia, a gente tá sempre aprendendo mais.” Em face ao exposto, infere-se que a busca de informação relacionada à educação não seja considerada pelos idosos uma necessidade prioritária nesse momento da vida, fato que possivelmente esteja relacionado a concepção restrita que os idosos possuem da educação.

Atenta-se para o fato de que a educação dialoga com os demais motivos, desde quando, a falta dela pode ser um agravante de problemas em relação a todos os aspectos ao longo da vida. Neste sentido, parafraseando Freire (2005), acredita-se que se torna necessário o acesso à educação para todas as classes sociais, principalmente ao considerar o caráter transformador e de cidadania que esta representa para a sociedade.

Silveira (2009, p, 25) reforça que

Envelhecendo, devemos, portanto, nos educar para reagirmos e protagonizarmos as mudanças possíveis. Se entendermos o indivíduo como ser que vai se fazendo no decorrer de sua existência, como alguém que tem o direito e o dever de mudar, passaremos a perceber e reforçar a importância e o valor da educação – educação para um tempo de vida que se torna cada vez mais longo e que deve ser ressignificado, em seu sentido individual e social, por meio de projetos pessoais e coletivos.

Corroborando com a autora supracitada, concebe-se que a educação permanente representa uma possibilidade de integração da pessoa idosa no meio social. Bortolozzo (2009, p. 42) postula que “como sujeito, a pessoa de qualquer idade é um ser de ação e reflexão, capaz de criar, recriar, decidir, construir coletivamente soluções e encantamentos.” Essa concepção, reafirma a ideia de que o envelhecimento deve ser visto como algo natural, que deve ser vivido num contexto de interações sociais e aprendizado.

A educação continuada é considerada por TAKAHASHI (2000) como um requisito essencial ao longo da vida, sobretudo, para o sujeito estar inserido no panorama atual da sociedade e para o exercício da cidadania. Silveira (2009, p. 28) tece considerações a esse respeito

O exercício da cidadania depende de aprendizagens desenvolvidas em diferentes espaços sociais, por ações educacionais e socializadoras que propiciem a aquisição de informação e desenvolvimento de habilidades necessárias para reconhecer, elaborar, cumprir e recompor deveres.

Compartilhando do que afirma Silveira (2009) entende-se que embora os idosos não apontassem a educação como principal motivo de busca de informação, a partir do aprendizado torna-se possível a inserção no contexto social da cultura informacional. O interesse na educação continuada foi observado no que afirma P34 que ressalta “temos que está sempre aprendendo, a gente sabe o essencial, seria bom a gente saber o sentido das coisas, sabe uns passos, mas, não sabe outros.” A

justificativa para tal ação decorre da busca por novos conhecimentos, inclusive valorizando a participação na UATI.

Araújo (2011) defende que a cultura informacional é vista como um fenômeno social e humano em que informação deve ser transformada em conhecimento para a solução de problemas ao longo da vida, pois essas práticas estão relacionadas às necessidades de informação de cada sujeito.

Vale ressaltar na análise dos dados que se referem a busca de informação para a educação do idoso, que todas as atividades desenvolvidas no espaço da UATI, tem como finalidade o aprendizado, seja para a vida em sociedade, para entender das questões relacionadas à saúde, para a conquista dos direitos, ou simplesmente para ampliar o conhecimento. Esse aspecto precisa ser levado em consideração em razão dos resultados com baixo percentual.

6.3 CATEGORIA 3 - ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO

A sociedade da informação é marcada pelo exacerbado volume de informações e pelas TIC. Nesta perspectiva, o uso do potencial informacional demanda dos usuários conhecimentos sobre as formas de acesso e utilização das informações que irão atender as suas necessidades informacionais.

Inicialmente buscou-se investigar a percepção dos entrevistados em relação ao acesso a informação na atualidade, enfatizando os avanços e os aspectos relacionados às novas demandas informacionais. Os dados expressaram uma concepção positiva em relação a abordagem, especialmente em razão das facilidades propiciadas pelas tecnologias: na visão de P8 “hoje em dia com a internet é muito mais fácil, acho que o idoso tem a informação, mas, não acessa, o idoso precisa lê, se informar, lendo a gente vai crescendo.” Vechiato (2010, p. 92) salienta que “os idosos de hoje acompanham paralelamente o surgimento e a evolução das TIC”[...]. Entretanto, salienta-se para o fato de que alguns tem dificuldades para o acesso aos conteúdos disponibilizados.

Nota-se na afirmativa, a preocupação com a informação no sentido de estar atualizado e em aprendizagem permanente. A fala de P8 traz uma reflexão sobre a necessidade para a pessoa idosa se manter ativa diante das demandas contemporâneas. Sobre essa questão Vechiato (2010, p. 92) afirma que “a

tecnologia pode facilitar a vida dos idosos, possibilitando novas alternativas para a realização das atividades cotidianas”.

Outro aspecto relevante na análise, foi que os idosos estão acompanhando os avanços em relação à períodos anteriores, como relatou P20: “Mais fácil, antigamente não tinha essa evolução toda... facilitou, a gente não tinha essa liberdade que tem hoje de encontrar informação.” Salienta-se que o idoso da pesquisa convive bem com os avanços, e sobretudo, enfatiza que as tecnologias permitiram a redução das barreiras de espaço e tempo, no que concerne a comunicação e o acesso à informação.

Para reafirmar esse pensamento, P 22 pontua “eu acho que a informação aproxima os povos, o que acontece aqui, com meia hora, o exterior sabe, então, isso é muito bom!” Esse depoimento revela o quanto o participante percebe as possibilidades de interação oriundas da acessibilidade das TIC de maneira positiva para a humanidade. Para reafirmar essa ideia buscou-se o pensamento de Levy (1999) quando afirma que as tecnologias de rede podem ampliar o desenvolvimento do sujeito e contribuir para que os grupos compartilhem do que o autor denominou de “inteligência coletiva”.

P22 evidencia um dos aspectos relevantes na discussão mesmo que de modo superficial e resumido, a globalização numa perspectiva social e igualitária. Essa visão contrapõe a de Santos (2005) que considera o fenômeno da globalização como algo que torna ainda maior a divisão entre as nações, em razão do poder da comunicação, da informação nos países com maior desenvolvimento tecnológico. Corroborando com Santos (2005), P1 respondeu que “tá mais fácil, mas, nem todo mundo tem condição, isso é um fator negativo.” Sabe-se que, principalmente os idosos que vivem em áreas isoladas, zona rural e de classes econômicas menos favorecidas ainda se deparam com a falta de recursos nos espaços em que se inserem.

A preocupação com a questão econômica para o acesso à informação está presente no usuário da terceira idade. Esse dado demonstra que apesar de todos os avanços tecnológicos, o acesso ainda se restringe aos que possuem maior poder aquisitivo. No contexto descrito, um aspecto presente nos depoimentos é a questão da aprendizagem para lidar com a tecnologia: P1 “tem mais informação disponível, mais ainda é preciso aprender um pouco mais para poder utilizar.” Observou-se que os idosos associam a informação às tecnologias, bem como o uso da internet.

Fica evidente a necessidade de adquirir competências e habilidades para lidar com os recursos disponíveis. Kachar (2003) afirma que a população idosa apresenta interesse no aprendizado e na apropriação desses recursos, P7, assevera que “ainda tenho dificuldade, o idoso não liga pra informação e tem resistência também.”. As dificuldades mencionadas por P7 tem relação com a historicidade, dos idosos, distante dos ambientes virtuais, sobretudo, pela não convivência com a oferta de dispositivos tecnológicos, gerando como consequência, um estranhamento no tocante ao uso destas para sanar as demandas exigidas pela sociedade globalizada.

Um dos motivos para a “resistência” seria o medo de se expor, de mostrar a fragilidade de que precisa buscar ajuda para se sentir inserido no contexto social. Os dados comprovaram que, mesmo afirmando que está mais fácil o acesso à informação com os avanços tecnológicos, alguns participantes enfatizaram a preferência pela busca de informações através de outros canais como a TV e familiares.

Outro aspecto do acesso à informação constatado no estudo foi a preocupação dos idosos com a integridade e a segurança das informações no meio eletrônico. Segundo P28 “antigamente era mais fácil, hoje as informações são precárias, a gente não tem confiança.” Ressalta-se que não somente os idosos, porém, pessoas de todas as idades tem se preocupado com a segurança no meio eletrônico, sobretudo, em fontes de informação sobre saúde no âmbito das redes sociais.

Em relação aos conteúdos disponibilizados na internet Pasqualotti (2008, p. 84) afirma que “os conhecimentos disponibilizados na internet para as pessoas idosas poderiam auxiliá-las no combate à exclusão sofrida nessa fase [...]”, acredita-se que através das redes a pessoa idosa poderá ter diversas possibilidades de socialização, o autor enfatiza que a internet possibilita aos idosos “ao mesmo tempo, vivenciar o agora, sem desprezar as experiências e os sentimentos já vivenciados”. (PASQUALOTTI, 2008, p, 84).

As demandas informacionais, atualmente impõem aos usuários práticas que requer novas aprendizagens e atualização constante. P9 considera que a busca pelo aprendizado e se atualizar é importante, e acrescenta: “Mais fácil! Eu acho, por causa da evolução dos tempos, da tecnologia, não é? Se tornou tudo mais claro. A pessoa tem mais acesso que antes não tinha, [...]” Em relação às demandas informacionais, Nascimento e Weschenfelde (2002) afirmam que a necessidade de

informação pode variar a depender de cada usuário, ou de diferentes grupos sociais. Martinez-Silveira e Oddone (2007) apresentam argumentos da mesma natureza e afirmam que as necessidades de informação derivam de situações do cotidiano dos sujeitos em determinada situação.

Na visão do participante 9, os recursos tecnológicos propiciam o acesso à informação, entretanto, demanda atenção quanto a integridade e segurança de informação, conforme P28 mencionou. Diante do exposto, observou-se que existe entre os idosos uma associação entre informação e as tecnologias, bem como o uso da internet. Entretanto, alguns depoimentos apontam a necessidade de adquirir competências e habilidades para lidar com os recursos disponíveis. Para Pasqualotti (2008) a interação nos ambientes informacionais deve ser estimulada em diferentes espaços, com o objetivo de promover a socialização da população idosa neste contexto. Para a UNESCO (2007), o acesso à informação é um direito social.

O processo de busca tem início com o reconhecimento da necessidade de informação e se estende com a utilização de canais e fontes informacionais de diversas naturezas. O quadro (2) sintetiza as fontes e canais citados pelos idosos na investigação, como os mais usados para buscar informação. A internet se destacou entre as diversas fontes, o que mostra que mesmo com as dificuldades para o acesso, os idosos estão buscando a interação nos ambientes virtuais.

Embora os dados apresentaram a internet como o principal canal de informação utilizado pelos idosos da pesquisa, foi evidenciado que alguns entrevistados afirmaram ter um certo medo da sua utilização, sobre esse aspecto Pasqualotti (2008, p, 85) salienta que “a moderna tecnologia computacional para a terceira idade é tanto desejada quanto rejeitada, pois sentimentos ambíguos se instalam na relação com a máquina”. Sobre essa perspectiva, nota-se a relevância do ambiente das Universidades Abertas à Terceira Idade como um espaço de aprendizagem diferenciado que respeita as características desse público.

Destacou-se nesse contexto, o uso das redes sociais. A TV também foi um canal muito citada pelos idosos, o que leva a crer, que esse fato pode estar associado a comodidade, aos aspectos culturais, econômicos, sobretudo, por ser um canal mais fácil de utilizar e adquirir. Evidencia-se que os idosos da amostra, no tocante as demandas informacionais, relataram que tem um comportamento ativo.

Quadro 2 – Fontes e canais de informação utilizados

Escala	Fontes/canais de informação
1	Internet (sites, blogs, redes de saúde, da terceira idade, entre outros)
2	TV (telejornais, programas de saúde e bem-estar)
3	Familiares, médico, revistas
4	Profissionais, amigos, jornais, livros, Estatuto do Idoso
5	UATI, Postos de saúde, folhetos
6	Rádio, celular
7	Agência de viagens, Órgãos públicos, Grupos sociais
8	Palestras, eventos, comunidade, Escola Parque, Assistente Social
9	Biblioteca, Delegacia do idoso, agência bancária, dicionário

Fonte: elaboração da autora 2015.

Os dados demonstraram que na busca de resolver os problemas de informação em situações do cotidiano, os idosos utilizam como fonte, a que estiver mais fácil para a realidade deles ou mesmo que evidencie confiabilidade para eles. Conforme P21 relatou: “na saúde procuro o posto de saúde, médico e familiares.”

A análise do quadro 2, deixa claro que os familiares, amigos e profissionais se destacam quando se trata de busca de informação. Percebeu-se também que as fontes impressas permanecem nas práticas informacionais da população investigada. A UATI foi mencionada como fonte de informação sobre direito, bem como, o médico, os profissionais, os postos, as campanhas publicitárias, os programas de TV, foram elencados como fontes de informação em saúde.

Dentre os canais e fontes que foram citados, salienta-se que a biblioteca não se constitui uma fonte de informação procurada por este segmento social, o que requer uma reflexão sobre como esse espaço tem sido utilizado e quais os serviços disponibilizados. As políticas públicas voltadas para essa população em vias de crescimento ascendente, precisa ser ampliadas, sobretudo, quando se entende esse espaço, um local de interação social. A delegacia do idoso foi citada por apenas dois respondentes como uma fonte de informação, como causa está o desconhecimento do órgão.

Todas essas limitações justifica a procura pelas oficinas de informática, pelos idosos da UATI, as oficinas de multimídias também são bastante procuradas. A maioria dos participantes considera a internet como um canal de informação muito

bom, e que basta saber utilizar para encontrar informação. P10 “Apesar de eu não usar a internet, mas acredito que a “turma” que sabe manusear e buscam, encontram coisas boas, tem informação.” Outros pontuaram que as dificuldades são de nível de utilização do computador e na internet. P15 “tenho dificuldade em acessar, manusear o computador, acho que deveria ter sites mais fáceis para o idoso. Tenho dificuldade na internet.”

As situações que mais foram apresentadas em relação ao uso de informação foram as que envolviam a competência informacional. P26 declara a situação que tem dificuldades de uso “em termos de computador, realmente é minha deficiência, eu quero aprender!” Os programas de inclusão digital e letramento informacional direcionado aos idosos poderiam reduzir essas dificuldades, dando maior atenção a esse grupo social e contribuindo para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para usufruir das tecnologias com autonomia. Um fator agravante para as limitações da inclusão dos idosos no ambiente digital são as alterações físicas e cognitivas provenientes do processo de envelhecimento. (VECHIATO; VIDOTTI, 2008).

A interface digital é vista por alguns idosos como uma barreira, o ambiente virtual apresenta diversas possibilidades de acesso que muitos idosos ainda não dominam a dinâmica das redes. P12 “no computador, ainda tenho algumas dificuldades, entendeu? Ainda não me liberei muito, não. Na tela as vezes estou no face book; tudo bem, daqui apouco me perco, entendeu?” Nesse sentido, considera-se que o idoso como usuário de informação, precisa adquirir habilidades que possibilitem sua inserção na sociedade da informação, porém, faz-se necessário o aprendizado para atender as suas necessidades. Conforme a resposta do participante P5:

A UATI foi uma porta aberta pra muitas coisas pra gente, mas, só que eu já tentei a EAD, mas, o ambiente é complicado, tem coisa que você precisa de um professor, ia fazer pedagogia à distância... eu desistir. Achei difícil... depois da idade avançada achei difícil. Tentei fazer, e desistir, não tive incentivo em casa.

Esse relato mostra a importância da inclusão digital para a inclusão dos sujeitos sociais. Nesse sentido, pode se afirmar que não basta disponibilizar o acesso, mas, deve ser desenvolvida a inclusão digital do usuário tendo em vista a utilização dos recursos. Os dados apontaram para as questões da resistência,

sobretudo, das dificuldades encontradas: a falta do conhecimento e a exclusão decorrente da falta de habilidade para o uso das tecnologias. P33 enfatiza que

Eu acho bem mais fácil, porque inclusive quando eu me incluir nesta situação eu criei muita resistência, porque é natural do idoso criar resistência para contactar com as tecnologias, mais com o passar do tempo a gente vai vendo a necessidade que há da gente tá a par dessas informações... então, pelas dificuldades que a gente encontra de comunicar, se não utilizar o meio que hoje em dia todo mundo tem que utilizar, então a gente termina tendo que aprender, mesmo sem ter vontade, e foi dessa forma que eu comecei a utilizar. Tem pessoas que não são alfabetizadas, tem pouco nível de cultura, estas pessoas dificilmente vão conseguir está par a par com as pessoas que tem mais um pouco de conhecimento, entende como é? Eles se sentem humilhados, incapazes, e aí pensam que não vão conseguir.

Após conhecer as dificuldades de utilização dos recursos tecnológicos no cotidiano dos sujeitos de investigação, foi relevante conhecer quais as tecnologias e dispositivos eles utilizam em suas práticas informacionais. Os dados comprovaram que os idosos estão avançando no que tange a utilização das inovações tecnológicas. O celular foi um dos recursos mais citados, juntamente com o computador, notebook e smartphones.

Os idosos revelaram que o celular é um meio de estar conectado com o mundo, com os familiares e amigos e afirmaram que o utilizam como uma fonte de informação, marcam consulta, compram medicamentos, agendam viagens, informações no Call Center do INSS, enfim, o celular representa um facilitador nas atividades do cotidiano. Com menor frequência os idosos responderam utilizar câmaras digitais, tablets, iped, internet banking.

Poucos entrevistados afirmaram ter dificuldades para usar o banco eletrônico, ressaltando que precisam de auxílio de algum familiar ou disseram não gostar de utilizar. Porém, a maioria faz uso com frequência do caixa eletrônico, entretanto, e internet banking, ressaltando que esse dispositivo é uma forma de evitar o deslocamento e passar por situações de insegurança. Esse resultado pode ser relação com o nível de escolaridade dos participantes de pesquisa.

Em relação a utilização das redes sociais, WhatsApp, Correio eletrônico, Facebook, a pesquisa comprovou que os idosos interagem com amigos, familiares e para a busca de lazer. Alguns demonstraram resistência e responderam que só utilizam o celular para falar. P25 menciona que utiliza “celular e computador sempre

sou dinâmica, mas, negócio de tecnologia não é comigo, tenho o meu facebook, eu uso,[...] meu neto colocou WhatsApp, mas, eu não quero aprender.”

Os idosos afirmaram que não gostam de ficar no computador por muito tempo, entretanto, consideram o WhatsApp como um meio de interação muito bom, pois permite interagir o tempo todo, porém, esse recurso ainda não é utilizado por todos. Vechiato (2010, p. 82) ressalta “percebemos que os indivíduos ou grupos considerados excluídos socialmente podem atuar de forma mais ativa quando utilizam as TIC, em especial a WEB”. Isso implica no que trata a inserção do idoso nesses ambientes, de maneira que permita a esses sujeitos usufruir de um envelhecimento ativo e com mais qualidade de vida.

Percebe-se que os idosos da amostra acompanham as transformações oriundas da sociedade contemporânea, apresentando mudanças no comportamento informacional. Contudo, observou-se que as dificuldades permeiam do acesso, à utilização dos recursos e aos ambientes.

6.4 CATEGORIA 4 – O IDOSO EM CONTEXTO DE INTERAÇÃO SOCIAL

Tornou-se relevante para o estudo, compreender a percepção dos entrevistados sobre o conhecimento de ações voltadas para promover o acesso e o uso da informação, sobretudo, nos aspectos relacionados à saúde, educação, direitos e interação social para esse grupo populacional, segundo o relato de P13:

“Na Escola Parque, tem a interação das gerações, me sinto mais acolhida, precisa mais ações no campo da educação e algumas ações no mercado de trabalho.” Souza, Nascimento e Alkimim (2013) salientam que os idosos precisam estar informados e a partir disso, reivindicar seus direitos junto aos órgãos jurídicos e públicos.

Percebe-se que o participante se sente bem com a interação geracional e trouxe para a discussão as questões de educação e mercado de trabalho, reivindicando mais ações. Já P24, se reportou a “campanha de vacina é uma ação e o balcão de informações nos shoppings, o banco eletrônico também facilita a vida do idoso.”

A campanha de vacinação foi muito citada nos resultados, dentre outros: a Escola Parque, o SESC, a própria UATI foram mencionadas como ações que contribuem para a socialização, o bem-estar e a qualidade de vida da população

idosa. P2 refere-se também a delegacia do idoso como uma ação importante, “A UATI, a campanha de vacina soube na mídia. A delegacia do idoso eu já usei e acho que ela é normal...e vou tantas vezes que eu precise exigir meus direitos.”

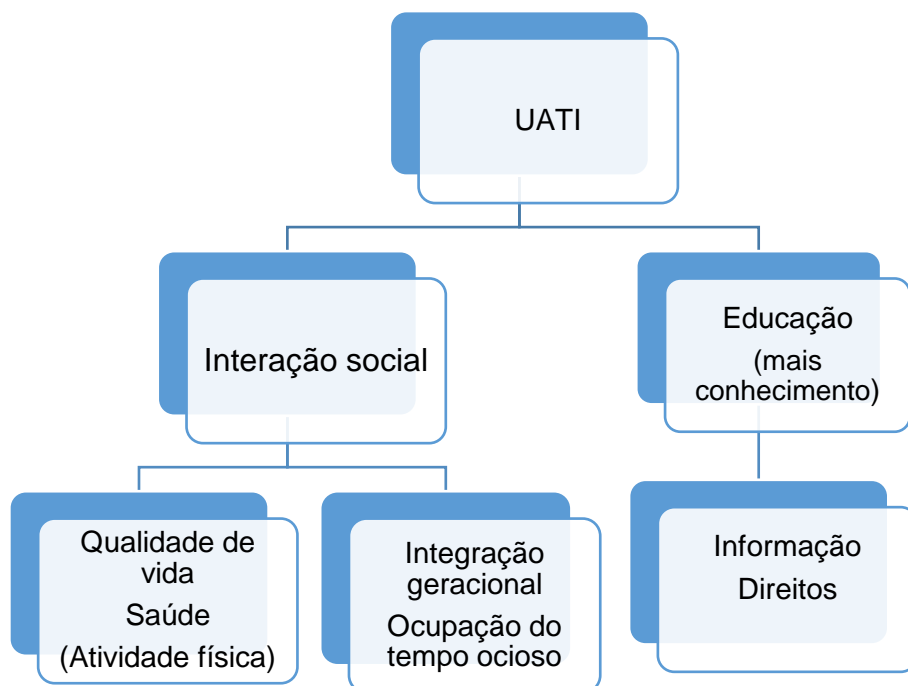
A delegacia do idoso foi citada apenas pelo P2, esse fato pode ter como razão a não credibilidade ao órgão, ou até mesmo, por não terem informações sobre este a instituição. Os idosos citaram ações como a meia-entrada, o cartão do idoso, as campanhas voltadas para a saúde e envelhecimento ativo, o balcão de justiça, a lei de acessibilidade. Porém, alguns participantes se queixaram da falta de ação direcionadas para à educação do idoso, de ações que disponibilize informações sobre o que está sendo realizado em prol desses sujeitos sociais. P13 afirmou que “precisa de mais informação disponível e educação.” Justificando que desconhecem ações para este fim.

Dessa maneira retoma-se a afirmação de Silveira (2009) em relação a educação e cidadania na terceira idade, a importância do domínio das leis para poder assegurar os direitos e o exercício da cidadania. Neste contexto, o idoso precisa buscar novas aprendizagens em diversos espaços, principalmente para que possam estar informados dos direitos sociais que lhes são atribuídos. Para reforçar a análise sobre a pessoa idosa e seus direitos, Souza, Nascimento e Alkimim, (2013) alertam que os programas voltados para a terceira idade no Brasil, devem ser divulgados intensamente para que todos possam conhecer as leis que beneficiam os idosos.

O desconhecimento das leis, de ações ou outro tipo de benefício representa uma demanda que ainda precisa ser contemplada. Diante desse fato, nota-se que através das políticas direcionadas para a terceira idade, sobretudo, da PNI (1994) que facilita o acesso aos direitos e serviços disponibilizados para esse grupo social.

Os serviços de informação utilitária em diferentes espaços estariam assim, contribuindo na tentativa de suprir as necessidades informacionais do grupo dos idosos, de modo eficaz. Os dados indicaram que a preocupação com a qualidade de vida, já pode ser considerada uma realidade do idoso contemporâneo. Deste modo é relevante ampliar a oferta de espaços de socialização, que contemplem essas necessidades. Os motivos que levaram os idosos à participarem das oficinas oferecidas pela UATI (Apêndice C) e a interação social, foi um dos aspectos do contexto da investigação, conforme explicitado na figura (7).

Figura 7 – Motivos de participação na UATI



Fonte: elaboração da autora, 2015.

A interação social, mais conhecimento e informação, qualidade de vida, ocupação do tempo ocioso em razão da aposentadoria, entre outros motivos, torna o espaço da UATI um ambiente de convivência, que possibilita para alguns idosos além dessas atividades, a procura por realização de atividades físicas, integração geracional, bem como, o conhecimento dos direitos dessa população.

Salienta-se para o fato de que muitos idosos procuram a UATI para aprender algo que não teve oportunidade anteriores à essa. Como exemplo, aprendizado de informática, língua estrangeira. P12 relata “O idoso precisa aprender mais, deixar a resistência.” Neri (1995) ressalta a importância das interações sociais para um envelhecimento ativo, sobretudo, na contribuição que esses espaços de convivência no que diz respeito à redução do isolamento próprio desta fase da vida. Outro dado significativo é o percentual dos participantes que buscam a UATI, estão aqueles que tem relação direta com o tempo ocioso das pessoas após a aposentadoria.

Cabe mencionar que no contexto analisado, um dos motivos citados por P20, foi alfabetização, “Eu vim pra UATI pro curso de alfabetização.” P25 declarou que começou a frequentar a instituição para encontrar maneiras de lidar com o processo de envelhecimento e se proteger do preconceito. Os dados revelaram uma

tendência entre os participantes, apontar como principal motivo de participar da UATI: a interação social, esse dado pode estar vinculado à solidão, ao isolamento de muitos idosos no contexto em que vivem e até mesmo a vontade de ampliar o círculo de amizades.

Ressalta-se que tradicionalmente as mulheres tem mais disposição para as atividades desenvolvidas nas oficinas ofertadas. Camarano (2006) salienta para o fato de que os homens buscam outros espaços a exemplo: das associações de aposentados ou instituições de categoria profissional. Entende-se esse fato em razão do preconceito da população masculina tem em buscar espaços com predominância feminina e que oferece atividades para esse público.

Acredita-se que uma divulgação maior desses espaços e a oferta de oficinas direcionadas especificamente para o público masculino possa favorecer para o interesse dos homens em participar das oficinas. Sabe-se historicamente que a população masculina, demonstra ter mais dificuldades em buscar a socialização após o envelhecimento, talvez possa ser compreendido como uma questão cultural.

Nesse sentido, evidencia-se outro aspecto diante desse cenário, a necessidade de realizar ações para promover a sociabilidade do homem idoso nesses espaços visando atender os interesses desses sujeitos, sobretudo, quando estes se encontram fora do mercado de trabalho. (CAMARANO, 2006). Entre os representantes masculinos, P2 declarou que “a UATI é tudo na minha vida.” O participante refere-se à valorização da instituição e a considera como uma referência para todos os idosos.

Apenas dois participantes responderam buscar a UATI para a realização de atividades físicas. Ao investigar sobre as oficinas mais procuradas pelos idosos na UATI (Apêndice C), os dados revelaram que as oficinas mais procuradas no semestre de realização da pesquisa foram: expressão corporal e rodopiando a cultura popular, seguidas de lazer e qualidade de vida e yoga, identidade e memória, embalagens, bonecos, psicologia do envelhecimento e fotografia. O resultado evidenciou uma procura significativa pelas oficinas de língua estrangeira, (francês e espanhol), vale ressaltar que a oficina de língua inglesa não foi oferecida no semestre de realização da pesquisa.

Torna-se importante relatar que a preocupação com o preconceito em relação ao idoso, também se configurou como um dos motivos para entrar na UATI. O participante disse que começou a frequentar a UATI para buscar maneiras de lidar

com o envelhecimento e se proteger do preconceito em relação aos idosos no contexto social. Camarano (2006) afirma que o segmento idoso, aos poucos deixa de ser um subgrupo populacional dependente e vulnerável e deve ser visto como um grupo ativo e que pode contribuir para o bem-estar da sociedade.

O núcleo de informática é bastante procurado pelos idosos, com as oficinas de informática e mídias sociais. Salieta-se que as oficinas mais procuradas estão associadas a prática de atividades físicas, o trabalho com o corpo, cultura popular, línguas, à memória e identidade e sobretudo, às tecnologias de comunicação e informação.

Esse fato demonstra que devido à experiência de vida e a busca por novos conhecimentos, faz com que o idoso tenha interesses diversos, como: preservar a memória, a cultura popular, as tradições, e ao mesmo tempo, são motivados a conhecerem novas linguagens e formas de se comunicar e interagir com o mundo. A educação para o segmento idoso deve considerar a historicidade do sujeito social e propor novo aprendizado a partir das demandas atuais.

Os idosos da amostra responderam sobre as atividades desenvolvidas fora da UATI, a procura por atividades físicas, interação social, voluntariado se destacaram entre os respondentes. Entre as justificativas está a qualidade de vida, estar ativo e a participação social. Os que responderam negativamente justificaram a falta de tempo ou que estão satisfeitos com as oficinas da instituição. P1 responde que “Participo de grupo de dança e sou voluntária social. P8 salienta “Faço alongamento, hidroginástica, dança, ninguém pode ficar parado sem fazer nada, para qualidade de vida!”

P 12 eu faço caminhadas, sou voluntária social, faço campanhas sociais. O idoso só passa a ligar, quando uma instituição como a UATI ou outra coisa qualquer incentivar ou quando tem a cabeça um pouquinho mais aberta. Se não promover o interesse, “nego” se acomoda, tem que ter mais instituições.”

A afirmação ressalta o papel que tem esses espaços para os idosos, no que se refere a participação social, e ainda declara que são necessárias mais ações como esta. P24 Escola Parque sou voluntaria na distribuição da merenda escolar.

P2 relata: “Eu participo na igreja, frequento e sou ativa, sou voluntária, faço caminhada e Pillates para melhorara a qualidade de vida.” P33 afirma “faço dança, clube, hidroginástica, Pillates, voluntariado e trabalho social.” Percebe-se nos

discursos a busca por participação social pelos idosos é algo que deve ser visto como um dado positivo para o envelhecimento.

Os Princípios das Nações Unidas para Pessoas Mais Velhas (Resolução 46/91 aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 16/12/1991), reafirma a necessidade de integração da pessoa idosa nesses espaços, pois, a partir da socialização desse grupo, é efetivada a melhor qualidade de vida, participação no âmbito político, buscando melhor qualidade de vida e bem-estar.

Sobretudo, no que diz respeito as atividades que promove a saúde, o bem-estar, a qualidade de vida, são questões que devem ser pontuadas. Um fato relevante que se destacou nesse grupo, foi a participação em trabalhos voluntários, em grupos sociais e a interação intergeracional.

Os idosos estão em busca de novas possibilidades para viver a longevidade, nota-se o interesse em estar sempre ativo e participando de atividades que proporcionem outras maneiras de socialização. Neste contexto, em que as interações fazem parte da dinâmica social, o acesso á informação torna-se um instrumento de inclusão desses sujeitos, em razão das novas demandas que surge para o idoso em função da longevidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] nós envelheceremos um dia, se tivermos este privilégio. Olhemos, portanto, para as pessoas idosas como nós seremos no futuro. Reconheçamos que as pessoas idosas são únicas, com necessidades, talentos e capacidades individuais, e não um grupo homogêneo por causa da idade.

Kofi Annan, ex-secretário geral da ONU.

O aumento da população idosa no Brasil aponta para a necessidade de aprofundar o debate sobre as necessidades informacionais desses sujeitos, especialmente em relação às questões relacionadas ao uso da informação para a saúde, educação, direito e interação social, sobretudo, no que tange a participação do idoso no contexto social.

A análise fundamentada no Estatuto do Idoso e nas Políticas Nacional para a pessoa Idosa e na abordagem cognitiva e social dos estudos de usuários possibilitou contextualizar que as necessidades informacionais demandam da busca para a solução de problemas do cotidiano, a educação permanente e a socialização.

O comportamento informacional dos participantes apontou que os idosos estão buscando acompanhar os avanços tecnológicos, porém, os dados revelaram que estes usuários ainda apresentam dificuldades quanto o acesso e o uso dos canais e fontes de informação.

No que se refere à utilização dos recursos tecnológicos, evidenciou-se que os idosos da amostra apresentam limitações quanto ao uso dos dispositivos tecnológicos e dos ambientes virtuais. Dessa maneira, entende-se que um fator considerável neste contexto apresentado é a inclusão digital e o letramento informacional, bem como, a ampliação das políticas públicas e ações voltadas para solucionar os problemas oriundos da realidade observada.

A sociedade contemporânea exige do indivíduo a educação permanente a fim de que o aprendizado contínuo possibilite o atendimento das demandas oriundas desse contexto. A cultura informacional atual impõe aos sujeitos sociais, a apropriação de conteúdos de informação, que venham sanar uma lacuna de conhecimento, quando emergem problemas que demandam soluções.

Considerando-se que as necessidades informacionais variam de acordo com cada sujeito e/ou grupo social.

Analisando o que determina o Estatuto do Idoso e a Política Nacional para a Pessoa idosa e os programas direcionados para essa população, verificou-se que o acesso a informação e os espaços de socialização para a pessoa idosa ainda são limitados, para suprir todas as demandas. Visto isso, atenta-se para a importância da efetivação das ações que se destinam a esse segmento social.

Considera-se relevante aprofundar a abordagem, acredita-se que a análise das necessidades informacionais da pessoa idosa, pode ter ampliado o universo de investigação, em outros espaços de convivência, para que possam ser identificadas outras necessidades e práticas informacionais.

Espera-se que a análise realizada possa se tornar motivação para outras investigações buscando contextualizar aspectos das necessidades de informação da população idosa a partir de observações em outros espaços de convivência. Torna-se importante ressaltar para a **relevância** de ampliar as ações, programas, políticas públicas e a oferta desses espaços.

No que tange os **objetivos** propostos no estudo, entende-se que foram alcançados. Foi possível conhecer o perfil dos idosos da UATI. O objetivo que visava identificar as necessidades informacionais dos idosos e de que modo estes usuários lidam com a informação foi alcançado, bem como, o principal motivo de busca de informação também foi apresentado nos dados. O objetivo que vislumbrava identificar as práticas informacionais dos idosos para o acesso e uso da informação foi contemplado, e permitiu identificar as dificuldades encontradas pelos participantes no processo de busca e uso de informação.

No que tange quais as fontes e canais de informação mais utilizados pelos idosos, os dados apontaram a internet como principal fonte de informação, foi evidenciado que os idosos necessitam desenvolver a competência informacional e em alguns casos a inclusão digital, sobretudo, no que tange o uso do computador, os recursos e os dispositivos tecnológicos, visto que, estes ainda não são utilizados de maneira potencializada.

Divergindo do que se pensava, a internet não está distante do cotidiano dos idosos da amostra, o uso das redes sociais, representaram a apropriação desses recursos por parte deles. Nesse sentido, cabe ressaltar que as oficinas de informática e vídeo oferecidas na UATI, são motivadoras para a inserção dos idosos

no contexto digital e virtual. Sendo o universo de pesquisa um espaço de atividades voltadas para a educação permanente e socialização, observou-se que a UATI contribui positivamente para a participação, interação e trocas de informação entre os idosos.

Aponta-se que o atendimento das demandas de informação das pessoas idosas, relacionadas aos aspectos da abordagem, precisa ser intensificado em razão do seu crescimento, sobretudo, no que se refere à socialização desse grupo nos espaços de interação, convivência, dentre outros.

A literatura da temática do estudo compartilha da concepção de que as necessidades de informação devem ser atendidas de modo a contemplar a realidade do usuário, para adquirir a autonomia para o acesso e uso de informações significativas para a sua vida. O que foi observado quanto ao uso de informação, permitiu concluir que os idosos buscam a informação da maneira que for mais fácil e que atenda às suas demandas, utilizando diversas fontes e canais informacionais, a depender da situação.

Acredita-se ao concluir essa pesquisa que é necessário enfatizar os estudos dos usuários desse grupo, respeitando suas características, individualidades e o contexto social no qual este se insere. Repensar o papel do idoso na sociedade contemporânea, como um sujeito que precisa buscar novos conhecimentos, visando sua participação na cultura informacional a partir do uso e apropriação dos recursos disponíveis, sobretudo, através da inclusão digital.

Como recomendações: considera-se pertinente estimular a participação da população idosa, em todos os âmbitos sociais; contribuir para o acesso de informação de interesse desses usuários; ampliar a oferta de espaços de socialização, (UATIs); incentivar ações que possibilitem aos idosos a participação na sua comunidade; promover o diálogo entre as instituições de ensino superior e as comunidades; intensificar as políticas públicas voltadas para esse segmento populacional e o debate sobre as necessidades informacionais com a produção e a disseminação de conhecimento sobre essa temática.

Os resultados dessa pesquisa demonstraram que a procura de informação é maior do que a oferta e neste sentido, aponta-se como exemplo: a necessidade informacional relacionada aos direitos, que apesar de não ser a de maior incidência como principal motivo de busca, foi entendida tanto pelos participantes da amostra, quanto pela pesquisadora como uma lacuna do conhecimento.

Enfatiza-se que este estudo pode contribuir para ampliar a discussão dessa temática no âmbito brasileiro, especialmente para o estado da Bahia, no qual se realizou a investigação, como também para ampliar o conhecimento do universo observado, utilizando outro viés de análise para o fenômeno, comparando com os dados obtidos com outros resultados empíricos, visando apontar particularidades do aspecto cognitivo e social das necessidades informacionais.

A análise possibilitou contextualizar o idoso como usuário real de informação, bem como uso da informação na perspectiva social do usuário possibilitando produção de sentido e autonomia, bem como discutir a **informação** como um direito de todos os cidadãos, o que implica nas questões que se referem a **Responsabilidade Social** da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ALA. **Presidential Committee on Information Literacy**: final report. Washington, 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 9, 2008, São Paulo. **Comunicação oral...** São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/ARAUJO%20Enancib%202008.pdf>> Acesso em 14 de jun. 2015.

_____. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2014.

_____. O sujeito informacional no cruzamento da ciência da informação com as ciências humanas e sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, ANCIB, 2013.

_____. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012.

_____. Estudos de usuários conforme o paradigma social da ciência da informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2010.

ARAÚJO, Sinay Santos S. **Cultura informacional, representações sociais e educação a distância**: um estudo de caso na EAD da UFMG. (Dissertação de Mestrado) - UFMG, Escola de Ciência da informação, 239 f. 2011.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Universitária Forense, 2001.

ARIES, Phillipe. **História social da criança e da família**. Rio de janeiro: Guanabara, 1991.

BALDESSIN, A. O idoso: viver e morrer com dignidade. In: PAPALÉO NETTO, M. **Gerontologia**: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu, 2002. p.491-498.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos. Estudo de usuário: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n.2, p. 168-184, maio/ago. 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. O tempo e o espaço da sociedade da informação no Brasil. **Informação e Informação**, Londrina, v. 8, n. 1, p. 1-9, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www2.uel.br/revistas/informacao/include/getdoc.php?id=368&article=130&mode=pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

_____. A oferta e a demanda de informação: condições técnicas, econômicas e políticas. **Ciência da informação**. São Paulo, v.2. 1999.

BERZINS, M. A. V. S. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. **Serviço Social & sociedade**, v. 24, n. 74, São Paulo: Cortez, 2003.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BELKIN, Nicholas J. Anomalous states of knowledge as a basis for information retrieval. **The Canadian Journal of Information Science**, v. 5, p. 133-143, May 1980.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BORKO, H. **Information science**: what is it? *American Documentation*, v. 19, p.3-5, 1968.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo. T. A. Queiroz, 1979.

BORTOLOZZO, M.C. O processo de aprendizagem dos idosos. In: SILVEIRA. N.D.R. **A pessoa idosa**: educação e cidadania. Secretaria de assistência e Desenvolvimento social. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2009. p. 34-53.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de out. de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Site oficial**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 04 jul. 2014.

_____. **Política Nacional do Idoso - Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994**. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1994/8842.htm>. Acesso 22 abr. 2009

_____. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 jan. 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm> Acesso em 26 maio 2014.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em 26 maio 2014.

_____. Presidente da República. **Decreto n.º 1948**, de 03/06/96 que regulamenta a lei 8.842 de 04/01/94 que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Diário Oficial. Brasília, 1997.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Site oficial**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 04 jul. 2014.

_____. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Idoso - Cidadão brasileiro**: Informações sobre serviços e direitos. Brasília: [s.n.], 2008. 64 p. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_081210-171425-872.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2012.

_____. **Política Nacional do Idoso - Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994**. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1994/8842.htm>. Acesso 22 abr. 2009

CACHIONI, Meire. **Quem educa o idoso**: um estudo sobre professores de universidades da terceira idade. Campinas: Alínea, 2003.

CACHIONI, M. & Palma, L.S. (2006). Educação permanente: perspectiva para o trabalho educacional com o adulto maduro e o idoso. *In*: Freitas, E.V., Py, L., F.A.X., Cançado, Doll, J. & Gorzoni, M.L. (Orgs.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. (2ª ed.). Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan.

CACHIONI, Meira; NÉRI, Anita Liberalesso. Educação e gerontologia: desafios e oportunidades. **RBCEH – Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, p. 99-115, jan/jun, 2004. Disponível em: <www.upf.br/seer/index.php/article>. Acesso em: 26 mar. 2012.

CALDAS, C.P. Introdução à gerontologia. *In*: VERAS, R.; LOURENÇO R. (Ed.) **Formação humana em geriatria e gerontologia**: uma perspectiva interdisciplinar. Rio de Janeiro: UNATI UERJ, 2006. P. 18-21.

CAMARANO. A. A. **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M.T. O envelhecimento populacional nas agendas das políticas públicas. Cap. 8, 2004. Disponível em: <<http://www.en.ipea.gov.br/agência/imagens/stories/pdf>>. Acesso em 12 mar. 2013

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Fontes de Informação utilitária em bibliotecas públicas**. Brasília, Rev. de Biblioteconomia de Brasília, v. 22, nº 1, p. 35-46, jan./jun. 1998.

CANCELA, D.M.G. **O Processo de envelhecimento**: Trabalho realizado no estágio de complemento ao diploma de licenciatura em psicologia pela Universidade Lusíada do Porto, 2007, p. 3-4.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. **In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003.

CASADO, E.Sanz. **Manual de estudio de usuários**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez: Pirámede. 1994. 228p.

CASTELLS. Manoel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

_____. **A sociedade em rede**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v.1.

CAZELOTO, Edilson. **Inclusão digital: uma visão crítica**. São Paulo: SENAC, 2008.

CHAVALIER, Jean; Gheerbrant, Alan. **Dicionário dos símbolos**. 23 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: Editora Senac, 2011.

COMPROMISSO DE TÚNEZ. Ginebra: CMSI, 2006. Disponível em: <http://www.itu.int/wsis/index-es.html>>. Acesso em: 17 jan.2013.

CUMBRE MUNDIAL SOBRE LA SOCIEDAD DE LA INFORMACION (Ginebra) (Ed.). Implementación de LA CMSI por línea de acción. GINEBRA: CMSI, 2009. Disponível em: <http://www.itu.int/wsis/index-es.html>>. Acesso em: 17 jan.2013.

CUNHA, Murilo B. Metodologia para estudos de informação científica e tecnológica. **R. Biblioteconomia Brasileira**, v, 10, n.2 5-9 jul./dez. 1982

_____. **Para saber mais: fontes de informação em Ciência e Tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

DEBERT, G.G. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo, SP: EDUSP, 2004.

DERVIN, Brenda. Sense-making theory and practice: an overview of user interests in knowledge seeking and use. **Journal of Knowledge Management**, v. 2, n. 2, p. 36-46, Dec. 1998.

_____; NILAN, M. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology – ARIST**, v. 21, p. 3-33, 1986.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information Literacy: princípios, filosofia e prática. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Acesso em: 18 maio 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. Cidadania e direitos da pessoa idosa. **Ser Social**, n. 20, Brasília.jan/jun. 2007,P35-61. Disponível em

http://www.red.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewArticle/250. Acesso em 15 mar. 2014.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 1-10, 1995.

FIALHO, Janaína F.; ANDRADE, M. E. A. Comportamento informacional de crianças e adolescentes: uma revisão de literatura estrangeira. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 36, n. 1. P. 20-34, jan./abr.2007.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Aspectos especiais de estudos de usuários. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 12(2), p.43-57, jul./dez. 1983. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1496/1114>> Acesso em: 21 abr. 2014.

_____. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, I. **A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, 2001. 166f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO.

_____. Informação; consciência possível; campo. Um exercício com construtos teóricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n.1, 1995.

FURNIVAL, Ariadne Chloe Mary; ABE, Veridiana. Comportamento de busca na internet: um estudo exploratório em salas comunitárias. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 13, n. 25, p. 153-173, jan./jun., 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p156/887>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

GALVÃO, C.B.; FERREIRA, J. B.B.; RICARTE, Ivan L.M. Usuários da informação sobre saúde. In: CASARIN, H.C.S. (Org.). **Estudos de usuários da informação**. VI Thesaurus, 2014, p. 183-219.

GASQUE, Kelley Cristine G. D. **O papel da experiência na aprendizagem: perspectiva na busca e no uso da informação**. **Transinformação**, v. 20, p. 149-158, 2008.

_____. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39, n.1, p. 21-32, jan. /abr., 2010.

GEERTZ. C. **A interpretação das culturas**. Rio de janeiro: Zahar, 1978.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOLDANI, A. M. Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Muito além dos 60 os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA. 1999. p. 75-113.

GOLDMAN, S. N. Universidade para a terceira idade: uma lição de cidadania. **Textos Envelhecimento**, Rio de Janeiro, v.3, n.5, 2001. Disponível em: <http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282001000100002&lng=pt&nrm=iss&tlng=pt> Acesso em 15 jul.2014.

GOLDSTEIN, Gabriela, A. C. Exergames como recurso de promoção de saúde e envelhecimento ativo. **Revista Portal de divulgação**. São Paulo, n. 37, ano IV, out. 2013.

GOMES, Marcos Aurélio; DUMONT, Lígia Maria M.. Possíveis relações entre o uso das fontes de informação e a competência em informação. **Transiforção**, Campinas, 27 (2) 133-143, maio/ago. 2015.

GUERRA, S. A. D. **Os caminhos da UATI**. (Org.) Salvador: EDUNEB, 2012.

GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Rio de Janeiro, 2010. (Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 27).

_____. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios. IBGE, 2010, 17 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/tabelas_pdf/tab1.pdf>. Acesso em: 04 maio 2012.

_____. **Síntese de indicadores sociais 2012**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em:

IFLA. Declaração de Alexandria sobre competência Informacional e aprendizado ao longo da vida. In: **National Fórum on Information Literacy**, 2005. Disponível em: <www.ifla.org/III/wsis/BeaconInfSoc-pt.html>. Acesso em: 19 nov. 2011.

KACHAR, V. **“Longevidade”**: um novo desafio para a educação. São Paulo: Cortez. 2001.

_____. **Terceira Idade & Informática: aprender revelando potencialidades**. São Paulo: Cortez. 2003.

_____. Envelhecimento e perspectivas de inclusão digital. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 131-147, nov. 2010. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairós/article/viewFile/5371/3851>> Acesso em: 27 maio 2014.

KOBASHI, Nair Yumiko; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **TransInformação**, Campinas, v. 15, Edição Especial, p. 7-21, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://wersig.objectis.net/artigos/3o%20artigo.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

KUHLTHAU, Carol C. A principle of uncertainty for information seeking. **Journal of Documentation**, v. 49, n. 4, p. 339-355, 1993.

LE COADIC, Y-F. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LÉVY, P. **As tecnologias da Inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Ed. 34, 2004.

_____. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2 ed. São Paulo: editora 34, 2007.

LOPEZ, P. L.; SAMEK, T. Inclusão digital: um novo direito humano. Inclusão digital para inclusão social: fundamentos conceituais. In: CUEVAS A; SIMEÃO, e. **Alfabetização informacional e inclusão digital**: modelo de infoinclusão social. Thesaurus, 2011, p. 21-38

LÜDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: UPU, 1986, 99 p.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a transcrição de entrevistas. In: _____. **A entrevista como instrumento de pesquisa em Educação e Educação Especial**: uso e processo de análise. Marília: UNESP, 2008. Disponível em: <http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista>. Acesso em: 31 out. 2012.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha; ODDONE, Nanci. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.36, n.1, p.118-127, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n2/12.pdf>>. Acesso em 14 jan. 2015.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008. MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MELO, A. V. C.; ARAÚJO, E A. Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da Sociedade da Informação. **Perspectiva em CI**, Belo Horizonte, v.12, n. 2, p. 185-201, maio/ago. 2007. Disponível em : <<http://www.portaldeperiodicos.eci.ufmg.br>> Acesso em: 19 set. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico: uma reflexão sobre a práxis da saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 6(1):7-19, 2001.

MIRANDA, Silvânia Vieira. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/756/627>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

_____. **Identificação de necessidades de informação e sua relação com competências informacionais**: o caso da supervisão indireta de instituições financeiras no Brasil. 2007. 297 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://btdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1195>. Acesso em: 13 out. 2014.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos do homem**. Disponível em: <<http://www.boes.org/un/brahr-b.html>>. Acesso em: 30 mar. 2006.

NASCIMENTO, M. J; WESCHENFELDE, S. Necessidade de informação dos vereadores de Florianópolis: estudo de usuário. **Informação & Sociedade**: estudos, v. 12, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/161/155>> Acesso 10 jun. 2014.

NERI, Anita L. **Psicologia do envelhecimento**. Campinas: SP, Papirus, 1995.

_____. **Palavras-chave em Gerontologia**. 3 ed. Campinas: Alínea, 2008.

_____. Velhice e qualidade de vida na mulher. In: Neri AL, organizador. **Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas**. Campinas: Papirus; 2001. p. 161-200.

_____. CACHIONE, Meire. “Velhice bem sucedida e educação”. In: **Velhice e sociedade**. Anita L. Neri e Guita G. Debert (Orgs.). Campinas, SP: Papirus, 1999.

_____. **Qualidade de vida e idade madura**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). **Temas de la salud**: envejecimiento. Disponível em: <<http://www.who.int/topics/ageing/es/>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Envejecimiento y ciclo de vida**, 2007.

PACHECO, J. L. As universidades abertas à terceira idade como espaço de convivência entre gerações. In: SIMSON, O. R. de M. V.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (Org.). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas: Alínea, 2003.

PASQUALOTTI, Adriano. **Comunicação, tecnologia e envelhecimento**: significação da interação na era da informação. Orientador: Dante Augusto Couto Barone. Porto Alegre, 2008, 198 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

PASQUALOTTI, P. R.; PASSERINO, L. M. A inclusão digital como prática social: uma visão sócio-histórica da apropriação tecnológica em idosos. In: PORTELLA, M. R.; PASQUALOTTI, A.; GAGLIETTI, M. (Orgs.). **Envelhecimento humano**: saberes e fazeres. Pelotas: UPF, 2006.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RUSSO, Mariza. Fundamentos em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2010. – (Coleção Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Série Didáticos; n. 1).

SANTOS, Boaventura S. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Pela mão de Alice**. São Paulo, Cortez, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.9-12, 1977.

SILVA, Alzira Karla Araújo da. A sociedade da Informação e o acesso à educação: uma interface necessária a caminho da cidadania. **Informação e Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 1, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001433&dd1=aa6e0>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

SILVEIRA, N.D.R. **A pessoa idosa**: educação e cidadania. Secretaria de assistência e Desenvolvimento Social. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2009.

SORJ, B. **Brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UNESCO, 2003. Revista EDICIC, v.1, n.1, p.148-167, Ene./Mar. 2011. Disponível em: <<http://www.edicic.org/revista/>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

SOUSA, A. M V de; NASCIMENTO, G.A. F; ALKIMIN. Direitos dos idosos à educação: análise do filme “o estudante” sob a perspectiva pontual da gerontagogia. **Políticas culturais em revista**, 1 (6), p. 137-151, 2013. - www.politicasculturaisemrevista.ufba.br

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

_____. (Org.). **Livro Branco da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília, 2002. Disponível em: < http://www.cgее.org.br/arquivos/livro_branco_cti.pdf >. Acesso em: 20 de nov. 2014.

TAYLOR, Robert S. **Value-added processes in information systems**. Norwood: Ablex Publishing Co., 1986. 257 p.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; DI CHIARA, I. G. **Das redes sociais à inovação. Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio/ago. 2005.

_____. Avaliação de fontes de informação na Internet: critérios de qualidade. **Informação e Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 11, n. 30, 2001. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/293/216>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

UNESCO. Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 25 out. 2014.

VARELA, Aida. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007

VECHIATO, F.L; VIDOTTI, S.A.B.G. Idoso como usuário da informação. In: CASARIN, H.C.S. (Org.) **Estudos de Usuários da informação**. Capítulo III, São Paulo: Thesaurus, 2014, p. 97-127.

_____. **Repositório digital como ambiente de inclusão digital e social para usuários idoso**. 2010. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

VERAS, R. P.; CALDAS, C. P. **Promovendo a saúde e a cidadania do idoso**: o movimento das universidades da terceira idade. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2004.

_____. **País jovem com cabelos brancos**: a saúde do idoso no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, 1994.

_____. **Universidade Aberta a Terceira Idade atende idosos de forma integral**. Disponível em:

<<http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2011/11/universidade-aberta-da-terceira-idade-atende-idosos-de-forma-integral.html>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. [S.L]: Record, 1998.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e linguagem**. Tradução de Jeferson L. Camargo. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social**: a exclusão digital em debate. São Paulo: SENAC, 2006.

WERSIG, Gernot. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, New York, v.29, n.2, p.229-239, mar.1993.

_____. NEVELING, Ulrich. **The phenomena of interest to information science**. **Information Scientist**, v.9, p. 127-140, 1975.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

WILSON, T. D. Human information behavior. **Informing Science**, Califórnia, v.3, n.2, 2000, p.49-56. Disponível em: <<http://inform.nu/Articles/Vol3/v3n2p49-56.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2014.

_____. Models in information behaviour research. **Journal of Documentation**, London, v. 55, n. 3, 1999, p. 249-270. Disponível em: <http://www2.hawaii.edu/~donnaab/lis610/TDWilson_Only_1999.pdf>. Acesso em: 12 jun. de 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Universidade Federal da Bahia- UFBA
Instituto de Ciência da Informação - ICI
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI

ROTEIRO DE ENTREVISTA**CATEGORIA 1 - Perfil do idoso da UATI**

- a) Gênero:
F () M ()
- b) Idade:

- c) Estado civil:
solteiro (a) ()
casado (a) ()
viúvo (a) ()
desquitado (a) ()
divorciado (a) ()
- d) Nível de escolaridade:
Fundamental 1 () Fundamental 2 () Ensino Médio () Ensino superior ()
- e) Profissão:

- f) Classe econômica/renda familiar
() entre 1 e 2 salários mínimos
() entre 2 e 3 salários mínimos
() acima de 3 salários mínimos
() acima de 4 salários mínimos
- g) Você faz alguma atividade remunerada? O que? Justifique.
Sim () Não ()

h) Reside com quem?

CATEGORIA 2 - Necessidades de informação

a) O que leva você a buscar informação e como você lida com essa situação no seu cotidiano?

b) No seu dia-a-dia é mais comum você buscar informação por qual dos motivos abaixo? Por que?

() saúde () educação () direitos () interação social ()

CATEGORIA 3 - Acesso e uso da informação

a) Quando você precisa de informação onde você costuma buscar?

b) Quais as fontes de informação que você utiliza no seu cotidiano?

c) Você tem dificuldades para buscar informação? Em que situação?

d) Você tem dificuldades para usar informação? Em que situação?

e) Você utiliza tecnologias no seu dia-a-dia? Quais? Para que?

CATEGORIA 4 – O IDOSO EM CONTEXTOS DE INTERAÇÃO SOCIAL

a) Você conhece ações realizadas pelos governos, instituições, Ongs, dentre outros, para facilitar o acesso e o uso da informação nos aspectos da saúde, educação, direitos e interação social do idoso? Quais?

b) Você acha que atualmente é mais fácil encontrar e usar informação? Justifique.

c) Motivo que levou a participar da UATI?

d) Fora as atividades da UATI, você participa de outras? Quais? Por que?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Eu, Neusa Maria dos Santos Pires, discente do Mestrado em Ciência da Informação, do Programa de Pós-graduação do Instituto de Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), estou realizando a pesquisa de dissertação intitulada: ***Necessidade informacional da pessoa idosa***, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, do mesmo Programa. A pesquisa tem o objetivo de identificar e analisar as necessidades de informação dos idosos. Para tanto, será realizada uma entrevista, face a face, com a qual procurarei identificar as necessidades informacionais dos idosos da Universidade Aberta da Terceira Idade (UATI) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), relacionadas à saúde, educação, direitos e interação social. O participante poderá perguntar e esclarecer dúvidas, bem como, poderá desistir de participar da entrevista em qualquer tempo. Asseguro-lhe, desde já, que as informações que me forem confiadas terão sigilo absoluto e que sua identidade será preservada. O conteúdo das suas respostas será analisado juntamente com o conteúdo e informações coletadas nas entrevistas de todos os demais participantes da pesquisa.

Pesquisadora:

Neusa Maria dos Santos Pires

Eu, _____, fui esclarecido (a) sobre a pesquisa **Necessidade informacional da pessoa idosa** e concordo que o conteúdo de minha entrevista seja utilizado na realização deste estudo.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____ RG _____

APÊNDICE C – Quadro das oficinas realizadas na UATI

NÚCLEO TEÓRICO (OBRIGATÓRIO)	OFICINAS	Nº de PARTICIPANTES
	Espanhol	05
	Francês	03
	Saúde na 3ª Idade	02
	Psicologia do envelhecimento	04
	Nutrição	02
	Meio ambiente	01
	Caminhos da Bahia	01
	Direitos da pessoa idosa	02
	Identidade e memória	04
	Multimídia	03
	Fotografia e video	04
	Empreendedorismo	01
VIVÊNCIAS CORPORAIS	OFICINAS	Nº de PARTICIPANTES
	Lazer e qualidade de vida	05
	Yoga	04
	Tai Chi Chuan	02
	Dança moderna	01
	Dança de Salão	01
	Expressão corporal	07
	Rodopiando na cultura popular	07
	Dança do ventre	02
	Terapia comunitária	03
	Coral	01
TRABALHOS MANUAIS	OFICINAS	Nº de participantes
	Artesanato com tecido	01
	artesanato	01
	Artes plásticas	01
	embalagens	04
	Bonecos	04
	Pintura em gesso	02
	Artesanato regional	02
INFORMÁTICA	OFICINAS	N DE PARTICIPANTES
	Mídias sociais e espanhol	03
	Informática I	02
	Informática II	02
	Informáticas III	03

ANEXO A – Localização do universo empírico



Fonte: UATI 2015.

ANEXO B - RESOLUÇÃO 46/91 – APROVADA NA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS 16/12/1991 trata dos direitos dos idosos.

Resolução 46/91 – Aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas 16/12/1991 trata dos direitos dos idosos.

A) INDEPENDÊNCIA

- 1) Ter acesso a alimentação, a água, a habitação, ao vestuário, à saúde, a apoio familiar e comunitário;
- 2) Ter oportunidade de trabalhar ou ter acesso a outras formas de geração de rendimentos.
- 3) Poder determinar em que momento deve se afastar do mercado de trabalho;
- 4) Ter acesso à educação permanente e a programas de qualificação e requalificação profissional;
- 5) Poder viver em ambientes seguros adaptáveis à sua preferência pessoal, que sejam passíveis de mudanças;
- 6) Poder viver em sua casa pelo tempo que for viável.

B) PARTICIPAÇÃO

- 7) Permanecer integrado na sociedade, participar ativamente na formulação e implementação de políticas que afetam diretamente o seu bem-estar e transmitir aos mais jovens conhecimentos e habilidades;
- 8) Aproveitar as oportunidades para prestar serviços à comunidade, trabalhando como voluntário, de acordo com seus interesses e capacidades;
- 9) Poder formar movimentos ou associações de idosos.

C) ASSISTÊNCIA

- 10) Beneficiar-se da assistência e proteção da família e da comunidade, de acordo com os seus valores culturais;
- 11) Ter acesso a assistência médica para manter ou adquirir o bem-estar físico, mental e emocional, prevenindo a incidência de doenças;
- 12) Ter acesso a meios apropriados de atenção institucional que lhe proporcionem proteção, reabilitação, estimulação mental e desenvolvimento social, num ambiente humano e seguro;
- 13) Ter acesso a serviços sociais e jurídicos que lhe assegurem melhores níveis de autonomia, proteção e assistência;
- 14) Desfrutar os direitos e liberdades fundamentais, quando residente em instituições que lhe proporcionem os cuidados necessários, respeitando-o na sua dignidade, crença e intimidade. Deve desfrutar ainda do direito de tomar decisões quanto à assistência prestada pela instituição e a qualidade da sua vida.

D) AUTO-REALIZAÇÃO

- 15) Aproveitar as oportunidades para o total desenvolvimento das suas potencialidades;
- 16) Ter acesso aos recursos educacionais, culturais, espirituais e de lazer da sociedade.

E) DIGNIDADE

- 17) Poder viver com dignidade e segurança, sem ser objeto de exploração e maus-tratos físicos e ou mentais;
- 18) Ser tratado com justiça, independentemente da idade, sexo, raça, etnia, deficiências, condições econômicas ou outros fatores.